

textos DIDÁTICOS

**MEIO AMBIENTE
ECOS DA ECO**

ARLETE MOYSÉS RODRIGUES

Organizadora

IFCH/UNICAMP

nº 8 - Março de 1993

**MEIO AMBIENTE
ECOS DA ECO**

ARLETE MOYSÉS RODRIGUES

Organizadora

Departamento de Sociologia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

textos Didáticos
nº 8 - MARÇO DE 1993

SUMÁRIO

A CNUMAD e o Forum Global: algumas leituras	5
<i>Arlete Moysés Rodrigues</i>	
Globalidade-singularidade: o Forum Global	9
<i>Andréa Luisa M. Zhouri</i>	
Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e suas críticas	19
<i>Célia M. de Toledo Serrano & Maria Tereza D.P. Luchiari</i>	
O Forum Global e o delineamento da questão urbana	33
<i>Pedro Wagner Gonçalves, Sônia Regina de Cal Seizas Barbosa & Simone de Oliveira Siviero</i>	
Educação Ambiental. Tbilisi, 1977 - Rio de Janeiro, 1992. Análise comparativa de documentos internacionais	47
<i>Ricardo Carneiro Novaes</i>	
A Amazônia: a procura de alternativa	59
<i>Eudson de Castro Ferreira</i>	
O empresariado e o desenvolvimento sustentável. As propostas do Conselho Empresarial para o desenvolvimento sustentável	75
<i>Elba Cristina Lima Rêgo & João Luiz Hoefel</i>	
Considerações sobre a cobertura da imprensa paulista da Rio 92 e do Forum Global: oficialismo e naturalismo	85
<i>Thales Haddad Novaes de Andrade</i>	
Desenvolvimento sustentável, a crise do fordismo e os países periféricos	97
<i>Marcos Costa Lima</i>	

A CNUMAD E O FORUM GLOBAL Algumas leituras

Arlete Moysés Rodrigues()*

Apresentação

Este trabalho tomou forma e conteúdo no primeiro semestre de 1992, no curso/de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Os textos aqui apresentados foram debatidos no decorrer do curso. Expressam algumas das questões objeto de análises, considerando, inclusive, o momento privilegiado de acompanhar os debates e as propostas tanto da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD - ou Rio 92, como o Forum das Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais - Forum Global -, eventos ocorridos em junho de 1992 no Rio de Janeiro - Brasil.

A seguir, esquematizamos algumas das abordagens que deram origem a este trabalho coletivo.

Analisar as relações que a sociedade estabelece com a natureza implicou em apontar algumas questões, entre as quais o processo de interação da sociedade com a natureza nas sociedades "primitivas", na antiguidade clássica e no período moderno, e as concepções predominantes em cada período de tempo e em espaços diferenciados. Enfatizamos, que os trabalhos científicos apresentavam ora a natureza "mágica", ora a dessacralização desta mesma natureza. O processo de produção científica permeou o debate.

É necessário ressaltar que o ponto de vista das análises aqui expostas é o do cientista social.

(*) Professora doutora do Departamento de Sociologia do IFCH.

Evidentemente, nessa ótica, foi necessário um (re)pensar sobre as divisões das ciências e método/metodologia de pesquisa que as crises ambientais (re)colocam em debate.

Desde o que é denominado processo de hominização, o homem se (re)produz através da produção da consciência e produção material da vida. A mediatização dessa inter-relação modifica-se no tempo e no espaço. Torna-se mais complexo no processo urbano industrial deste final de século XX pois, ao mesmo tempo em que a natureza é cada vez mais denominada pelo progresso técnico científico, não há o domínio absoluto do resultado da produção. A produção material da vida tem como paradoxo a destruição de algumas das pré-condições para esta mesma produção. Esgotam-se alguns 'recursos' naturais e ao mesmo tempo é necessário 'enclausurar' resíduos de produção como o lixo radiativo.

Os 'recursos' naturais que parecem esgotar-se não são apenas os mesmos do passado recente. Se antes eram os minérios, o carvão, o petróleo, hoje já se trata, também, da água, da atmosfera, que considerados recursos renováveis parecem atingir um limite para sua recomposição, pois o tempo geológico contrasta, cada vez mais, com a velocidade de utilização. Velocidade intensificada no século XX. O buraco da camada de ozônio é um exemplo, a poluição das águas é outro. A necessidade de "enclausurar" Chernobyl ou o césio em Goiânia, ou ainda os imensos depósitos de resíduos tóxicos, demonstram a incapacidade, pelo menos atual, de destruir os 'produtos/resíduos' desta produção. Não mais apenas o medo dos vulcanismos e de terremotos do passado, hoje, também é de contaminação radiativa, das doenças pulmonares, pela poluição do ar, e de doenças como o cólera, transmissíveis pelas águas. Medo da destruição da biosfera em sua totalidade e não apenas da contaminação local.

Neste contexto, o espaço - territorial - adquire uma nova dimensão. (Re)Criam-se, no denominado pós-modernismo, metáforas espaciais. O espaço/tempo parece transformar-se no mundo privilegiado do agir e de pensar do fim do século XX.

Na antiguidade clássica, as metáforas espaciais concretizavam-se no conhecimento do território. No pensamento moderno, há o predomínio das metáforas temporais do desenvolvimento sócio-econômico, onde se evidencia a crise atual. Crise, que é uma combinação de risco e de oportunidade. Oportunidade de libertar o homem da escassez material e de construir um novo paradigma e o risco de destruir a humanidade e a biosfera.

Para analisar a (re)criação das metáforas temporais/espaciais e a fetichização do espaço, buscamos compreender o movimento da sociedade, tanto ao nível da produção do conhecimento como institucional, passando necessariamente pelos movimentos sociais ecológicos/ambientalistas e pelas propostas empresariais.

Com estes objetivos trabalhamos. Analisamos as propostas que permearam a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em 1972, em Estocolmo, a CNUMAD ou Rio 92 e o Forum Global. No transcorrer do semestre, a proposta de um trabalho coletivo ganhou forma e conteúdo. Muitos autores foram consultados. Deixamos, contudo, de apontar aqui a bibliografia utilizada.

É necessário ressaltar, novamente, o momento privilegiado por que passávamos para debater a crise do progresso do modo industrial de produzir e a crise do leste europeu, redefinindo (ou não) a divisão territorial do trabalho. Mas de qualquer modo o debate foi redirecionado para as relações norte-sul, permitindo também um repensar, na atual hegemonia neo-liberal, sobre o significado da responsabilidade atribuída aos chefes de Estado na Rio/92, ao mesmo tempo em que sociedade civil se explicita através do Forum Global e as manifestações dos movimentos sociais, com o desfile de carnaval "A eco dos oprimidos".

Os textos aqui apresentados, embora analisados em conjunto, foram redigidos individualmente ou em grupo, pela impossibilidade de se escrever no coletivo. Refletem debates no qual crescemos todos. Não traduzem uma única posição, o que é extremamente salutar, pois a diversidade permite o debate

científico, um caminho para a compreensão da complexidade. Consideramos importante socializar através desta publicação.

Selecionamos alguns temas que pudessem demonstrar a diversidade. As análises foram baseadas em documentos das Conferências das Nações Unidas e nos Tratados do Forum Global. Muitas outras interpretações podem ser realizadas.

Olhar para o espaço/forma do Forum Global, como faz Andréa Zhouri e para as concepções do desenvolvimento sustentado - explicitados nos documentos e Tratados -, como o fazem Tereza Luchiari e Célia Serrano, permite uma compreensão sobre aspectos fundamentais tanto do Forum Global como da Rio 92. Enfatizar as questões urbanas, como abordado por Simone Siviero, Pedro Gonçalves e Sonia Barbosa, favorece reflexões sobre o processo do que pode ser considerada - no mínimo pela dimensão - uma das sínteses do mundo moderno e também das características dos movimentos sociais. Enfocar a Educação Ambiental como um processo e o Tratado do Forum Global, como Ricardo Novaes, possibilita verificar a cotidianidade que a questão ambiental tem assumido. Debruçar-se sobre a Amazônia - também quase síntese dos debates sobre a questão ambiental - como Eudson Ferreira, permite compreender a complexidade do tema. Analisar as propostas do empresariado, como João Hoefel e Elba Rêgo, dá a dimensão da diversidade e da manifestação de todos os setores da sociedade face as relações com a natureza. Destacar as informações veiculadas pela imprensa sobre a Rio-92 e o Forum Global, como Thales Novaes, permite analisar as características de divulgação para o grande público. Finalizando, pensar a (re)divisão territorial do trabalho, como faz Marcos Lima, favorece leitura do redirecionamento do debate da questão ambiental no sentido norte-sul.

Evidentemente estas são apenas algumas leituras, olhares, análises, informações sobre esta temática. Esperamos, dada a complexidade do tema, que esta socialização dos debates realizados durante o primeiro semestre de 1992 possam frutificar com críticas e sugestões.

GLOBALIDADE-SINGULARIDADE: O FORUM GLOBAL

Andréa Luisa M. Zhouri()*

Introdução

Para além de uma análise das negociações e documentos assinados pelos chefes de Estado reunidos no Riocentro, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, CNUMAD-92, este texto pretende lançar um olhar sobre o evento paralelo, o Forum das ONGs - Forum das Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais - denominado Forum Global, o qual reuniu milhares de cidadãos de todo o mundo no Aterro do Flamengo.

Antes, porém, é preciso situar o lugar de onde olho. Olho através da perspectiva de cruzamento entre Antropologia e a Análise de Discurso. Assim, tomo o Forum Global como um texto, ou seja, uma unidade de significação passível de ser lida. Se a leitura antropológica, no sentido de Geertz, desvenda as estruturas de significado que dão forma às experiências dos homens, a Análise de Discurso detém-se nos processos de produção de sentidos e de sujeitos (1)

(*) A autora é antropóloga e doutoranda em Ciências Sociais no IFCH-UNICAMP.

(1) Para uma concepção de leitura antropológica ver Geertz, Clifford - *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978. Para uma referência sobre a Análise de Discurso ver entre outros Orlandi, Eni - *A linguagem e seu funcionamento*, Campinas, Pontes, 1987; Pêcheux, Michel - *Análise automática do discurso*, Campinas, Ed. Unicamp, 1990 e *Semântica e discurso*, Ed. Unicamp, 1988; Maingueneau, Dominique - *Novas tendências em análise de discurso*, Campinas, Ed. Pontes, 1989.

A partir de uma tal perspectiva, algumas questões orientam esta reflexão; quais os significados da Conferência e do evento paralelo em termos do ecologismo hoje? Como esses significados foram produzidos? Que outros sentidos foram construídos a partir daí? Antes de tudo, a realização desses eventos diz algo a respeito do papel que a ecologia assumiu neste final de século e milênio. Ou seja, eles revelam os sentidos assumidos pela ecologia nos tempos atuais. Enquanto em 1972 a Conferência sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, reuniu menos que meia dúzia de chefes de Estado (embora contando com representantes de 113 países) e não teve nenhuma participação organizada de cidadãos interessados pelo tema, esta Conferência, realizada 20 anos depois, reuniu mais de uma centena de chefes de Estado na conferência oficial, e milhares de cidadãos de todo o mundo entre representantes de entidades civis, isto é, não-governamentais, e até mesmo governamentais.

A incorporação do tema desenvolvimento à temática ambiental parece atestar o atual "status" que a discussão ecológica atingiu em todo o mundo. Dito de outra forma, a discussão sobre a questão do desenvolvimento tem se constituído em peça fundamental na construção dos novos sentidos de ecologia, e seus novos sujeitos, produzidos em anos recentes. Em pesquisa realizada sobre o Movimento Ecológico no Brasil⁽²⁾, assinala-se que a ecologia tornou-se nos anos 90, um dos catalizadores de discursos políticos e sobre o político em todo o mundo. Com as modificações ocorridas no leste europeu, as discussões que proclamam o "fim das ideologias" e o quadro da nova ordem mundial, o par ecologia e desenvolvimento parece constituir-se em um dos pilares centrais no processo de elaboração da nova configuração política mundial⁽³⁾. Ou seja, a

(2) Ver Zhou, Andréa *Discursos verdes: as práticas da ecologia*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia Social, IFCH - UNICAMP, 1992.

(3) Ver dentre outros, Leis, Hector - *Ecologia e política mundial*, Rio de Janeiro, Fase-Vozes-Airi/Puc, 1991; Shiguenoli, Miyamoto - *A questão*

política também tem sido falada e constituída atualmente através da discussão sobre preservação ambiental e desenvolvimento social e econômico.

Neste sentido, a Rio-92 colocou em relevo esta questão através do jogo de negociações travadas entre países pobres e ricos, na disputa política entre ricos e em diversas manifestações de diferentes grupos representados no Fórum Global.

O Ecologismo

Antes de prosseguir com a reflexão sobre os sentidos produzidos pelo Fórum Global propriamente dito, cabe ainda circunscrever/ o ecologismo brasileiro no contexto desse movimento mais amplo.

No que se refere à sociedade brasileira, o novo lugar político alcançado pelo tema ambiental começa a ser traçado em meados dos anos 80.⁽⁴⁾ Através da criação de órgãos como a Sema - Secretaria Especial de Meio Ambiente - e do envolvimento dos ecologistas na arena político-institucional-partidária a ecologia passou por um processo de legitimação enquanto questão política ao ser associada aos temas políticos tradicionais do país. Isso porque falar de ecologia até meados dos anos 80 significava, para a maioria dos atores políticos, calar sobre os principais temas da realidade terceiro-mundista brasileira. De acordo com essa concepção, ecologia era uma questão que dizia respeito à preservação de árvores e pássaros, ou seja, questões da ordem da poesia e da estética e tema de preocupação de "românticos", "jovens e hippies" que lutavam contra o progresso. Ela era vista como uma questão circunscrita à classe média urbana e intelectualizada que já tinha resolvido os problemas da ordem da sobrevivência. Subjacente à essa imagem, encontra-se um pensamento político que, num reducionismo

Ambiental e as Relações Internacionais, Primeira Versão nº 2, IFCH/UNICAMP, 1992.

(4) Para uma discussão detalhada sobre o processo de politização da questão ecológica ver Zhou, idem.

economicista, secciona a realidade em instâncias econômica, social e cultural. Entendendo a "esfera cultural" como secundária, as questões ambientais são colocadas aí, ou seja, são entendidas como questões secundárias diante de questões consideradas mais urgentes. Era necessário, portanto, "trabalhar" o tema ecológico para torná-lo uma questão legitimada politicamente. Ecologia passa a relacionar-se, então, com questões como saneamento básico, moradia, condições de trabalho, dentre outras.

Vários fatores contribuíram para que ocorresse uma tal mudança no tratamento do tema ecológico no país⁽⁵⁾. Dentre tantos, destaco aqui a emergência de novos atores ecologistas em meados dos anos 80 e sua participação na esfera político-partidária, especialmente a campanha eleitoral de 1986, quando trouxeram à tona os novos sentidos de ecologia. Os novos sentidos, construídos no confronto entre grupos amadores e grupos com atuação profissionalizada e um discurso técnico-científico, foram adaptados do universo cultural ecologista para o universo político-partidário. Com isso, o tema ambiental foi sendo progressivamente relacionado aos temas políticos tradicionais e, portanto, legitimando-se como "tema político" a ser encampado por "políticos" de diversos matizes. Concomitantemente, os meios de comunicação, através de uma "redecodificação" do sentido ecológico mais amplo, aparecem como difusores das reflexões e dos temas abordados "pelos ecologistas" junto à opinião pública, popularizando a questão⁽⁶⁾.

Coloco "ecologistas" entre aspas para, diferentemente do caráter totalizante dado pela mídia a essa categoria, chamar a atenção para a pluralidade de sujeitos e sentidos constitutivos do universo cultural (e político) ecologista. É sobretudo a

(5) Idem.

(6) Apesar de os meios de comunicação promoverem um apagamento dos sujeitos da ação ecológica, que produz um efeito universalizante ou abstrato de sentido. Sobre as diferenças entre os sentidos ambiental e ecológico, ver Zhouiri, idem.

partir dessa perspectiva que dirijo meu olhar para o Forum Global.

Tenho analisado o ecologismo como um fenômeno cultural e político contemporâneo que se manifesta de diferentes maneiras em todo o mundo e no interior da nossa sociedade. Suas expressões envolvem desde grupos formalmente organizados - ONGs amadoras e profissionalizadas - até mesmo manifestações menos organizadas ou visíveis do ponto de vista político e social. As manifestações nem sempre são ancoradas em um conhecimento racionalizado da problemática ambiental, mas revelam uma sensibilidade ecológica que em última instância apresenta uma cultura ecológica emergente na vida cotidiana. Seja através da crítica ao individualismo da moderna sociedade de consumo que leva as pessoas a retornarem ao "natural" das formas de vida (alimentação, medicina, por exemplo), ou a constituição de grupos mais formalizados e com um discurso técnico-científico na defesa ambiental, ou mesmo o orientalismo que invade o ocidente neste final de século, mesclando concepções holístas de vida ao materialismo individualista da sociedade ocidental, enfim, tais agrupamentos representam uma nova forma de sociabilidade neste final de século.

Tal forma de sociabilidade tem como forte marca a tentativa de resgatar o qualitativo da existência e expressa-se de maneira polissêmica⁽⁷⁾. É este caráter polissêmico da realidade social que permite aos indivíduos pertencerem a um ou mais grupos diferenciados e, ao mesmo tempo, participarem do movimento ou universo ecologista como um todo. Além disso, o ecologismo apresenta uma característica trans ou meta, na medida mesmo em que contendo um sentido universalizante - a luta pela vida - pode abarcar e englobar inúmeras manifestações e atores diferenciados.

(7) Quanto ao movimento de resgate do qualitativo e as formas de sociabilidade atuantes no Brasil, ver ainda especialmente no campo religioso a proliferação de seitas, do espiritualismo e, na igreja católica, a retomada de formas e rituais carismáticos.

É justamente em virtude dessa sua característica específica, além do contexto de transformações mundiais já mencionado, que podemos falar no papel da ecologia enquanto catalizador de discursos políticos diversos. Os encontros e manifestações ecologistas, ao colocarem sob relevo os valores e práticas ecologistas, sempre apresentaram-se como momentos rituais⁽⁸⁾ onde a busca do reconhecimento do "mesmo", ou seja, a tentativa de construir uma identidade ecologista, colocava-se de forma relevante na construção dos atores sociais e políticos específicos num meio tão diversificado.

O Forum Global

É assim que o Forum Global, com suas características de mega encontro ecologista, pode ser visto como um momento ritual, espaço de intertextualidade⁽⁹⁾, ou seja, um ponto de intersecção dos vários discursos ecologistas⁽¹⁰⁾, apresentado sob a forma de festa, de conagração, mas também sob a forma de múltiplas tensões, de confronto entre diversos grupos políticos. O jogo entre universalidade, globalidade e singularidade encontra aqui sua expressão, e é revelador da

(8) Uso ritual no sentido elaborado pela perspectiva da antropologia inglesa. Ver especificamente Leach, para quem os rituais representam simbolicamente o "sistema de relações "corretas" socialmente aprovado entre indivíduos e grupos "tornando momentaneamente explícito o que em outras circunstâncias é uma ficção" (p.15) in Leach, Edmund - *The Political System of Highland Burma*, Boston, Beacon Press, 1970.

(9) Para o conceito de intertextualidade ver Maimgueneau, Op. Cit, e Orlandi, op. Cit.

(10) Diferentemente das análises de conteúdo presentes nas diferentes disciplinas das ciências sociais que apresentam o discurso como representação dissociada de ação, ou como mascaramento ou ocultamento do real, a Análise de discurso, aliada a perspectiva antropológica adotada, compreende o discurso como uma prática social.

especificidade do universo cultural ecologista e dos processos de produção de sentidos e significados⁽¹¹⁾

A imagem ou metáfora da "aldeia global" de McLuhman materializa-se no Aterro do Flamengo. Entretanto, o lugar todo cercado, os altos preços dos ingressos e a "segurança militar" que limitavam, de fato, o acesso ao Forum Global, pareciam dizer que nem todos os homens do planeta haviam alcançado o "estatuto humanitário necessário" para entrar ou sair na luta pela vida, para usar uma imagem de Eni Orlandi⁽¹²⁾.

Não obstante, nos moldes de uma aldeia, não faltaram as tendas e o totem - a árvore da vida - que, localizado na área central e sendo "universal" o bastante, agregava os participantes diversos. A base comum, a luta pela vida, dessa forma, genericamente colocada, aglutinava as pessoas de todos os cantos mas não impedia que as singularidades se manifestassem através da multiplicidade de linguagens, das vestimentas, da religiosidade, da sexualidade, dos grupos de idade, de classe, de etnias, de interesses, enfim, agora redefinidos e englobados pelo ecologismo. Os espaços físicos e simbólicos, fixos ou móveis podiam ser identificados e interpretados.

Mulheres de todo o mundo reuniam-se no "planeta fêmea" para discutir temas diversos como aleitamento materno e controle de natalidade. Havia tendas

(11) Para uma análise sobre o processo de mundialização ou globalização ver Ianni, Otávio, *A sociedade global*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992.

(12) Ver Orlandi, Eni - *Terra à vista - Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*, Cortez Editora, 1990. Sobre a "limpeza" efetuada no Rio de Janeiro por ocasião da Rio-92, o protesto de frequentadores habituais do aterro do Flamengo, o recolhimento de mendigos e meninos de rua, os canhões apontados para a favela, o protesto de uma associação de favelados (Famerj) que foram excluídos de participarem no Forum pelo valor das taxas de inscrição ver coberturas da *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* durante a Rio-92, especialmente JB - 07/06/92 e *Folha* - 02, 05,06/06/92

próprias para os jovens, grupos religiosos diversos, grupos étnicos como os indígenas, organizações sindicais, organizações governamentais (como a Cetesb de São Paulo e secretarias de meio ambiente), organizações internacionais como a UNICEF, UNESCO, grupos de artistas, dentre outros. Entre tendas e stands, cantinas, lanchonetes e um anfiteatro marcavam os espaços de conagração bem como de manifestações artísticas, políticas e passeatas. As diferenças entre ONGs profissionalizadas e não-profissionalizadas refletiam-se na ocupação de espaços físicos e de poder. Enquanto as ONGs mais profissionalizadas concentravam seus esforços na construção de um lobby no Riocentro para influenciar nos documentos elaborados pelos chefes de Estado, sua presença ficava diluída entre os diversos grupos que conduziam as reuniões no Aterro do Flamengo. Essas últimas tinham como objetivo a elaboração de 32 tratados versando sobre temas variados como biodiversidade, clima, florestas, educação ambiental, dívida externa, dentre outros. Não raro essas reuniões eram interrompidas pelo som de uma ruidosa passeata ou manifestações artísticas do lado de fora das tendas. Discursos técnico-científicos eram entrecruzados por discursos políticos, palavras de ordem as mais variadas, e até mesmo discursos de cunho místico ou religioso. ONGs do Primeiro e do Terceiro mundo convergiam e divergiam em vários pontos, marcando assim suas diferenças.

Se o sentido ambiental, ancorado nas discussões técnico-científicas e econômicas, dominava as negociações políticas no Riocentro, ele era subsumido pelos sentidos diversificados que o discurso ecológico produzia e englobava, construindo e conferindo a identidade ecologista, através do Forum Global. Ali falou-se e ouviu-se de tudo. Falar era uma grande necessidade enquanto ouvir era um exercício. Exercitou-se, sobretudo, o direito de cidadania, esta cada vez mais traçada por sobre as, ou no entre meio das, fronteiras pontilhadas dos Estado-Nações. No meio de uma discussão sobre a questão amazônica, recheada de dados técnicos e quadros quantitativos, alguém pede a palavra e

discursa, entre lágrimas, sobre a importância da solidariedade humana e de Deus na criação da natureza. Perspectivas e discursos divergentes, até mesmo incompatíveis em outros espaços, ali conviviam e se alinhavam. Através da ecologia falaram os negros, os meninos de rua, os países latino americanos, os favelados e outros moradores do Rio de Janeiro, os índios, os africanos, os sindicatos, os aposentados brasileiros, políticos, empresários, os grupos religiosos, enfim, uma gama variada de atores sociais e políticos que encontraram na ecologia uma forma de expressão.

Neste espaço multiétnico e policultural a alimentação do tipo "fast food" alinhava-se às alternativas vegetarianas, enquanto as massagens e formas de terapias e meditações orientais, que se manifestavam pelos gramados do aterro, conviviam com batucadas e outras manifestações mais agitadas.

Este espaço desterritorializado de discursos políticos, técnico-científicos, jurídicos, religiosos, místico-esotéricos, enfim, era também espaço de festa e de feira, lugar de descontração, encontros, desencontros e namoros.

No clima de confraternização e solidariedade a "Vigília Religiosa pela Terra", reuniu grupos religiosos rivais e constituiu-se em símbolo do evento juntamente com a mobilização para arrecadar fundos para pagar as dívidas que ameaçavam a realização do Forum. Globalização, planetarismo, universalismo davam novos sentidos e significados às singularidades. É neste contexto que o presidente dos Estados Unidos, George Bush, isolou-se e constituiu-se no grande "vilão" da Rio-92, ao tentar submeter o sentido globalizante e supranacional dominante no evento aos interesses particulares de seu país.

Mais do que resultados concretos e objetivos em termos de negociações, tratados ou declarações com força de lei, o Forum Global representou um momento em que convergiram diferentes manifestações do universo ecologista. Através da exposição de valores e práticas ecologistas o conjunto foi reforçado, trocas de experiências entre diferentes grupos permitiam um reconhecimento e um fortalecimento de

seus princípios. Como uma característica própria das relações totêmicas, a consubstancialidade entre sujeito e objeto permitia que grupos e pessoas se relacionassem num sentido globalizante como se relacionam baleias, botos, jacarés, onças, micos, árvores, rios, matas, enfim, os ecossistemas. Através da ecologia, novas e velhas vozes políticas se posicionam, alinham-se e se confrontam num mundo em processo acelerado de transformações.

DESENVOLVIMENTO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS CRÍTICAS

Célia Maria de Toledo Serrano()*

*Maria Tereza D.P. Luchiari(**)*

Introdução

Cada sociedade articula ou organiza o mundo de forma diferenciada. Isto se evidencia no espaço e no tempo: no espaço, ela se inscreve criando lugares diferenciados, produtos de seu "maior" ou "menor" desenvolvimento; no tempo, observam-se estágios de evolução das sociedades, às vezes sucessivos, às vezes em descompasso em relação ao espaço e sociedades globais.

Mas o que é o desenvolvimento? Ao longo da história da humanidade, o homem buscou formas de se desenvolver. Viveu em bandos, em tribos, em sociedade... Formou a partir desta sociedade grupos "mais" ou "menos" desenvolvidos. Acelerou o processo de obtenção de conhecimento e de bens materiais fazendo deste processo um modelo de desenvolvimento.

No século XIX, o "progresso" era o carro-chefe do capitalismo em ascensão, e as sociedades tradicionais/primitivas já eram vistas como retardatárias em uma escala de evolução onde a sociedade industrial europeia se encontrava no estágio mais avançado deste percurso.

Nos anos 30, a "crise do progresso" se colocou, após inúmeras outras crises (Primeira Grande Guerra, depressão, nazismo, fascismo). Mas ela se dissiparia a partir do projeto de reconstrução do pós-guerra

(*) Historiadora, mestranda em Sociologia na UNICAMP.

(**) Geógrafa, Mestre em Sociologia pela UNICAMP.

(anos 50), e pelo inexorável poder confiado à tecnologia.

Ao longo da história da civilização é possível perceber que desenvolvimento é um conceito cambiante. Mesmo que a palavra em si (enquanto significante/significativo) tenha ganho *status* somente no último século, ela já fazia parte do imaginário do homem que buscava a "evolução".

No último século, o conceito de desenvolvimento - assim como tantos outros - estendeu suas fronteiras para que o homem passasse a articular o mundo em diferentes formas. A sociedade industrial ocidental se impôs, então, como o modelo de crescimento e desenvolvimento. Desenvolvimento ambíguo, cheio de armadilhas e gerador de diferenças sócio-econômicas cruciais que chegam a negar o próprio modelo.

Associado ao capitalismo do século XX, ao progresso técnico-científico e ao aumento de consumo de bens industrializados e serviços, este projeto civilizatório cresceu até encontrar o seu espelho: as bombas de Hiroshima e Nagasaki, graves atentados ao meio ambiente e um contingente populacional crescente de desempregados, subnutridos e desapropriados.

Segundo Buarque (1990:12), o avanço da ciência correspondeu a um recuo no conjunto dos valores éticos utilizados para explicar o mundo. O homem aboliu a ética e gestou a possibilidade de auto-estruição. O poder perverso do modelo de desenvolvimento que reificava a tecnologia e o crescimento econômico passou a ser desvendado, colocando uma nova dúvida ao projeto civilizatório. Nesse processo, a ciência tem vivenciado momentos distintos, servindo inicialmente como "simples explicadora de fenômenos, abolindo a explicação ético-deísta, adquirindo depois "um poder transformador, mantendo-se sem necessidade de uma ética", até que finalmente "o poder transformador atinge proporções catastróficas e leva o cientista a descobrir a necessidade de um novo comportamento ético, desta vez de uma ética reguladora". Vale dizer que o que o autor coloca não é a volta a um passado mítico, mas a necessidade de se incorporar valores morais ao uso do poder científico-tecnológico. Isto

pelo fato de o conhecimento ter sido colocado a serviço do determinismo econômico (e por que não dizer, político), provocando fissuras no próprio modelo de desenvolvimento.

Do conceitual à realidade criou-se dois mundos: o desenvolvido e o subdesenvolvido. "Sob efeito dos *mass media* a palavra subdesenvolvimento difundiu-se amplamente logo após a Segunda Guerra Mundial, antes de que o conceito tivesse sido objeto de uma tentativa de construção" (Lacoste, 1983:7). Aqueles que estão "em desenvolvimento" se encontram no centro fatalista entre a inferioridade/infância e a superioridade/maturidade, cabendo aos países desenvolvidos auxiliar os menos afortunados nessa "trajetória para o sucesso". Mesmo porque são eles os maiores consumidores de energia e recursos naturais, cabendo-lhes grande parte da responsabilidade nos danos sócio-ambientais globais.

Na década de 50, o crescimento econômico parecia ser a solução para todos os males e, logo, os países do Terceiro Mundo deveriam atingir a maturidade industrial e, por conseguinte, o desenvolvimento. Mas este modelo de crescimento econômico, com gradações quantificáveis, deixava cada vez mais sequelas sociais e ambientais. Já na década de 60 alguns movimentos sociais começaram a revelar uma realidade que havia sido encoberta com a idealização oficial do progresso: os efeitos destrutivos da industrialização sobre a biosfera já eram enormes.

As reflexões sobre o crescimento e seus limites

A reflexão sobre os rumos desse tipo de desenvolvimento, ou antes sobre "os limites do crescimento", vai ter como marco a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, promovida em 1972 pela ONU. Já nessa época, uma certa consciência acerca dos problemas ambientais começa a se generalizar pelo mundo. Floresce a pressão social por melhorias na qualidade de vida e os governos e suas instituições burocráticas se apressam em incluir em

suas agendas novos mecanismos para cuidar da "qualidade de vida e do meio ambiente".

Contudo, nesse momento a questão ambiental ainda se colocava sob a ótica dos "custos" e "rendimentos", sendo a proposta do "Clube de Roma", grupo organizador das discussões, a de um "não crescimento" ou "crescimento zero", já que o crescimento a qualquer custo esbarraria, a qualquer momento, em limites físicos do planeta.

Esta discutível proposta dá origem a uma ampla reflexão, fazendo surgir contra os arautos do "crescimento selvagem", de um lado, e contra os "zeristas", de outro, a idéia de ecodesenvolvimento. Esta acabou matizada, não apenas pela proliferação de nomenclaturas - desenvolvimento sustentável, auto-sustentado, sustentado - mas por perspectivas e entendimentos diferenciados.

A expressão desenvolvimento sustentável ou suas equivalentes tornou-se então quase mágica, obrigatória em qualquer discurso ecológico ou político que se pretenda em dia com a discussão internacional sobre os desequilíbrios ambientais do planeta. Quase mágica pois o rótulo "ecológico" já faz parte das estratégias de marketing para oferta de praticamente todos os tipos de produtos. Obrigatória pois, em vista da situação crítica que já se configura em relação ao desequilíbrio dos ecossistemas naturais e à qualidade de vida das populações, setores expressivos da sociedade, principalmente em nível internacional, vêm exigindo medidas no sentido de minimizar os riscos de catástrofes e salvaguardar/restabelecer as condições satisfatórias de seus meios ambientes. Sem mencionar a pressão, também vinculada à opinião pública, por parte dos organismos financeiros internacionais, que vincula empréstimos à preservação ambiental.

Inicialmente vinculou-se a esta expressão a idéia de uma estratégia de desenvolvimento baseada no uso prudente dos recursos locais e do conhecimento tradicional das populações, especificamente nas zonas rurais isoladas do Terceiro Mundo que, uma vez apresentando uma economia tradicional equilibrada ecologicamente, não necessitariam entrar num processo

de crescimento predatório, seguindo modelos exteriores. Porém, a Declaração de Cocoyoc, de 1974, ampliou e aprofundou esse conceito, que passou a referir-se à necessidade de auxílio às populações com vistas à sua educação e auto-organização, levando em consideração os recursos específicos de cada ecossistema para a satisfação de suas necessidades fundamentais.

A idéia de ecodesenvolvimento, como já exposto, surgiu da discussão internacional acerca dos desequilíbrios ambientais e sociais do planeta. Estocolmo 72, Clube de Roma, Fundação Bariloche, Comissão Brandt, entre outras iniciativas, ilustram a relevância dessa discussão.

Um documento internacional considerado como uma referência sobre o tema é o relatório Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987. Foi solicitado a essa comissão, pela ONU, em suas próprias palavras:

"- Propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí por diante;

- Recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à consecução de objetivos comuns e interligados que considerem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento;

- Considerar meios e maneiras pelos quais a comunidade internacional possa lidar mais eficientemente com as preocupações de cunho ambiental;

- Ajudar a definir noções comuns relativas a questões ambientais de longo prazo e os esforços necessários para tratar com êxito os problemas da proteção e da melhoria do meio ambiente, uma agenda de longo prazo a ser posta em prática nos próximos decênios, e os objetivos a que aspira a comunidade mundial". (COMISSÃO MUNDIAL, 1980:XI).

À semelhança dos estudos anteriores, esse relatório aponta a interdependência dos países em função do estado de desequilíbrio ecológico do planeta, e coloca a necessidade da cooperação entre esses mesmos países. Coloca também a necessidade de uma ação consciente e efetiva no sentido de se reverter esse quadro - associado às formas correntes do encaminhamento das questões econômicas e sociais, ou seja, à hierarquia centro-periferia, ou Norte-Sul, se tomarmos a distribuição geográfica do desenvolvimento/subdesenvolvimento ao longo dos hemisférios.

Os principais objetivos a serem atingidos, partindo da revisão, por cada país, das políticas relativas ao meio ambiente e desenvolvimento econômico, deveriam incluir, segundo o relatório:

- Restabelecimento do crescimento econômico, em vista das tendências de estagnação e declínio da última década, principalmente nos países pobres, mais afetados pelos desequilíbrios sócio-ambientais;
- Busca de um crescimento econômico menos intensivo em energia e mais igualitário socialmente, baseado na idéia de reforço mútuo entre esses elementos;
- Atendimento das necessidades básicas de uma população expandindo-se, pela criação de empregos que permitam um padrão mínimo de consumo;
- Assegurar um nível populacional estável e sustentável (importante para todos os países, especialmente os do Terceiro Mundo);
- Conservação e diversificação da base de recursos, em vista do aumento da pressão sobre estes pelas técnicas intensivas e pela demanda das populações em crescimento;
- Reorientação tecnológica e gerenciamento de riscos;
- Compatibilização de objetivos econômicos e ecológicos levando em consideração os limites do conhecimento científico atual e as consequências de longo prazo dos fenômenos, além do estímulo à participação dos cidadãos e do acesso destes à informação.

Partindo da observação desses objetivos já é possível levantar alguns problemas apresentados por essa proposta.

Uma primeira questão refere-se à base materialista da qual partem as análises. O aspecto econômico estrito permeia todas as proposições, como se as políticas de desenvolvimento até aqui implementadas estivessem equivocadas apenas pelo fato de que as políticas econômicas não incorporaram análises sofisticadas o suficiente, por desconsiderar fatores socioculturais e ecológicos.

Outra questão é a sugestão de estratégias similares a todos os países, onde a consideração pelo específico - marca característica da idéia de ecodesenvolvimento, fica mais como um dado de retórica. Um exemplo bastante significativo é a sugestão de contenção irrestrita do crescimento populacional - como se a questão não fosse de extrema complexidade, envolvendo inúmeras variáveis, inclusive fatores socio-culturais, sem considerar a polêmica irresolvida da pressão dos números sobre os recursos.

Neste ponto, pode-se notar inclusive uma "inversão" na abordagem do binômio crescimento populacional/pobreza. Para o Clube de Roma, ao mesmo tempo que os "limites do crescimento", a ameaça era o crescimento populacional; já para o Relatório Brundtland o problema localiza-se na pobreza mas, por via das dúvidas, mantém-se a proposta de controle da natalidade.

Por basear-se nos valores do capitalismo ocidental moderno, essa análise toca pouco ou quase nada na redefinição do padrão e do tipo de consumo dos países ditos desenvolvidos, mantendo ainda subliminarmente a idéia de que existe a possibilidade de todos alcançarem tal patamar. Manifesta a crença na eficácia dos mecanismos econômicos, agora já revistos e incorporadores das "variáveis que faltavam", escamoteando necessidades reais e evitando questionamentos mais profundos.

É ainda proposto o auxílio dos países ricos aos pobres, baseado na cooperação, mas como não há o questionamento dos valores da ideologia do

crescimento, isto pode representar a continuidade do desenvolvimento mimético (SACHS, 1986b:25), considerando-se a transferência dos valores pela transferência tecnológica e o estado já crítico dos países subdesenvolvidos.

Outra questão que se coloca é o da inconsistência adquirida pelas propostas frente à indeterminação sobre quais os atores a levarem a cabo as ações necessárias à consecução dos objetivos do relatório. O que leva a pensar sobre o papel e a representatividade da ONU enquanto organismo internacional.

Apesar das limitações de suas propostas e posturas, a discussão internacional sobre a temática, via Nações Unidas, não se esgotou no trabalho das comissões constituídas e alguns programas pontuais vêm sendo implementados. Além disso, é de se notar que o debate institucional ou através de organismos da sociedade civil acerca de desenvolvimento não se estagnou.

Nesse contexto, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a CNUMAD 92, ou simplesmente Rio 92 e o Forum Global, colocaram-se como um momento privilegiado deste debate. Esta conferência refletiu uma nova configuração de atores e instâncias envolvidos na discussão. A representação da sociedade civil, ainda que apenas enquanto expectadora nas reuniões oficiais, e a realização do Forum Global são significativos da amplitude assumida tanto pelo problema como por sua discussão.

Dessa forma, torna-se cada vez mais interessante atentar para as reflexões e críticas sobre a idéia de desenvolvimento e de desenvolvimento sustentável explicitada - ou não - presente nos discursos oficiais e "paralelos" dessa conferência.

Desenvolvimentos recentes das discussões

Um primeiro documento importante utilizado para esta análise é o relatório oficial do governo brasileiro, intitulado O desafio do desenvolvimento sustentável (CIMA, 1991). Ele se inicia por uma

avaliação do momento que vivemos: "Se há uma síntese possível, para este final de século, pode-se caracterizá-la como o esgotamento de um estilo de desenvolvimento que mostrou-se ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto." (CIMA, 1991:13). Diagnostica a crise como sendo "ecológica", "ambiental" e "política" (CIMA, 1991:14). E a caracteriza ainda como "um período de autêntica transição ecológica" (idem).

No decorrer da sua análise, faz referência à mudança de perspectiva do problema ambiental, detectável desde 1972 até a Comissão Brundtland, abstendo-se, entretanto, de qualquer crítica explícita à concepção de desenvolvimento sustentável proposta por aquela. Assinala apenas a Plataforma de Tlatelolco como resultado da discussão dos países latino-americanos sobre a temática - a servir de base ao debate na Rio 92 - em resposta à solicitação da mesma comissão.

Apesar de assumir que o problema ambiental não se caracteriza como técnico, mas antes como social e político (CIMA, 1991:15), as soluções apontadas são basicamente a transferência tecnológica por parte dos países mais avançados nessa área, e a transferência de recursos financeiros. Ao mesmo tempo em que coloca como essencial o auxílio do Primeiro Mundo, afirma a autonomia do país na aplicação dessa tecnologia e recursos. É importante notar que essa posição do governo brasileiro encontra paralelo naquelas da maioria dos países do Sul (LEROY, 1992:8).

Uma leitura acurada desse documento permite perceber a persistência da lógica do modelo de desenvolvimento vigente. Nas palavras de Leroy, "são técnicas que estão sendo questionadas, não o modelo". Ainda para este autor, a lógica do desenvolvimento sustentável - da ONU, mas também indiretamente aceita no relatório brasileiro - diz respeito a um modelo que pode ser "econômico no uso dos recursos naturais e na produção de dejetos, para que possa se manter ao longo do tempo, na escala dos séculos. Não se trata, porém, de mudar a relação ciência-tecnologia-produção. Substituem-se tecnologias por outras, mas continua-se a pesquisar para que daí inventem-se

novas tecnologias, que poderão se transformar em produtos para serem consumidos vertiginosamente." (LEROY, 1992:6).

O cruzamento desta leitura com aquela dos documentos de organizações da sociedade civil permite uma visualização mais ampla dessa polêmica envolvendo modelos de desenvolvimento e suas críticas.

A proposta das ONGs brasileiras inscreve-se assumidamente no campo da utopia (FORUM, 1992:11). Partindo de uma crítica explícita à concepção de desenvolvimento expressa em Nosso futuro comum, o fórum das não governamentais define assim sua postura, por oposição à anterior: "o marco diferencial de um modelo alternativo é aquele que atenda de fato às necessidades da sociedade civil democrática, garantindo uma ordem social justa, o respeito à vida, e o reconhecimento dos direitos sociais. Só com esses parâmetros é possível lutar por novos estilos de vida, pela reorientação dos atuais níveis de consumo e produção em termos globais, sem reeditar as mesmas bases que sustentam o atual modelo de sujeição e exploração das forças humanas e naturais." (FORUM, 1992:11).

Coloca assim como necessário que se desloque o problema do desenvolvimento do campo estrito da economia, e nesse sentido aponta a necessidade de "se adentrar o campo da ética, dos valores que determinam uma concepção do que sejam essas "necessidades humanas", de que humanidade se trata, que sociedade é essa e quais as suas condições históricas e materiais de realização." (idem)

Na síntese de suas "propostas comuns", o relatório frisa a necessidade da construção de uma nova ética, traduzida em alguns princípios, a saber: a unidade do homem-meio ambiente numa totalidade orgânica; a necessidade de realização de "sacrifícios" em graus diferenciados para que se concretize as mudanças necessárias a um "futuro sustentado"; o estabelecimento de um processo de consulta em substituição ao confronto/dominação atual, com vistas a garantir a equidade na distribuição dos recursos naturais e preservação do equilíbrio ecológico; a "participação universal",

garantindo a voz das minorias (ou majorias sem expressão); a "educação universal", difusora dos valores e da unidade homem-meio ambiente e da cidadania mundial; e, finalmente, "a criação de um sistema mundial", encarregado do encaminhamento das discussões visando "ações preventivas e integradas" tanto com referência aos recursos naturais como às culturas existentes no planeta. Embasando tudo isso, a idéia - utópica - da adoção de valores universais, "que darão prioridade à solidariedade global e aos interesses da espécie humana a longo prazo" (FORUM, 1992:164-165).

O documento das ONGs não perde de vista o quadro econômico internacional, onde o caráter transnacional e interdependente da dinâmica econômica não permite que se conceba a implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável, isoladamente, num país apenas. Aponta ainda para a incapacidade dos governos nacionais, e mesmo de atores como o FMI ou Banco Mundial assumirem e promoverem as mudanças necessárias. Vai reforçar, novamente, a idéia utópica de um "governo mundial" que, uma vez impossibilitado de se constituir no presente, encontraria na sociedade civil, via ONGs, um forte instrumento de intervenção nesse sentido (FORUM, 1992:166).

Já os vinte e nove documentos consultados entre os que compõem os Tratados das ONGs, durante a Rio 92, por sua própria natureza não são muito "objetivos" na formulação de seus princípios e metas.

De um modo geral, o conteúdo desses tratados revela uma postura crítica em relação ao modelo de desenvolvimento econômico vigente, responsabilizando-o por inúmeros desastres socioambientais, pelo aumento da pobreza e da desigualdade, pela dependência internacional, pelo poder atestado à tecnologia e ao mercado e pelo exacerbado consumismo e utilitarismo que gerou.

De diferentes formas e a partir da atuação em diferentes áreas da atividade econômica e social, esses documentos propõem modelos alternativos de produção - em alguns casos de caráter endógeno, mas com vistas à sustentabilidade global; mais justos socialmente e ecologicamente sustentável; com ampla

participação dos atores e agentes da sociedade civil nos mecanismos decisórios; com uma nova postura ética em relação à ciência, à natureza e à sociedade; e que respeite a diversidade biológica, e de maneira indiscriminatória, a diversidade cultural.

O "desenvolvimento sustentável" é explicado, subentendido ou, no caso do "Compromisso ético das ONGs para uma atitude e conduta ecológica global", refutado enquanto conceito que já está sendo utilizado para perpetuar o atual modelo de desenvolvimento, substituindo o uso de "tecnologias sujas" por "tecnologias brandas" e mantendo a injustiça social.

A tônica da sustentabilidade social e/ou ecológica está presente com maior ou menor grau de explicitação em todos os tratados, o que vem a confirmar que, mais do que a mudança do discurso (ou do conceito), o próprio modelo de desenvolvimento está sendo questionado.

Apesar da unidade na crítica do modelo atual, pode-se captar nas entrelinhas desses tratados uma mal resolvida definição do modelo a ser buscado e também das estratégias para tanto. Exemplo disso é o uso de uma terminologia variada na qualificação dos projetos de sociedade e desenvolvimento. Aparecem nos tratados expressões como "desenvolvimento sustentável" (Tratado das ONGs sobre empresas transnacionais; contra o racismo; sobre cerrados); "desenvolvimento ecologicamente sustentável" (Tratado alternativo sobre comércio e desenvolvimento sustentável de cooperação e compartilhamento de recursos entre ONGs); "modelo de desenvolvimento alternativo" (Tratados dos modelos econômicos alternativos); "sociedade equitativa e ambientalmente sustentável", "desenvolvimento socioeconômico e humano equitativos, ambientalmente sustentável" (Tratado sobre o consumo e o estilo de vida); "comunidades sustentáveis", "sustentabilidade ecológica (Tratado sobre a energia); "modelo de desenvolvimento múltiplo e diverso, autogestionário de acordo com a diversidade cultural de nossos povos" (Tratado dos povos da América); "mal desenvolvimento" (Tratado sobre militarismo, meio ambiente e

desenvolvimento); "sociedades sustentáveis e equitativas" (Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global); "novo modelo de desenvolvimento sustentado" (tratado sobre a questão urbana); "visão ambiental (...) socialmente justa e ecologicamente sustentável", "desenvolvimento ecológico e socialmente sustentado" (Tratado de água doce).

A proliferação dessas "expressão-conceito" não é, como já dito, acompanhada de uma definição clara e consistente dos mesmos. Assim, o emprego dessas novas expressões serve quase tão somente para marcar a distinção entre a postura das não governamentais e a do Nosso futuro comum. Além deste aspecto, é de se notar que internamente aos grupos que elaboraram os tratados as posturas também são bastante diversas, o que por vezes fica explícito através das observações ao final dos mesmos. O que reflete não apenas uma polissemia, mas antes, a inconsistência do conceito de desenvolvimento sustentável.

Essa leitura do documento do governo brasileiro, do relatório das ONGs do Brasil, e dos tratados resultantes das discussões gerais do Fórum Global, confirma tanto as perspectivas diferenciadas internamente à sociedade civil organizada, quanto a ambiguidade do governo brasileiro.¹⁴ Pode-se concluir então que o tão apregoado e aspirado "modelo de desenvolvimento sustentável" é algo ainda em constituição, nutrindo-se de fontes diversas. Sua fórmula, felizmente, não se acha pronta em nenhuma gaveta, de governo ou cientista. Esperamos que a diversidade apenas enriqueça o debate, não chegando ao limite de paralisar as ações. O planeta e seus herdeiros agradecerão.

Bibliografia consultada

- BUARQUE, Cristovam. (1990). *A desordem do progresso*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO-CIMA (1991). *O desafio do desenvolvimento sustentável*. Brasília, Secretaria da Presidência da República.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. (1988). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro, Editora de Fundação Getúlio Vargas.
- FORUM DE ONGs BRASILEIRAS. (1992). *Meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs*. Rio de Janeiro, FASE.
- LACOSTE, Yves. (1983). *Os países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LEROY, J.P. (1992) "Modelo de desenvolvimento: mudança real ou adaptação?" in *Proposta*, nº 53.
- MEADOWS, Donella et alii (1972). *Limites do crescimento*. São Paulo, Perspectiva.
- SACHS, Ignacy. (1986). *Ecodesenvolvimento crescer sem destruir*. São Paulo, Vértice.
- _____. (1986). *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. São Paulo, Vértice.

O FORUM GLOBAL E O DELINEAMENTO DA QUESTÃO URBANA

Pedro Wagner Gonçalves(*)
Sônia Regina de Cal Seixas Barbosa(**)
Simone de Oliveira Siviero(***)

1 - A questão urbana como processo histórico

O crescimento urbano, apesar de peculiaridades regionais, apresenta largos traços de semelhança em diversas cidades do continente americano, particularmente na América Latina. Seja considerando os elementos sociológicos e econômicos, seja na percepção das pessoas, este processo desenfreado de urbanização apresenta fortes indícios da degradação sócio-ambiental.

Tomamos, a título de exemplo, a percepção da incorporação de um bairro periférico na urbanização de São Paulo. O exemplo mostra aspectos relacionados à urbanização acelerada e pode, até certo ponto, representar a consciência dos moradores das grandes cidades.

Um pacato bairro rural, algumas casas, diversas chácaras nos fundos de vales, o matadouro municipal distante perto de 5 Km da Praça da Sé. Gradualmente as casas-chácaras vão se transformando em casas-

(*) Professor do Instituto de Geociências - IG, Pesquisador do Núcleo de Estudos de Pesquisas Ambientais - NEPAM/UNICAMP e Doutorando de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH/UNICAMP.

(**) Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Pesquisas Ambientais - NEPAM/UNICAMP. Doutoranda em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH/UNICAMP.

(***) Assistente de Pesquisa do Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP e Mestranda em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH/UNICAMP.

urbanas, pequenos estabelecimentos comerciais (bares, armazéns e etc.). Estamos no ano de 1920, algumas quadras vão dando lugar a conjunto habitacionais (7 a 10 casas geminadas que vão tomando o lugar das chácaras). Há uma pendência, um terreno situado na várzea, local de inundação, que passa a ser terra pública.

Nas décadas seguintes as feições rurais desaparecem. O matadouro é fechado. Em terrenos que variam em torno de 200m², são construídas casas e sobrados uni-domiciliares. Os lotes vazios desaparecem. A gleba pública é ocupada por favela.

No final dos anos 50, a urbanização moderna se consolida. O córrego é canalizado, as ruas são asfaltadas, o sistema de esgoto para as propriedades particulares é regularizado (e lançado "in natura" no córrego canalizado), a iluminação pública é instalada. Um bairro tipicamente urbano e adensado se configura. Os problemas mais comuns das residências são relacionados com a iluminação e ventilação deficiente (casas frias no inverno e quentes no verão). Mas não há mais enchente e parte dos problemas de favelas estão resolvidos (estes moradores dispõem de água, luz ou esgoto somente não regulamentados). Um dos moradores desta quadra tornou-se o prefeito na década de 50.

Nos anos 60 há mudanças na urbanização, com reflexos na qualidade de vida. É a era da substituição de moradias uni-domiciliares pelos prédios de apartamentos. O adensamento populacional modifica o quadro do trânsito, um movimento mais intenso e mais violento provoca, constantemente, acidentes de trânsito inexistentes no passado. As ruas ficam repletas de carros estacionados, os primeiros prédios não tinham estacionamentos ou estes eram muito reduzidos. Novas áreas de sombra surgem, casas térreas são prejudicadas pela falta de iluminação. Durante a década de 70 este processo de substituição de casas por prédios persiste e o bairro adquire uma urbanização mista: poucos prédios e a infra-estrutura de serviços é ampliada (supermercados, açougues, padarias, restaurantes, etc.).

A recessão dos anos 80 trouxe um impacto múltiplo para as quadras em análise. Algumas moradias tornaram-se cortiços ou novos estabelecimentos comerciais, outras foram derrubadas e substituídas por prédios de apartamentos (numa velocidade mais intensa do que na década anterior). Os problemas do adensamento persistem. As condições de vida na favela foram modificadas pela substituição de parte das moradias de madeira por alvenaria; luz, água, esgoto, coleta de lixo coletivos foram oficialmente implantados. Residências foram sendo substituídas também por pequenas indústrias (ligadas ao setor de confecção).

Esta situação específica envolvendo poucas quadras do Bairro de Vila Mariana, em São Paulo, exemplifica os mecanismos básicos de urbanização das grandes cidades brasileiras com diversos indicadores da degradação sócio-ambiental. As periferias rurais vão sendo substituídas por periferias urbanas com moradores de baixa renda. Estes últimos conquistam os serviços urbanos básicos e propiciam a valorização da terra (mecanismo voraz que implica na expulsão de muitos destes moradores para as novas fronteiras da periferia).

O espaço, elemento que dá estabilidade ao processo de urbanização vai sendo devorado pelo transcurso do tempo. Os homens que vendem seu tempo no mercado, vão sendo devorados pelo próprio mercado.

A tensão entre o elemento estático (espacial) e o elemento devorador (tempo) tem moldes específicos nas cidades brasileiras. Há uma permanente perda da memória pela destruição do elemento estável. O tempo no processo produtivo, atribuidor de valor monetário e financeiro, devora o espaço destruindo-o antes que seja "gasto". O novo ocupa o lugar do velho, numa permanente tensão onde a destruição parece infinda. O produto final desta ininterrupta destruição é a perda de valores culturais, a destruição dos corpos e a dilapidação da alma. Enfim, uma perda sócio-ambiental dos valores ligados à vida e à cidadania.

Ver a questão urbana sob este enfoque ambiental é enfrentar esta "obsolecência planejada" dos processos urbanos brasileiros. Não se pode limitar a

análise ao problema da gestão urbana e à criação de novos espaços urbanos (para atender as demandas por moradia de imigrantes, expulsos do campo, que não param de chegar). Deste modo, questionar as posições das ONGs é buscar entender como seus documentos se posicionaram em relação à crise urbana.

2- O Forum Global e o Tratamento da Questão Urbana

O Forum Global procurou incorporar de forma sistemática a questão urbana indicando que, ao nível das entidades envolvidas nesta discussão, o ambiente urbano passou de uma visão difusa como problemática ambiental para um status institucionalizado. A questão urbana identifica-se com a problemática ambiental, significando o ganho de um novo status cultural para os temas urbanos integrados na luta pela vida.

Neste momento, para uma melhor compreensão das propostas do Forum Nacional da Reforma Urbana seria interessante resgatarmos um pouco do seu processo histórico de formação, na verdade, contarmos um pouco de sua história.

Este processo de mobilização a nível da questão urbana se dá a partir do envolvimento de diversos setores da sociedade em prol da Constituição Brasileira de 1988⁽¹⁾. Os diversos movimentos populares emergiram dos diferentes foruns de debates, criando a partir dessa experiência um novo significado nas relações entre o campo jurídico-institucional e os movimentos sociais, transformando a Constituinte num grande espaço de luta política, uma vez que abriu-se a possibilidade, através de mecanismos de "iniciativa popular" legislativa, a elaboração e defesa de emendas populares ao projeto da Constituição. Foi nesta conjuntura que surgiu o Movimento Popular pela Reforma Urbana, entendida "como uma nova ética social que assume como valor básico, a politização da questão urbana através da

(1) Silva, A. A. da. *Reforma urbana e o direito à cidade*. São Paulo, Pólis, 1991. 59p. (Pólis. Publicações, 1).

crítica e denúncia da desigualdade social que marca o espaço urbano do país" (SILVA, 1991, pag 07).

Diante do processo de incorporação desta questão como um dos elementos do diversificado rol de temas que envolvem os problemas ambientais, algumas questões se colocam para a reflexão sobre os possíveis impactos do "Tratado da Questão Urbana" em termos de discussões ocorridas nas ONGs, particularmente no Brasil nos últimos 2 anos.

3 - A questão urbana e a qualidade de vida

Nossa reflexão remete aos problemas encontrados nas grandes cidades brasileiras, servindo de referência empírica para compreender e questionar as posições das ONGs. Isto se justifica, pois as entidades que elaboraram o Tratado da Questão Urbana, eram entidades americanas e há um conjunto de problemas comuns às diferentes cidades do Continente. A degradação ambiental das grandes cidades americanas (México, Lima, Nova Iorque, Chicago, São Paulo, Rio de Janeiro etc.) apresentam largos traços de semelhanças. Tomemos a título de exemplo a posição de Amaral⁽²⁾ sobre São Paulo.

"O processo de produção do espaço urbano no Brasil mantém em relação ao meio ambiente as características predatórias, excludentes e espoliativas do modelo de desenvolvimento vigente:

a prevalência de critérios de máxima acumulação às custas do esgotamento de recursos naturais, acompanhada pela privatização de lucros e socialização dos prejuízos ambientais decorrentes;

(2) Amaral, A. L. do. Plano Diretor Municipal com Instrumento de Gestão Urbana e Ambiental. IN: Souza, J.C.S., Barros, F.P.de, Rodriguez, S.K. 1992. *Problemas geológicos e geotécnicos na região Metropolitana de São Paulo*, ABAS/ABGE/SBG-SP, p253-257. São Paulo, 291pp.

a institucionalização do modelo de expansão periférica 'irregular' como solução habitacional para a grande maioria da população;

a ausência de controles sociais sobre os mecanismos de valorização e especulação imobiliária, aumentando a escassez de terra dotada de infra-estrutura e destinando, na prática, para a população mais pobre os terrenos impróprios para ocupação ou aqueles destinados à preservação".

Esta rápida análise, apesar das peculiaridades locais de São Paulo, pode ser facilmente transposta para o Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador ou Campinas. Em todas estas cidades, há uma acelerada degradação socio-ambiental, produzindo problemas e percepção que fazem parte do senso comum. Precisamente isto é um elemento comum às mais diversas cidades americanas: rápido crescimento, aumento populacional devido à migração do campo para a cidade, degradação das condições de vida e saúde produzindo uma percepção negativa do ambiente urbano.

O processo de urbanização da sociedade brasileira, tem atendido muito mais a uma demanda associada ao crescimento industrial acelerado do que efetivamente a existência de políticas estruturais de longo prazo.

No dizer de Faria ⁽³⁾ diversos trabalhos sobre a urbanização brasileira tem demonstrado características de crescimento e de complexidade, haja visto que, entre 1945 e 1980, a sociedade brasileira tem conhecido taxas elevadas de crescimento econômico, ao mesmo tempo que sofre profundas transformações estruturais; apresenta um aspecto de modernidade ao deixar para trás a sociedade predominantemente rural, cujo dinamismo fundava-se na exportação de produtos primários de base agrícola; sua complexidade é dada devido ao fato de ser marcada pelos processos que constituíram uma das maiores economias contemporâneas e ao mesmo tempo que é peculiar porque apesar do

(3) Faria, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n.29, março, 1991, p.98-119.

tamanho e da complexidade, essa mesma economia urbana-industrial, está longe de apresentar as características das sociedades industriais avançadas.

Faria destaca, ainda, que essas transformações, esse dinamismo, e a própria perversidade do processo, se manifestam de forma notável na estruturação do espaço urbano brasileiro, confirmando os dados que atestam a velocidade, extensão e profundidade dessas mudanças no que se refere ao processo de urbanização, do ponto de vista ecológico-demográfico.

O significado dessas mudanças ecológico-demográficas se traduz em dados bastante concretos, pois até o final da década de 60 apresentavam elevadas taxas de crescimento vegetativo e também crescentes fluxos migratórios do meio rural para a cidade; assim se em 1950, a população urbana estava mais ou menos próxima dos 18 milhões de habitantes (36% da população total), em 1980 atingia a casa de 80 milhões (taxa de urbanização 68%). Em 1980, 60 milhões de pessoas (50% da população total) viviam em cidades de mais de 20 mil habitantes. Outro aspecto importante é a característica diferenciada em relação a países do terceiro mundo, pois que não há apenas um pequeno número de centros de grande porte, embora concentre grandes contingentes populacionais em um reduzido número de áreas metropolitanas e grandes cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, etc., também apresenta cidades de diferentes tamanhos que acabam por se integrar num "complexo padrão de divisão territorial do trabalho social tanto entre o campo e a cidade como entre as cidades" ⁽⁴⁾.

Os diversos relatórios analisados demonstram essa realidade, incluindo outra gama de questões que caminham em paralelo, reforçando a complexidade da problemática do ponto de vista ecológico-demográfico. Assim, a questão populacional tem estado acoplada a questões como ausência ou deficiência de recursos, pobreza e deterioração ambiental, porque as deficiências de infra-estrutura, as políticas que governam os mercados urbanos de terra e habitação, a

(4) Faria, V., op. cit., p. 103.

debilidade das instituições municipais e os serviços financeiros inadequados para o desenvolvimento urbano afetam as dimensões espaciais e limitam a capacidade produtiva das empresas e famílias. O efeito acumulado dessas limitações é a redução da produtividade urbana e de sua contribuição ao desempenho macroeconômico⁽⁵⁾.

Esse conjunto de fatores tem levado a uma deterioração das condições da saúde, comprometendo a própria reprodução da vida. O empobrecimento e a crise ambiental se tornam mais agudizados devido à ausência de políticas específicas que desobrigam os governos a investir em infra-estrutura urbana e em políticas sociais, gerando uma constante agressão à qualidade devida e à cidadania⁽⁶⁾, ou seja, a produção da cidade, de seus equipamentos e serviços se faz privatizando o espaço público, submetendo as camadas mais desfavorecidas da população a uma constante exclusão de serviços como saúde, educação e moradia, assim como lazer, acesso a bens culturais e deterioração das relações afetivas subjetivas.

4 - Indícios de um caráter transformador para a "reforma urbana"

Diversos trabalhos apresentam uma indicação, a partir de diferentes critérios, da degradação sócio-ambiental em São Paulo e indicam diretrizes para o planejamento urbano. No sentido de dirigir o leitor indicamos alguns. Sob um enfoque arquitetônico e geográfico, Silva⁽⁷⁾ dá um quadro da cidade de São

(5) Banco Mundial. Política Urbana e Desenvolvimento Econômico: Uma Agenda para a década de 90 (resumo). Divisão de Desenvolvimento Urbano do Departamento de Infra-estrutura e Desenvolvimento Urbano. Washington. 1992.

(6) Tratado sobre a Questão Urbana. Por cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis, Rio de Janeiro, 1992.

(7) Silva, L.O. da. A Organização do Espaço Construído e a Qualidade Ambiental: O Caso da Cidade de São Paulo. *Pólis*, n.36 72-91. São Paulo.

Paulo. Teixeira⁽⁸⁾ apresenta os danos e riscos associados a mineração em áreas urbanas. A relação entre água e saúde é apresentada por Rocha⁽⁹⁾. O grave problema de escorregamentos em São Paulo, responsáveis diretamente por um alto número de mortos (maior que das inundações), é tratado por Cerri⁽¹⁰⁾. Uma orientação para a gestão urbana, orientada pelos limites do meio físico, é mostrada por Prandini, Nakasawa e Campanário⁽¹¹⁾.

Estes trabalhos, e muitos outros produzidos nos últimos 20 anos, dão uma imagem sobre o caos urbano e mostram que já existe um conjunto de informações técnicas (algo dispersas e pouco sistematizadas) capaz de diagnosticar os principais problemas e apontar possíveis soluções. Logo, o que falta é uma atitude política que envolva o poder público, as organizações privadas e populares para enfrentar e defender a realidade ambiental.

McHarg⁽¹²⁾ exemplifica este mecanismo que associou o poder público, organizações privadas e de moradores num bairro Chicago. A proposta de construção de uma "free way", cortando o bairro, e a reação dos moradores orientou e constitui um levantamento de informações técnicas associadas a um conjunto de decisões políticas que permitiu a gestão do bairro: reorientação do traçado da estrada, orientação para construção de moradias, legislação e regulamentações governamentais.

O exemplo é elucidativo ao nível das forças que precisam ser articuladas na gestão urbana. Destaque-

(8) Teixeira, J.A. de G. "Impactos ambientais da atividade mineral na região metropolitana de São Paulo". IN: Souza, J.C.S. op.cit.

(9) Rocha, G.A. "Água e vida na cidade de São Paulo". IN: Souza, J.C.S. op. cit. p.195-208.

(10) Cerri, L.E.S. "Riscos geológicos associados a escorregamentos na região metropolitana de São Paulo". IN: Souza, J.C.S. op. cit. p.209-225.

(11) Prandini, F.L., Nakasawa, V. A., Campanário, M. de A. "Cartografia geotécnica da grande São Paulo". IN: Souza, J.C.S. op. cit. p. 241-250.

(12) McHarg, I. *Design with nature*. Doubleday/Natural History Press. New York, 197pp.

se que o exemplo é inaplicável diretamente (Em Chicago, o bairro era constituído de lotes uni-domiciliares com moradores de renda elevada).

Mas, como o Tratado da Questão Urbana enfrentou os conflitos decorrentes da concorrência pelo uso e ocupação do solo?

Basicamente a partir das três premissas básicas definidas no Tratado da Questão Urbana⁽¹³⁾ :

- a função social da propriedade e da cidade entendida como a prevalência do interesse comum sobre o direito individual de propriedade, com o uso socialmente justo do espaço urbano para que os cidadãos se apropriem do território, democratizando seus espaços de poder, de produção e de cultura dentro de parâmetros de justiça social e da criação de condições ambientalmente sustentáveis;
- direito à cidadania entendido como a participação dos habitantes da cidade e povoados na condução de seus destinos. Inclue o direito à terra, aos meios de subsistência, à moradia, ao saneamento, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer, à formação. Inclue também o direito à liberdade de organização; respeito às minorias e à pluraridade étnica, sexual e cultural; o respeito aos imigrantes e o reconhecimento de sua plena cidadania; a preservação da herança histórica e cultural e usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado, sem distinções de gênero, nação, raça, linguagem e crenças;
- gestão democrática da cidade entendida como a forma de planejar, operar e governar as cidades e povoados submetida ao controle e participação da sociedade civil, destacando-se como prioritário o fortalecimento e autonomia dos poderes públicos locais e a participação popular.

Segundo a experiência de McHarg⁽¹⁴⁾ são esses conflitos decorrentes da concorrência pelo uso e ocupação do solo que colocam em cheque a visão "planejadora": o planejamento que permanece no papel e que é baseado num modelo ideal, genérico,

(13) Tratado da Questão Urbana. Artigos: 15, 16 e 17. op. cit..

(14) MacHarg, I. op. cit.

inalcançável, a união dos dois elementos criam algo aplicável. É na verdade, um conjunto de procedimentos escamoteadores dos interesses econômicos em jogo e, simultaneamente, a produção de sujeitos técnicos, que desqualificam a população em geral, travestindo-se de ambientalistas governamentais.

Segundo Coraggio⁽¹⁵⁾ "parece elementar que uma proposta orientada por delineamentos de uma reforma urbana deve basear-se num prolongado processo de transformação".

O projeto de reforma urbana precisa ser pensado em três instâncias para que realmente consiga abarcar a sua proposta.

É preciso pensar a reforma juntamente com o planejamento não somente no redimensionamento do espaço urbano mas também, nos mecanismos estruturais básicos para a sua produção e nas vias para a sua institucionalização.

Com isso, percebemos que a dimensão de planejamento passa a ter outro enfoque. O planejamento visto como um processo dinâmico, complexo, transformador e mais, ultrapassando a visão estática de somente remanejamento do espaço urbano pois a proposta, na verdade, prevê um processo profundo de reforma social.

Portanto, em relação ao sentido da cidade, propõe-se "fazer das cidades um lugar para a reprodução ampliada da vida de todos, uma vez que, a crítica ao capitalismo está baseada nas cidades por serem um lugar para a gestão e acumulação coletiva do capital privado". Por isso, a proposta implica em alguns pressupostos.

É imprescindível termos que pensar sobre um conceito de desenvolvimento, levando em consideração a existência de noções de equilíbrios dos sistemas, não só biológicos como sociais também, que dariam suporte a este desenvolvimento. E é claro, não nos esquecendo de pensar um desenvolvimento que leve em consideração "a satisfação das necessidades básicas"

(15) Coraggio, J.L. Sobre el sentido de proponer una reforma urbana en los 90. Forum Internacional da Reforma Urbana, RJ, 31/05 a 04/06/1992.

de todos onde, a dinâmica do desenvolvimento está dada pelo caráter sempre amplo da definição das necessidades básicas.

Quanto aos mecanismos de produção das cidades é preciso institucionalizá-los. Criar mecanismos políticos de definição das políticas estatais, orientada para o bem estar social da maioria e da regulação do capital. Com o caráter mais ou menos estatal e autogestionário, mais ou menos centralizado e participativo. E por último, a instância das vias institucionais e propõe a implantação de novas relações de instituição que se sustentem nas práticas cotidianas e que não requerem um subsídio permanente do poder estatal.

Desta forma, ou como ressalta Nuestra Propria Agenda⁽¹⁶⁾, a qualidade de vida é o conceito central da problemática ambiental e do desenvolvimento sustentável, pois representa muito mais que um nível de vida privado, exigindo, entre outros aspectos, a disponibilidade total de infraestrutura social e pública para atuar em benefício do bem comum para manter o ambiente sem deterioração ou contaminação. O documento ressalta ainda que, qualidade de vida exige também uma infinidade de fatores relativos, sendo que a maior parte deles não quantificáveis conceitualmente, devam contribuir para a satisfação dos desejos e as aspirações das necessidades humanas. Portanto, este conceito deveria significar a pauta de propostas para a construção de um novo modelo de sociedade. Ou como no dizer de Coraggio⁽¹⁷⁾, uma "reforma urbana" para a década de 90 deveria pensar um conceito de desenvolvimento centrado na acumulação social, entendida como condição necessária da satisfação plena das necessidades, orientada por um planejamento (direto) dos recursos estatais e (indireto) dos agentes não estatais, ou seja a sociedade civil.

(16) Comision de Desarrollo y Medio Ambiente da America Latina y Caribe. Banco Interamericano Desarrollo. Programam de Naciones Unidas para el Desarrollo. Nuestra Propia Agenda. Bogotá, 1990.

(17) Corragio, J.L. op. cit.

Neste aspecto, o autor adverte que um planejamento urbano deveria estar calcado num controle centralizado do acesso e uso da terra, na organização espacial das atividades segundo esses objetivos, e da possibilidade de toda a população ao acesso a moradia e aos serviços urbanos incluindo também que a definição de uma base mínima para a reprodução da vida, deveria ser o determinante da distribuição de bens e serviços. Ou melhor explicitando, o conceito de desenvolvimento centrado na satisfação de necessidades básicas de todos, com a ampliação cada vez mais crescente da definição destas necessidades, determinariam o caráter dinâmico do processo necessidades básicas determinadas por aspectos objetivos e subjetivos.

O caráter utópico dessa proposta de "reforma urbana" surge, porque para se obtê-la tem-se que pensar numa profunda reforma social, que dever ser refletida através de uma nova forma política de atuação social, uma nova base de sustentação institucional, assim como novas estruturas educativas e sociais, para inclusive alterar o padrão de consumo das sociedades industrializadas.

5 - Considerações Finais

Essas reflexões nos sugerem alguns caminhos. De um lado, fica evidente a caótica realidade urbana através de vários dados levantados pelo Forum da Reforma Urbana. Por outro, há a possibilidade de novas perspectivas como a percepção da necessidade de uma nova concepção de Reforma Urbana.

Cabe nestas considerações resgatar alguns pontos elucidativos do Forum Nacional da Reforma Urbana. Um que merece destaque é a própria institucionalização da questão urbana dada a partir de 1988 pela Constituição Brasileira, onde são plantados mecanismos de participação popular e ainda o entendimento de uma nova ética social que assume como valor básico a politização da questão urbana

através de substantivas críticas e de denúncia da desigualdade social que tem marcado o espaço urbano brasileiro. Outro aspecto é a possibilidade do entendimento da problemática ambiental pelo Fórum Nacional da Reforma Urbana e sua inserção em todo o processo preparatório do Fórum Global.

A partir de então percebe-se a vinculação que a questão urbana assume junto a problemática ambiental, em função do constante processo de comprometimento dos vários aspectos da qualidade de vida, assim como, a ausência de políticas para atuar sobre estas questões.

Portanto, percebemos novas possibilidades e perspectivas de caráter transformador da reforma urbana, dados a partir de três premissas básicas: a função social da propriedade e da cidade; o direito à cidadania e a gestão democrática da cidade.

Acreditamos que essas três premissas sustentam uma nova forma de planejamento, isto é, visto como um processo dinâmico, complexo, transformador e que ultrapasse esta visão estática de somente um remanejamento do espaço urbano.

Aliada a essa nova forma de planejamento do espaço urbano a qualidade de vida passaria a ser o conceito central da problemática ambiental e do desenvolvimento sustentável pensada na acumulação social e na condição necessária da satisfação plena das necessidades básicas (objetivas e subjetivas) de todos, com a ampliação cada vez mais crescente da definição destas necessidades que determinariam o caráter dinâmico do processo.

Desta forma a reflexão sobre o conceito de qualidade de vida, que engloba os aspectos subjetivos e objetivos de satisfação de necessidades básicas deverá pautar nossos futuros trabalhos, pois só assim se poderá chegar a trilhar um caminho realmente novo, mesmo que com aspectos de utopia.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Tbilisi, 1977 - Rio de Janeiro, 1992
Análise Comparativa de Documentos
Internacionais

Ricardo Carneiro Novaes()*

I - Introdução

Tal monografia tem por objetivo colocar em discussão alguns aspectos referentes aos documentos internacionais que tratam da Educação Ambiental.

Optou-se em se trabalhar com dois documentos básicos para a presente discussão. O primeiro reúne as contribuições da Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, ocorrida em 1977 em Tbilisi, Geórgia (ex-URSS). Organizada pela Unesco, em colaboração com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente) tal fórum tornou-se referência teórica obrigatória.

O outro documento a ser analisado é o "Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global", documento final da Jornada Internacional de Educação Ambiental, evento do Fórum Internacional de ONG's e Movimentos Sociais, ocorrido no Rio de Janeiro em julho de 1992. Tais encontros ocorreram em simultaneidade com os eventos oficiais desenvolvidos pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD/92), que se efetuavam naquela cidade.

Usaremos as terminologias Conferência de Tbilisi (ou meramente Tbilisi), e Tratado de Educação Ambiental (ou Tratado do Rio), para nos referirmos aos documentos citados.

É incontestável o fato de Tbilisi servir de referência teórica básica para os mais diversos trabalhos relativos a Educação Ambiental. Porém,

(*) Mestrando em Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH/UNICAMP.

passados quinze anos, quais as alterações conceituais que observamos? O que nos traz de novo, o tratado de Educação Ambiental? Ocupará tal Tratado o mesmo papel de referência que Tbilisi ocupou?

Antes de nos preocuparmos em analisar tais indagações é necessário esclarecer que tais documentos são intrinsecamente diferentes. São análogos e não homólogos. Isto é, tem uma gênese diferente. As resoluções de Tbilisi são respaldadas em representantes das nações - membros da ONU, o que lhe confere o caráter oficial; enquanto o Tratado é um termo de compromisso de cidadão e de órgãos não-governamentais presentes em cinco continentes. Para nós tal característica não desqualifica o Tratado (antes o contrário, lhe confere um caráter supra-oficial).

A opção de não se trabalhar com os "documentos oficiais" da "CNUMAD-92" é justificada na crença que temos de que tais propostas são incipientes, não apresentando avanços metodológicos. Tais propostas se caracterizam ainda, por serem tecnocráticas e pouco discutidas; o que contrasta com o processo de realização do Tratado, que se mostrou democrático, participativo e planetário.

II. Histórico

a) Pré-Tbilisi

O ano de 1972 marca o início da era na qual os organismos internacionais começam a dar sinais de uma preocupação com relação à saúde do planeta. A publicação do relatório do Clube de Roma "os limites do crescimento", e a realização da Conferência de Estocolmo, ilustram esse momento. A Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, traz, entre suas recomendações, a necessidade de se desenvolver um programa internacional de Educação Ambiental. Dias, ao se reportar ao fato, relata que tal programa se objetivaria em "educar o cidadão comum para a compreensão dos mecanismos de sustentação da vida na terra, como o primeiro passo para o manejo e controle

do meio ambiente"⁽¹⁾. O autor salienta que "está presente na recomendação nº 196 da conferência, o reconhecimento da Educação Ambiental como o elemento crítico para o combate à crise ambiental do mundo".⁽²⁾

Dando forma às recomendações de Estocolmo, a Unesco promoveu em Belgrado, Iugoslávia, um encontro internacional sobre Educação Ambiental. Dias relata que "o encontro reuniu representantes de todos os países acreditados na ONU. O encontro culminou com a formulação dos princípios e orientações para um programa internacional de EA, segundo o qual esta deveria ser contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais, e voltada para os interesses nacionais. Essas recomendações, acompanhadas de uma análise absolutamente lúcida, geraram a "Carta de Belgrado", um documento de grande significado para a evolução da OEA. A Carta expressava a necessidade de uma nova ética global, que proporcionasse a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição, e da dominação e exploração humana. A carta preconizava que os recursos humanos do mundo deveriam ser utilizados de um modo que beneficiasse toda a humanidade e proporcionasse a todos a possibilidade de aumento da qualidade de vida".⁽³⁾

b) A Conferência de Tbilisi

Temos em 1977 a realização do evento que iria se tornar o marco conceitual da Educação Ambiental. A Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental foi o fórum no qual se definiram as conceituações, objetivos, características, recomendações e estratégias pertinentes a nível nacional e internacional. A Conferência de Tbilisi foi o ponto culminante da primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental, iniciado em

(1) Dias, G.F. Os quinze anos da educação ambiental no Brasil: um depoimento. p.4.

(2) Idem, Ibidem, p. 4.

(3) Idem, Ibidem, p. 1.

1975. A conferência recomendou a adoção de alguns critérios para o desenvolvimento da Educação Ambiental. Dias transcreve tais recomendações:

"que fossem considerados todos os aspectos que compõem a questão ambiental, ou seja, os aspectos políticos, sociais, econômicos, tecnológicos, éticos, culturais e ecológicos; que a EA deveria ser o resultado de uma reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas que facilitem a visão integrada do meio ambiente; que os indivíduos e a coletividade possam, através da EA, compreender a natureza complexa do meio ambiente, e adquirir os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar eficazmente na prevenção e solução dos problemas ambientais; mostrar com toda clareza as interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno, no qual as decisões e comportamentos dos diversos países podem produzir consequências de alcance internacional; que suscite uma vinculação mais estreita entre os processos educativos e a realidade, estruturando suas atividades em torno dos problemas concretos que se impõem à comunidade, e enfocá-los através de uma perspectiva interdisciplinar e globalizadora; que seja concebida como um processo contínuo, dirigido a todos os grupos de idade e categorias profissionais.

Assim, a EA teria como finalidade: ajudar a fazer compreender, claramente, a existência e a importância de interdependência econômica, social, política e ecológica, nas zonas urbanas e rurais; proporcionar, a todas as pessoas, a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, as atitudes, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente; induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e nas

sociedade em seu conjunto, a respeito do meio ambiente"(4).

4. Tbilisi e a questão do desenvolvimento

Como foi dito, já aparecem nas orientações da Conferência de Tbilisi, algumas críticas ao modelo de desenvolvimento adotado. O texto também condena o uso dos indicadores quantitativos de desenvolvimento (PIN, PNB, etc). Em determinada passagem temos uma crítica veemente à concepção de uma relação Homem/Meio Ambiente situada em uma perspectiva "estritamente utilitária, exclusivamente orientada para a exploração econômica"(5).

Mais a frente, temos então, a proposta de um outro modelo de desenvolvimento:

"Frente a esta situação, a declaração e o programa de ação sobre o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional, aprovados pela assembléia geral da ONU, propuseram uma nova concepção de desenvolvimento, baseada em uma ordem de prioridade, de um desenvolvimento que se dedique a atender as necessidades de toda a humanidade, que responda, a suas aspirações legítimas e aceite o pluralismo das sociedades. Isto supõe uma nova ética que deverá repudiar exploração, o desperdício e a exaltação da produtividade, concebida como um fim em si mesma"(6).

Observamos que muitas das críticas e recomendações que se encontram hoje em diversos documentos da área ambiental, já estavam explicitadas acima. Porém, tais críticas não haviam ainda tomado forma e amadurecido em termos de propostas para um novo padrão de desenvolvimento.

(4) Idem, Ibidem, p.5-6.

(5) Unesco. *La Educacion Ambiental, las grandes concepciones de la Conferencia de Tbilisi*. p.16.

(6) Idem, Ibidem, p. 16.

c) Pós-Tbilisi

A nível internacional

Em agosto de 1987 a Unesco promoveu em Moscou a II Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Dez anos passados de Tbilisi, os representantes avaliaram os resultados obtidos e as mudanças necessárias. A Conferência de Moscou manteve as orientações de Tbilisi, que se firmou como o grande marco teórico.

No Brasil

A Educação Ambiental no Brasil tem, até o passado recente, uma ligação muito estreita com o Estado. A nível federal o Ministério da Educação e a Secretaria Especial do Meio Ambiente disputavam sua posse.

Dias relata que "os órgãos ligados ao meio ambiente prevaleceram e assumiram a questão. Porém, as agências governamentais, por não acompanharem as discussões e recomendações internacionais, trabalharam essencialmente o aspecto biológico da Questão Ambiental".⁽⁷⁾

O autor acrescenta que com a criação do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) a Educação Ambiental recebeu uma atenção apenas retórica, não sendo priorizada.

Agências Estaduais Municipais referentes ao meio ambiente foram criadas, muitas delas com setores dedicados à Educação Ambiental. Desta maneira um espaço de muita importância foi sendo ocupado. Algumas entidades ambientalistas dividiam com o Estado este espaço.

(7) Dias, G.F. Op. cit. p. 6-7.

Posteriormente, diversos movimentos sociais foram incorporando a temática ambiental em suas preocupações.⁽⁸⁾

Neste processo complexo, grupos até então estranhos à preocupação ambiental passam a incorporar o discurso. Em muitos casos, tais grupos procuram reduzir a Educação Ambiental à informação ambiental, tornando-a neutra, apática e pasteurizada.

d) O Tratado de Educação Ambiental

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global busca ser um termo de compromisso a ser subscrito "por todas as pessoas engajadas ou interessadas no tema, que se comprometem com um elenco de princípios fundamentais".

O lançamento oficial do Tratado se deu em junho de 1992, sendo apresentado como documento final da Jornada Internacional de Educação Ambiental, ocorrida no Rio de Janeiro durante o Fórum Internacional de ONG's e movimentos sociais.

A novidade em relação a outros documentos (entre os quais, Tbilisi) é que, o Tratado se posiciona claramente a favor de uma educação libertária e popular.

A crítica ao modelo de desenvolvimento, já presente em Tbilisi, apresenta aqui um avanço em direção ao conceito de sociedades sustentáveis; conceito este que ultrapassa a discussão relativa ao desenvolvimento sustentado.

Como princípios da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, temos:

1. A educação é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores.

(8) A incorporação desta temática passa pela compreensão da problemática ambiental global e de suas implicações com a luta por melhores condições de vida.

2. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.

3. A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.

4. A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social.

5. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.

6. A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas.

7. A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e interrelações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna devem ser abordados dessa maneira.

8. A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.

9. A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, lingüística e ecológica. Isto implica em uma revisão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilingüe.

10. A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças

democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.

11. A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.

12. A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana.

13. A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião, classe ou mentais.

14. A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.

15. A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.

16. A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impôr limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

Podemos observar que o Tratado de Educação Ambiental sofreu fortes influências de grupos que atuam na área da Educação Popular. Ao analisar esse

encontro entre Educação Ambiental e Educação Popular, Reigota considera que:

"A Educação Popular tem um histórico muito mais conhecido e tem se renovado. Hoy ela se centra en dar impulso al desarrollo de capacidades colectivas que permitan a la organización popular pasar de ser la sola unión de esfuerzos individuales a la conformación de un sujeto colectivo que no limita la solidaridad al interior de los socios, sino que, ubicándose en las contradicciones y luchas estratégicas de la sociedad global, busca alcanzar un carácter protagónico.

Este aporte no ha de ser entendido solo como de concientización sobre la importancia de lograr esse paso. Se trata sobretudo de consolidar capacidades colectivas, principalmente de recuperación, creación y aplicación de conocimientos, que permiten superar la cultura de resistencia y pasar a una cultura de emancipación" (CEAAL, 1990, p. 114).

Nesta perspectiva de educação popular se incluem os objetivos da educação ambiental, só que a primeira tem uma tradição pedagógica e política voltada para o avanço das camadas populares. Avanço este que inclui melhores condições de vida, democracia e cidadania".⁽⁹⁾

O autor justifica sua análise observando que "no debate internacional sobre meio ambiente, é necessário que aqueles que são vítimas do modelo econômico participem e apresentem propostas visando o estabelecimento de uma nova ordem econômica e ecológica internacional⁽¹⁰⁾. Reigota conclui, "a participação social das camadas da classe popular se torna cada vez mais importante e decisiva e ela deve ser ampla, saindo das reivindicações imediatas para garantir um avanço qualitativo, e propondo,

(9) Reigota, M. "Fundamentos teóricos para a realização da educação popular ambiental", p.36.

(10) Idem, Ibidem. p. 39.

inclusive, alternativas para a realização do desenvolvimento sustentado e da educação que estabeleça uma nova aliança entre a humanidade e a natureza, e novas relações políticas entre os hemisférios Norte e Sul do planeta"⁽¹¹⁾.

III. Conclusão

Tbilisi é e será sempre uma referência, pois foi lá que primeiramente se sistematizou toda uma teoria que já vinha sendo discutida. Porém, devemos entender a educação como um processo dinâmico, e é através deste dinamismo que chegamos ao Tratado de Educação Ambiental.

São três os pontos que ilustram o grande avanço que tal tratado representa.

O primeiro se refere à incorporação de elementos da Educação Popular. Isto refletiu em uma proposta de uma educação ambiental atrelada às questões sociais. A busca de uma sociedade ecologicamente equilibrada e socialmente justa passa por uma Educação Ambiental Libertária e Popular.

O segundo ponto é referente ao uso do conceito de "sociedades sustentáveis". Tal concepção ultrapassa as propostas de "desenvolvimento sustentado" até então defendidas.

Por último, temos a questão que considero como mais relevante: o processo de elaboração do Tratado.

A proposta de um termo de compromisso entre cidadãos do mundo, entre representantes da sociedade civil do planeta é de uma ousadia silenciosa e revolucionária. O fato de termos um tratado não governamental reflete a emergência de uma nova possibilidade política (ou mesmo de uma nova utopia planetária).

(11) Idem, Ibidem, p. 39.

Bibliografia

- DIAS, G.F. "Os quinze anos da educação ambiental no Brasil: um depoimento". In: *Em Aberto* INEP/MEC, n. 149, jun/92, Brasília, 1992.
- REIGOTA, M. "Fundamentos teóricos para a realização da educação ambiental popular". In: *Em Aberto* INEP/MEC, n. 119, jun/92, Brasília, 1992.
- Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Rio de Janeiro, 1992.
- UNESCO. *La Educación ambiental. Las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilisi*. Presses Universitaires de France. Paris, 1980.

A AMAZÔNIA: À PROCURA DE ALTERNATIVA

Eudson de Castro Ferreira()*

1. É preciso manter a Amazônia de pé

Ecologia e ambiente são os eixos temáticos ao redor dos quais girou o Planeta Terra, tanto na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), quanto no Forum Global das Organizações não Governamentais (FG), ambos os eventos realizados no Rio de Janeiro neste ano de 1992. As formas de ocupação e exploração do Planeta Terra vão assumindo a exata dimensão de sua importância na atualidade. A questão ambiental e ecológica transcende a simples defesa da fauna e da flora e situa o homem como agente de intervenção dos sistemas de que ele depende para reproduzir-se.

É impossível referir-se à Ecologia sem discutir os trópicos úmidos, as florestas e, conseqüentemente, a Amazônia; neles estão contidos os grandes temas da Conferência. A razão é simples: a Amazônia é continental; continente "sui generis" - pouco conhecido e desafiador.

O que se propõe neste trabalho é realimentar o debate sobre a "Questão Amazônica", objetiva-se aproximar e articular os principais aspectos de sua leitura e compreensão, retomando as perspectivas discutidas nos referidos encontros. Se, por um lado, o FG e a Rio-92 não negam o desenvolvimento da Amazônia, por outro lado, admitem-no e, inclusive, defendem-no, desde que se mantenha a "Amazônia de pé". Neste contexto de responsabilidade consciente e compartilhada, situa-se a "Causa Amazônica". Seus

(*) Professor do Departamento de Sociologia da UFMT e doutorando em Sociologia na UNICAMP.

desafios são múltiplos e suas perspectivas obscuras; uns e outras repletos de indagações. O presente trabalho, contudo, não pretende uma análise exaustiva da Questão Amazônica, em função da abrangência do tema. Além disso, as considerações sobre as análises e estratégias de ações do FG e da Rio-92, levantadas aqui, não deverão ser tomadas como conclusivas, mesmo porque os dois eventos acima recomendam o aprofundamento dessas questões.

2. Unidade na heterogeneidade⁽¹⁾

Os dois eventos discutiram e questionaram as formas como a Amazônia tem sido abordada. Tanto nos momentos preparatórios, quanto na realização dos encontros, o esforço empreendido se deu no sentido de corrigir os equívocos de análise, com o intuito de redirecionar as opções e estratégias de desenvolvimento na Região.

A Amazônia não é homogênea, e a sua heterogeneidade é o que se deve destacar. De um lado, a unidade da Amazônia é reconhecida por inúmeros estudiosos, que, por outro lado, também reconhecem a heterogeneidade da Região. A Amazônia é uma unidade resultante de diversidades que não destrói a unidade, mas a mantém viva no ciclo biológico. Neste ciclo, espaço e tempo são realidades em perfeita alternância e complementaridade que se manifesta nas características físicas do relevo, solo e subsolo, águas e climas, fauna e flora. São aproximadamente 7 milhões de Km, nos quais são produzidos e reproduzidos variedades extraordinárias de genes e espécies que ocorrem sob diferentes graus de adaptação, vida e morte, reprodução e mutações das espécies.

Sob a ótica imediatista caberia perguntar: o que significa a biodiversidade da Amazônia para o homem? Ainda é pouco o que se sabe dela. Contudo, mesmo que prevaleça a lógica utilitarista que

(1) As fontes citadas referem-se prioritariamente aos documentos da Rio-92 e do FG, mas não se restringem aos dois eventos.

determina a razão de agir do homem ocidental, a elevada variedade de vidas em um mesmo lugar e a extraordinária multiplicidade de espécies em diferentes espaços de uma mesma região são razões suficientes para mantê-las vivas, até que sejam conhecidas. Estes são desafios que precisam ser enfrentados quando se pensa emoções e estratégias para a Região. Tanto a Rio-92 quanto o FG defendem esta posição⁽²⁾. Defendem, inclusive, o desenvolvimento sustentável⁽³⁾ como única forma de garantir a diversidade biológica ou a pluralidade de vida em nosso Planeta.

A heterogeneidade da Amazônia é social e histórica, econômica, política e cultural. Nela se inserem a Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, estendendo-se a sua configuração até à Guiana Francesa. A dimensão espaço-temporal e histórico-cultural amazônica aproxima e distancia, soma, mas separa, regiões e ecossistemas, países, povos e culturas. Nela ocorre, a exemplo de um palco de representações, não apenas histórias de vidas isoladas, mas de inumeráveis nações presentes e reconhecidas, nações extintas - como as dos povos Huitoto no Peru, ou, então, em fase de reconhecida extinção, a exemplo das nações Guarani e Gavião no Brasil.

3. Reconstruir a história

O limitado conhecimento que se tem do processo de ocupação da Amazônia foi significativamente enriquecido por descobertas recentes que impõem aos estudiosos reconstruir a história da Região. Estima-se entre 23 e 20 mil anos a presença do homem na América do Sul (Cf. Comision Amazonica, 1992). A cada momento defrontamo-nos com novas descobertas, no mínimo instigantes. Megger (1985) defende que homens caçadores viveram no leste da Amazônia há 10.000 anos e ocuparam a parte sul da região. Vestígios de cerâmica, recentemente encontrados nas imediações de Santarém, são provas suficientes da existência humana na Amazônia em torno de 7.000 e 8.000 anos atrás (Cf.

Wilford, 1991). Contudo, em que pese a força das comprovações, respaldadas por essas descobertas, insiste-se em limitar uma história que somente teve início a partir de 1.500 com a chegada dos europeus.

Importantes povoações indígenas foram dizimadas, pela violência dos colonizadores, quando os europeus penetraram na Região pela calha do rio Amazonas. As enfermidades introduzidas, para as quais os índios não tinham qualquer defesa, eliminaram numerosos povos ou nações (Cf. Monteiro e Crespo, 1989; Arvelo-Jimenez, 1989; Chirif, 1989). Os portugueses e os espanhóis - e, posteriormente, os ingleses, franceses e holandeses - pouco se interessaram pelos povos e culturas com os quais se defrontaram. Esses não foram legitimados, mas quase sempre dispersos e, inclusive, eliminados. A conquista de novas terras justificou-se, também, em razão: i) dos metais preciosos, como o ouro e a prata, como forma de entesouramento das nações desbravadoras; ii) de mercadorias que atendessem à demanda e ao suprimento do mercado europeu; iii) da necessidade de força de trabalho, ou seja, do escravo. Assim sendo, povos e culturas autóctones constituíam barreiras a serem demolidas.

A partir dos meados do Século XIX, deve-se à demanda da borracha o novo surto de entrada na Amazônia. No Brasil, em menos de um século a população da Região ultrapassou 1,2 milhões de habitantes. Por razões idênticas, o processo não foi diferente em outros países, tais como a Bolívia, Peru, Equador e Colômbia. A queda do preço da borracha no mercado internacional desaqueceu o ímpeto das entradas, mas importantes cidades, como Belém e Manaus, estavam consolidadas. Na fase de expansão colonial, o massacre das populações indígenas foi também expressivo. E, até os dias de hoje, na Amazônia Brasileira, o acicate da "empresa moderna" supera as rudimentares formas de exploração do passado, existindo um agravante - a presença determinante do Estado (Cf. Cardoso e Muller, 1978), que assumiu explícita ou veladamente parte substancial dos custos das entradas e explorações, desde que, na esteira das mesmas, fossem também introduzidas as suas

ideologias. Na modernidade, em razão de uma lógica semelhante à do passado, já não são apenas os índios que devem ser banidos, mas também os povos da floresta. Contudo, estes são um testemunho vivo de que: os espaços da Amazônia não são vazios, a Bacia Amazônica é habitável e a Amazônia não é uma solução pronta para os problemas e conflitos de terra não resolvidos nas demais regiões. Na prática, as populações nativas e aquelas adaptadas não são entraves ao desenvolvimento, mas referências concretas de como se deve trabalhar uma natureza ainda pouco conhecida.⁽⁴⁾

No Brasil, a colonização dirigida, tanto a pública quanto a particular, converteu-se em um poderoso instrumento de transplante em massa de trabalhadores das demais regiões para a Amazônia. A partir da década de 70, a colonização intensificou-se, agravando os problemas da Região enquanto tentava-se, a um tempo, desativar as tensões e conflitos de terra e a contemplar os interesses de latifundiários do Nordeste e Centro-Sul. Simultaneamente, sem qualquer ocultação de intenções, o "convite" para se instalar e conquistar o solo da nova fronteira se estendeu às pessoas e grupos empresariais (nacional e estrangeiro). Para tanto, foram estimulados os projetos de geração de proteínas (gado), produção de grãos (monocultura da soja), plantios permanentes (seringa, cacau, guaraná, café etc.). A Amazônia abriu-se, ainda, para a exploração de seu sub-solo através da extração de minérios. Os projetos emergiram dos grandes programas que se constituíam em verdadeiras locomotivas que deveriam transportar, para a Região, o "progresso". Com tais projetos (Carajás, Tucuruí, Balbina e, principalmente, o Calha Norte e Sul) se ajustaria a Amazônia à economia nacional e à geopolítica de "integração nacional",

(4) Alguns documentos do FG e da Rio-92 explicitam estas posições: Tratados do FG: Modelos Econômicos Alternativos; Agricultura Sustentável; Sobre a Pesca; Militarismo. Meio Ambiente e Desenvolvimento; Amazonas: 500 anos de resistência. Documentos da Rio-92: Amazonia without Myths (subsídio do Tratado de Cooperação Amazônica à Convenção).

cujos objetivos incluía a hegemonia do Brasil no Continente Sul Americano e no Caribe. Para os empresários, o Estado estabeleceu o incentivo fiscal, o juro negativo, o crédito subsidiado; para os lavradores, a expectativa de se tornarem proprietários fundiários e, para o próprio Estado, o pretendido era: a vigilância e presença em todos os recantos da floresta, o controle dos conflitos e das "guerrilhas", a militarização da questão agrária e, se as estratégias fossem alcançadas, a progressiva ampliação da hegemonia brasileira.

Pode ser precipitada qualquer avaliação que atribua total fracasso ao programa de ocupação da Amazônia, idealizado e implantado no transcurso do Regime Militar. Mas não se pode negar que, no bojo dos projetos privados, estimulados pelos militares, encontra-se parte significativa dos propósitos da ditadura: a implantação, pela via autoritária, de um modelo econômico néo-liberal, idealizado pelos militares de 64 em resposta às proposições da esquerda. Coube aos grupos econômicos, afinados com o golpe de 64, realizar o povoamento massivo da Região através dos projetos de colonização; parte desses grupos se instalou na Amazônia, acolhendo as benesses da União e dos Estados. Segundo dados do INCRA (1980), na década de 70 até meados de 1980, somente em Mato Grosso, foram executados 55 projetos de colonização, entregues prioritariamente às empresas privadas. Sinop, Colider, Juara, Juína, Alta Floresta são exemplos de municípios que passaram a existir sob o controle de empresas colonizadoras. Se, por um lado, a ideologia do "Estado Militar" mostrou-se presente nas prefeituras, nos tribunais, nos comandos militares e demais repartições públicas; por outro lado, as instituições e serviços assemelharam-se a um vassalo dos colonizadores. Estes se apressaram em atrair para os "seus territórios" o capital (financeiro, industrial, comercial), associando-se a ele em seus diferentes empreendimentos. O êxito da empreitada perante o público menos esclarecido deve-se à mídia que, censurada ou comprometida, mostrou-se eficiente na divulgação da lenda do ouro verde, do mito de enriquecimento fácil na Amazônia. No bojo

desta "nova bandeira" se colocaram os garimpeiros, os sem-terra e os desempregados das demais regiões brasileiras, que, acreditando poder encontrar condições dignas de vida, seguiram "expontaneamente" para a fronteira amazônica. A esperança de terras boas e desocupadas na última fronteira agrícola exerceu, e ainda exerce, forte poder de atração em milhares de famílias que desejam levar adiante, com dignidade, seus projetos de vida. No final da década de 70 estavam montados o palco e a arena de exploração e litígios; nele, as pessoas e a natureza são pisoteadas, as ações se justificam pela sede do ouro e pela luta pela terra, um e outra, não raro, facilitados pelas autoridades constituídas. (Ianni, 1976, 1979; Martins, 1981, 1984; / Hebette, 1982; Ferreira, 1984; Oliveira, 1988).

4. Estranhamento e conflitos

A ética que predomina em nossa sociedade tem sido um dos obstáculos para o relacionamento digno e harmonioso dos homens entre si e destes com a natureza. O primado do lucro, que não decorre necessariamente das relações predominantes de produção capitalista (Cf. Webber, 1967), tem dificultado a convivência dos novos ocupantes da Amazônia com os índios e com os extrativistas; da mesma forma a busca de enriquecimento, a qualquer custo, tem causado depredação irreversível aos ecossistemas da Região.

Na Amazônia, as formas jurídicas de propriedade fundiária de pequenos ou grandes lotes de terra - bens alodiais - e, ainda, as condições de trabalho restritas à propriedade cercada entram em choque tanto com a concepção de terra indígena e de "terra de trabalho", quanto com as formas concretas de trabalho dos índios, dos extrativistas e dos antigos camponeses da Região. Este pode ser um choque cultural que tem as suas raízes fixadas nas concepções de propriedade e de usufruto da terra, mas que reflete, na prática, a inadequação das formas jurídicas estabelecidas às diferentes situações

concretas. Qual tem sido o desdobramento destas contradições? Se os ocupantes recentes da Amazônia se sentem impossibilitados de permanecerem na Região, a menos que os limites de sua propriedade sejam ampliados; em contrapartida, os nativos, os extrativistas e os lavradores antigos presenciam à invasão de suas terras e reagem, por entenderem tratar-se de uma negação de seus valores, de suas tradições e cultura em que foram formados, levando-se em consideração os limites impostos pela própria natureza. Mas, quando se procura aprofundar as razões dessas divergências à luz das diferentes culturas e dos limites naturais, é possível verificar: i) o distanciamento em que se encontra o aparato jurídico das situações concretas que ele tenta disciplinar; ii) a inadequação da transferência de técnicas e do complexo tecnológico da agricultura de outras regiões para a Amazônia; iii) a necessidade de pesquisas que propiciem melhorar as formas de trabalho, colocando-as e justificando-as a partir das condições naturais dadas que, certamente, fará emergir as contradições que persistem nos valores, normas e costumes das culturas "velha e nova", "antiga e moderna".

A disputa de concepções e a luta pela terra estão comemorando 500 anos na América. No passado e no presente, as tentativas de homogeneização dos valores, costumes e tradições dos segmentos subalternos, a partir do enfoque dos grupos dominantes, resultaram no aniquilamento das pessoas, dos grupos e de seu ambiente. Denevan (1976) estima que, na época da ocupação européia, aproximadamente, 2.000 povos indígenas habitavam a América, e 7 milhões de pessoas a sua população. Hoje, o Tratado de Cooperação Amazônica (1992) avalia a existência de 379 grupos étnicos, e uma população de 935.949 pessoas na Amazônia Continental.

Entre 1975 e 1983, a área desmatada na Amazônia Brasileira saltou de 29.342,2 Km para, aproximadamente, 396.689 Km (INPE, 1990). No Peru, foram desmatados 8,5 milhões de hectares após 1960; inúmeras cidades foram criadas, e a população da Amazônia Peruana que era de 18.000 habitantes não indígenas, em 1876, elevou-se para acima de 3 milhões

de habitantes nos dias de hoje (Cf. Comision Amazonica, 1992). Os desmatamentos ocorrem tanto para a agricultura e pastagem, quanto para a extração de minérios. A ordem foi e continua sendo: desmatar e incendiar. Nos projetos de colonização do norte do Mato Grosso, a exemplo de Alta Floresta, os financiamentos para o plantio de café, guaraná e, principalmente, de cacáu exigiam o desmatamento e incêndio das áreas de plantio que eram ricas de castanheiras.

Em razão do processo estimulado de migrações e "proliferação urbana", as exigências mínimas de habitação, saneamento básico, saúde, educação, transporte superam as condições de acompanhamento e controle dos órgãos oficiais que, sem margem de dúvida, são os principais responsáveis pelos altos índices de malária, verminose, infecções intestinais e desnutrição na população amazônica, principalmente nas áreas de garimpo.

A febre do ouro existe na Amazônia desde as primeiras ocupações. Hoje, ela persiste também face à alta taxa de desemprego, baixos salários e extrema concentração da riqueza, principalmente da terra. Estima-se entre um e dois milhões o número de garimpeiros na Amazônia Brasileira (Dourojeanni e Jorge Pádua, 1991); são aproximadamente 25.000 as áreas de garimpo em efervescência sobre 160 milhões de hectares. Almeida (1990) avalia em 200 mil os garimpeiros brasileiros que atravessaram as fronteiras e se instalaram no Equador, Bolívia, Colômbia e Venezuela, introduzindo complicadores à relação diplomática do Brasil com esses países. Em razão da garimpagem do ouro, as invasões das terras indígenas são frequentes, como ocorreu com os Yanomami, quando cerca de 45 mil "garimpeiros" invadiram as suas terras, provocando consequências nefastas: assassinatos, enfermidades e espoliação do homem e da natureza. No Madeira, aproximadamente 7 mil dragas descarregam no rio aproximadamente 5 milhões de litros de óleo por ano. Quanto ao mercúrio, o seu despejo nas águas está calculado na proporção de 1,32 Kgs para cada quilo de ouro a ser purificado; sabe-se que somente em 1989, a produção

controlada de ouro no Brasil foi na ordem de 48,9t. Portanto, sob o ouro controlado, aproximadamente 60 mil quilos de mercúrio foram despejados naquele ano nas águas da Bacia Amazônica.

5. Opções e estratégias: princípios gerais

Os dados e as considerações até aqui levantados permitem compreender a abrangência dos desafios impostos à Amazônia Continental. O FG, fundamentando-se em uma ética que não se determina de forma exclusiva pela racionalidade do lucro e da acumulação, traçou alguns princípios norteadores da relação da sociedade, das pessoas e grupos com a natureza. O sucinto apanhado que segue retrata, em linhas gerais, alguns dos eixos defendidos.⁽⁵⁾

Os mecanismos de ajuste financeiro estrutural, a dívida externa e o sistema financeiro internacional têm gerado uma transferência bruta de recursos do "Terceiro Mundo" para os países desenvolvidos do "Primeiro Mundo", bem como a transferência de tecnologia ambientalmente agressiva no sentido inverso. A diversidade cultural e de civilizações é uma característica marcante das Américas, que há 500 anos vem sofrendo um violento processo de homogeneização e desaparecimento de culturas, a uma vertiginosa queda da qualidade de vida e do ambiente. Impõe lutar para que a transferência de tecnologia seja direcionada para o desenvolvimento sustentável.⁽⁶⁾

Todos os seres, animados ou inanimados, possuem um valor existencial intrínseco que transcende os valores utilitários; por isso, a todos deve ser garantido o direito à vida, à preservação, à proteção e à continuidade. No respeito à vida, a humanidade e cada pessoa, tem a responsabilidade e o compromisso de buscar seu próprio equilíbrio, a harmonia da

(5) Foram indicadas as fontes das citações e omitidas as aspas das mesmas, em razão de as citações não se encontrarem na íntegra dos Tratados.

(6) FG - Tratado dos Povos da América.

família e a dos demais seres e ecossistemas, com solidariedade e cooperação, no respeito profundo às diferenças, excluindo todo tipo de dominação.⁽⁷⁾

É imperativo a desmilitarização completa, generalizada e ecologicamente sadia, livre de armamento nuclear e do lixo atômico, bem como livre dos conflitos regionais e das ditaduras militares. A destruição ambiental e a exaustão dos recursos, tanto resultam de conflitos armados, quanto a ele conduzem.⁽⁸⁾

As atividades devem ser adaptadas aos contextos regionais e locais sob a orientação de novos valores culturais e éticos. Os padrões de produção e de consumo equitativos e ecologicamente sustentáveis coadunam-se aos princípios da revalorização e desenvolvimento das relações humanas e reconhecimento do mundo natural. Para tanto, impõe reestruturar os sistemas econômicos, redistribuir equitativamente o espaço ambiental, reduzir o consumo, reutilizar a produção dos bens, reciclar nos locais de origem os produtos residuais.⁽⁹⁾

A conservação da biodiversidade é responsabilidade de todos os povos e nações, para que todos os membros da geração presente e das vindouras recebam uma parcela socialmente justa dos recursos naturais; para que a estrutura básica dos recursos genéticos e seus ecossistemas não sejam exauridos pelo uso de seus componentes; e para que todas as formas de vida sejam tratadas de modo que sejam respeitados em seus incontáveis valores intrínsecos, quer sociais, estéticos, culturais, tradicionais ou espirituais.⁽¹⁰⁾

O atual sistema de agricultura químico-industrial intensiva da chamada "Revolução Verde" degrada a fertilidade dos solos, intensifica os efeitos das secas e contribui para a desertificação, polui os recursos hídricos, causa salinização,

(7) FG - Tratado Ético para uma atitude e conduta ecológica global.

(8) FG - Militarismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

(9) FG - Tratado sobre o Consumo e Estilo de Vida.

(10) FG - Compromisso de Cidadãos com Relação à Biodiversidade.

aumenta a dependência de fontes energéticas não-renováveis, destrói os recursos genéticos, contamina os alimentos consumidos pela população e contribui para mudanças climáticas. Trata-se, portanto, de um modelo que necessita ser superado, pois desqualifica e tende a destruir a diversidade cultural e o saber milenar acumulado pelos povos e comunidades tradicionais, no manejo sustentado de ecossistemas diversificados⁽¹¹⁾.

6. O futuro da Amazônia: opções e perspectivas

As considerações que seguem retratam parte das propostas apresentadas pela Comissão Amazônica à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento; na ótica da Comissão, estão aqui mencionadas algumas das opções e perspectivas para a Região.⁽¹²⁾

Os países amazônicos devem escolher o futuro da Região mediante três alternativas: continuar com o estilo de desenvolvimento que vêm assumindo - o que menos se recomenda diante das análises dos resultados obtidos; frear ou paralisar o seu desenvolvimento à espera de elementos seguros para nova tomada de decisões; iniciar uma nova trajetória firme mas prudente, que garanta a renovação dos ecossistemas.

A perspectiva de avanço da Amazônia supõe a aplicação do conceito de desenvolvimento humano, que leva em consideração as necessidades dos indivíduos, para que as conquistas almejadas sejam mais democráticas e participativas. Essa realização impõe manter a capacidade de produção da Região; para tanto, a existência dos recursos naturais deverá permanecer constante.

Não comporta compreender a Amazônia como uma ilha, pois ela é parte do jogo de dependências,

(11) FG - Tratado da Agricultura Sustentável.

(12) Comissão Amazônica de Desenvolvimento e Meio Ambiente. A resenha apresentada encontra-se no documento "Amazonia without Myths", Cap. V-VI, pág. 57s. As aspas foram omitidas porque as citações sintetizam partes distintas de sua fonte.

pressões e demandas nacionais e internacionais. A Região tem sido objeto de propostas simultaneamente sérias e duradoras; por isso mesmo ela evoca a noção de responsabilidade compartilhada. Os ecossistemas amazônicos produzem uma multiplicidade de bens e serviços. Parte considerável deles é, ou poderia ser, objeto de troca. Deve-se acoplar o desenvolvimento econômico da Amazônia a um conteúdo social que atenda às demandas prioritárias, à promoção de um maior equilíbrio ecológico e à plena harmonia do homem com a natureza.

A agricultura convencional não deve ser considerada uma prioridade para a ocupação da Amazônia, em razão dos solos relativamente pobres e dos efeitos ecológicos que a seguem. Para o desenvolvimento sustentável, será importante consolidar o aproveitamento das terras agricultáveis, mediante a aplicação de tecnologias adequadas; da mesma forma, deve-se proceder em relação à recuperação das terras abandonadas.

O desenvolvimento sustentável da Região deverá contar com a participação dos povos amazônicos, mediante a luta pela descentralização e a desconcentração administrativas. Em todos os níveis da administração, importa estabelecer mecanismos concretos de consulta popular para as questões ambientais.

Os índios e extrativistas são essenciais ao processo de viabilização do desenvolvimento sustentável da Amazônia. Os conhecimentos por eles acumulados, as tecnologias e elementos culturais desses povos, principalmente a cultura milenar indígena, não têm sido suficientemente aproveitados na busca de soluções para a Região.

A consolidação das bases científicas e tecnológicas não ocorre sem que se dê a devida importância aos programas de pesquisa e formação de pesquisadores. Os conhecimentos que se têm da Amazônia são ainda limitados e insuficientes para orientarem programas e projetos de desenvolvimento da Região.

7. Conclusão

No justo momento que se comemora o quinto centenário do descobrimento e ocupação da América, é forçoso reconhecer que ainda é pouco o que se sabe da Amazônia, quando se cogita fundamentar a intervenção que vem ocorrendo na Região. De fato, essa maior porção do trópico úmido do Planeta se apresenta, até mesmo aos pesquisadores, como uma realidade ainda pouco compreendida. Para todos, a Amazônia pode ser comparada com um "jogo de quebra-cabeça": um desses painéis de centenas e milhares de peças que precisam ser ajustadas umas às outras para que se obtenha a visão global da paisagem; mas esse cenário é vivo e, por isso mesmo, introduz novos complicadores no seu arranjo; ele é, a um só tempo, processo e relação de vidas complementares, relação de espaço e tempo históricos e culturais distintos. Nenhuma peça se encaixa fora do devido lugar, e, sem que todas se ajustem, o cenário fica incompleto; conseqüentemente, incompreensível. A comparação é rústica, mas ajuda a entender a complexidade do todo; possibilita compreender por que as opções, as estratégias e projetos para o desenvolvimento da Amazônia não foram e não são bem sucedidos; por que razão, causaram mais danos do que benefícios. O pouco que se conhece e o muito que se ignora da Amazônia são razões impeditivas às ações apressadas e quase sempre desastrosas. Tanto a Rio-92 quanto o FG, em última análise, defenderam esta posição. Os dois eventos explicitaram que as opções e estratégias de desenvolvimento da Amazônia devem estar respaldadas em sólido conhecimento; porém, para que isso ocorra, a pesquisa e os estudos são indispensáveis.

Bibliografia utilizada

- ALMEIDA, A.W.B. - "O intransitivo da transição. O Estado, os conflitos e a violência na Amazônia", in *Caderno de Debates*, nº 2 São Luis, 1990.
- ALMEIDA, M.G.Jr.- *Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*. Ed. Brasiliense. CNP, 1986.
- ARVELO-JIMENEZ, N. "Poblaciones humanas y desarrollo amazónico: el caso de Venezuela". In *Populações humanas e desenvolvimento amazónico*, Belém, 1989.
- CARDOSO, F.H. e MULLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1977.
- DENEVAN, W.M.y PADOCH C. - *Agroforestería tradicional en la Amazonia peruana*. Cipa, Doç. nº 11, Lima, Peru.
- COMISION AMAZONICA DE DESARROLLO Y MEDIO AMBIENTE - AMAZONIA. Sin Mitos, BID, PNUD, N.Y. 1992.
- FERREIRA, E.C. - *Posse e propriedade fundiária - A luta pela terra em Mato Grosso*, Ed. UNICAMP, Campinas, 1986.
- FORUM GLOBAL DAS ONGs - TRATADOS: Cooperação e Compartilhamento de Recursos entre as ONGs; Consumo e Estilo de Vida; Povos da América; Compromisso Ético das ONGs para uma atitude e conduta ecológica global; Militarismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento; Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global; Agricultura Sustentável; Compromisso de Cidadãos com Relação à Biodiversidade; Contra o Racismo; Modelos Econômicos Alternativos; A Questão Urbana; Sobre a Água Doce; Sobre a Pesca. Rio de Janeiro, 1992, mimeo.
- HEBETTE, Jean - *Estado e reprodução da estrutura de moderna fronteira: Ariquemes em Rondônia*, Belém, NAEA-UFPA, 1982.
- INCRA (Delegacia Regional de Mato Grosso) - *Colonizadoras Particulares em Mato Grosso*, Cuiabá, 1980.
- LEFF, Enrique - *Ecologia y Capital - Hacia una perspectiva ambiental del desarrollo*. Universidad Nacional Autonoma de Mexico, 1986.

- MARTINS, José de Souza - *Os camponeses e a política no Brasil - As Lutas Sociais e o lugar no processo político*. Petrópolis, 1981. - *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MEGGER, B. J. - Aboriginal adaptation to Amazonia, 1985. In *Amazonia: Sin Mitos, Commission on Development And Environment for Amazonia*, 1992, pag. 25.
- MONTEIRO, H. y C. E. CRESPO. "Poblaciones humanas y desarrollo de la Amazonia ecuatoriana". In *Populações e desenvolvimento amazônico*. Série Cooperação Amazônica. Belém. URPA-ARNI-CELA, 1989.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de - *A geografia das lutas no campo*, Editora da USP, São Paulo, 1988.
- SACHS, Ignacy - *Stratégies de L'Ecodéveloppement*. Éditions (Economie et Humanisme, Les (Éditions Ouvrières, Paris, 1980.
- SALATI, E.- *O clima atual depende da floresta. Amazônia: desenvolvimento, integração ecológica*. Brasiliense, São Paulo, 1983.
- WEBER, Max - *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1967.
- WILFORD, J. 1991. The New York Times, 13 de dezembro de 1991. In *Comision Amazonica de Desarrollo e Desenvolvimento* pág. 51.

O EMPRESARIADO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As propostas do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

Elba Cristina Lima Rêgo(*)
João Luiz Hoefel(*)

Introdução

Empresários de diversas partes do mundo procuraram marcar sua posição na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992. Oficialmente, tais posições foram expressas e articuladas através do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD), instituído em 1990 pelo Secretário-geral da ONU para a referida conferência, Maurice Strong.

O BCSD foi criado para 1) difundir a idéia de desenvolvimento sustentável e 2) elaborar uma perspectiva empresarial global a respeito das questões relacionadas com o tema; 2) estimular o empresariado a estabelecer metas, adotar medidas concretas quanto ao desenvolvimento sustentável e a se engajar nas discussões sobre as políticas ambientais em relação às empresas privadas.

O resultado do trabalho do BCSD foi sintetizado no livro: *Mudando o Rumo - Uma Perspectiva Empresarial Global sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*, organizado por Stephan Schmidheiny, presidente do BCSD. Este documento foi elaborado a partir de discussões realizadas por empresários e pesquisadores de diversas partes do mundo.

(*) Alunos do Doutorado em Ciências Sociais do IFCH/UNICAMP.

(1) BARROS, O. - "Requiem para a velha multinacional". In *São Paulo em Perspectiva*, 5(3): 7-74, jul-set, 1991, p. 72.

A visão do empresariado latino-americano foi apresentada no livro *Desenvolvimento sustentável: portas abertas para a América Latina*, organizado por Márcio Fortes. Esse trabalho sintetiza as discussões travadas no Simpósio sobre *Desenvolvimento e Ecologia na América Latina: a Visão Empresarial*, realizado em outubro de 1991 no Rio de Janeiro. Participaram do evento, empresários, políticos, autoridades governamentais, professores, cientistas, jornalistas e representantes de organizações não-governamentais.

O objetivo deste texto é avaliar a posição empresarial frente às questões relacionadas com a problemática ambiente/desenvolvimento sustentável apresentada nos dois documentos citados acima.

Conceito de desenvolvimento sustentável

Os documentos consideram conceito de desenvolvimento sustentável como algo dinâmico que deve implicar soluções viáveis e adequadas às realidades locais. Endossam a noção das Nações Unidas apresentada no livro *Nosso futuro comum*, que o define como uma "forma de desenvolvimento ou progresso que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades". Assim, o desenvolvimento sustentável é encarado como uma nova ordem econômica, social, cultural, política, tecnológica e ecológica. Essa definição, além de genérica, não esclarece quem falará em nome das gerações futuras.

Também não fica claro nos textos como a nova ordem proposta será construída, nem tampouco a adesão efetiva do conjunto do empresariado neste sentido. Na verdade, a ressonância da proposta de desenvolvimento sustentável no meio dos empresários parece bem menor do que a que é sugerida pelos documentos.

Pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável

Segundo o BCSD, o desenvolvimento a longo prazo passa pela combinação de três objetivos - crescimento

econômico, igualdade de oportunidades e conservação ambiental. Deste modo, os pré-requisitos para se alcançar o desenvolvimento sustentável são agrupados em 4 pilares básicos:

- econômico - o desenvolvimento econômico é considerado indispensável ao desenvolvimento sustentável: "sem o primeiro não se pode chegar ao segundo". Para isto, é preciso 1) que se facilite o acesso das empresas aos mercados, ao crédito e à tecnologia; 2) que se estimule a integração de valores ambientais às práticas comerciais; 3) a concessão de incentivos ao uso mais eficiente dos recursos naturais; 4) a incorporação dos custos ambientais aos preços dos produtos; 5) o fomento a investimentos a longo prazo, substituindo os benefícios imediatos pelos lucros sobre o capital. Para Stephan Schmidheiny, tudo isso requer um efetivo funcionamento dos mercados de capitais nacionais e internacionais, a existência de mercados abertos e competitivos e o estabelecimento de uma efetiva cooperação entre setores e entre países. (*Desenvolvimento sustentável...*, pp. 21/22).

- social - o crescimento econômico deve ocorrer em um contexto de justiça social, ou seja, deve proporcionar a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas.

- ecológico - a utilização de tecnologias ambientalmente adequadas e o compromisso com o desenvolvimento futuro. Os documentos defendem a necessidade de políticas de proteção ambiental, dado que a experiência recente mostra que o descuido na conservação dos recursos no curto prazo diminui as possibilidades de crescimento econômico e de benefícios duradouros.

- espacial - melhoria na distribuição das populações urbanas e rurais, de modo a não provocar concentrações urbanas excessivas e/ou vazios populacionais. De acordo com os documentos, é preciso considerar as diferenças geográficas e as variáveis ecológicas ao se discutir a implantação de projetos industriais, e não apenas os fatores considerados classicamente como disponibilidade de matéria-prima, energia, capital etc.

Com relação à América Latina, é destacado que esta detém em seu conjunto recursos suficientes para sustentar um desenvolvimento de longo prazo. O crescimento sustentável depende, todavia, da cooperação externa, ou seja, da combinação de investimentos locais e internacionais, o que requer estabilidade macroeconômica, segurança jurídica e institucional, mercados abertos ao exterior, democracia, estabilidade das regras do jogo etc.

Para Gilberto Gallopin (consultor das Nações Unidas, Argentina), as medidas de liberalização devem ser acompanhadas por políticas que enfrentem as desigualdades sociais e as questões ambientais. Os maiores obstáculos não são técnicos ou econômicos, mas estão relacionados com a falta de vontade política para enfrentar as questões colocadas (idem, pp. 39-41).

Enfatiza-se também que é preciso resolver o problema da dívida externa, um uso mais eficiente dos recursos e um sistema de preços que reflita os custos ambientais.

A América Latina deve aproveitar o *know how* e os recursos financeiros do Norte, mas deve adotar um modelo de desenvolvimento distinto daquele adotado até recentemente pelo mesmo.

A maior parte das propostas apresentadas acima são defensáveis e estão de acordo com aquelas formuladas por instituições como a CEPAL e por outras organizações não-governamentais. O traço distintivo dos documentos é a defesa, de modo geral, do "livre jogo das forças do mercado". Alguns empresários o vêem quase como uma panacéia, capaz de equacionar todos os problemas vividos pelas sociedades industriais. Entretanto, os textos não deixam claro como é que o mercado pode solucionar problemas que ele mesmo tem ajudado a criar, como, por exemplo, a atual distribuição espacial da população e a deterioração ambiental.

Além disso, também não se explicita como é que, o crescimento econômico, por si só, será capaz de proporcionar a melhoria da qualidade de vida das massas, objetivo até agora almejado e praticamente

não atingido, como bem mostra a experiência brasileira.

Outra questão que se coloca é como viabilizar na prática a inserção da América Latina na nova ordem, tendo em vista as grandes mudanças em curso no mundo e o atraso da região em face deste processo. Nos anos 80, as economias latino-americanas endividadas retrocederam em termos sociais e econômicos, enquanto as economias centrais mais dinâmicas e alguns países em desenvolvimento da Ásia iniciaram uma transição em direção a um novo padrão de desenvolvimento e de uma nova trajetória tecnológica. Este movimento, que tem implicado o surgimento de novos produtos e de novos processos de fabricação, é comandado pelas grandes empresas transnacionais.

O problema para a América Latina é que os critérios utilizados por essas empresas para a realização de seus investimentos são balizados agora por novos parâmetros. Mão-de-obra e matérias-primas baratas já não mais tão atrativas como no passado, como os próprios documentos reconhecem. Assim, os investimentos diretos das empresas transnacionais têm sido direcionados preferencialmente para os locais que possuem redes modernas de organização da produção, sistema de qualificação social e estabilidade macroeconômica⁽¹⁾, características ausentes na maior parte dos países latino-americanos, que enfrentam sérios problemas de financiamento e instabilidade macronômica crônica.

O papel do empresariado e das empresas

De acordo com os documentos analisados, as transformações necessárias ao desenvolvimento sustentável requerem alterações profundas na forma de dirigir as atividades empresariais, bem como em suas práticas e instrumentos diários. Dentre as principais propostas, pode-se destacar:

a) a gestão ambiental deve fazer parte do dia-a-dia das empresas. Além disso, essas devem participar da implantação de projetos ambientais nas comunidades em que estiverem inseridas;

b) a liderança empresarial ambiental é indispensável nas empresas, nas comunidades, nos países e até no âmbito internacional (*Desenvolvimento sustentável...*, p. 228);

c) as empresas transnacionais devem manter o mesmo padrão de competência ambiental em todos os países em que estiverem localizadas e devem exigir o mesmo de seus fornecedores. Prática que já é adotada por algumas empresas européias. Caberia a essas empresas, um papel-chave na difusão dos ideais do desenvolvimento sustentável;

d) as empresas devem mudar a imagem de inimigas do meio-ambiente através de compromissos e medidas concretas. Gastos com a proteção ambiental devem ser vistos enquanto oportunidades de investimentos lucrativos e não apenas como custos (visão de longo-prazo);

e) elaboração de indicadores internacionais de desempenho ambiental (ecoeficiência) e a criação de empresas de auditoria ambiental. Para a América Latina, propõe-se a adoção de um selo verde semelhante ao sistema ISO-9000 utilizado pelos países europeus;

f) incorporação do fator ambiental ao custo das empresas.

g) fomento à criação de uma cultura ambiental entre os empresários, de modo a permitir que estes possam liderar a transição para o desenvolvimento sustentável, a cooperação tecnológica e a pesquisa.

Questão tecnológica

A questão tecnológica é apontada como um elemento fundamental ao desenvolvimento sustentável. Com relação a este ponto, as principais propostas dos documentos são:

a) incentivo à difusão e à cooperação tecnológicas através da criação de "centros de excelência" regionais que desenvolveriam alta tecnologia e adaptariam as tecnologias tradicionais ao desenvolvimento sustentável;

b) estímulo à cooperação tecnológica e não à simples transferência de tecnologia, o que requer uma legislação clara no que diz respeito aos direitos da propriedade intelectual;

c) ênfase especial é conferida à questão energética, sobretudo ao desenvolvimento de tecnologias poupadoras de energia, à substituição dos combustíveis fósseis por outros provenientes de recursos renováveis e às mudanças nos padrões de consumo, com a difusão da reciclagem ou reconsumo.

e) incentivo à cooperação entre a universidade e o setor produtivo.

Papel do Estado

Algumas lideranças propõem a adoção de políticas de privatização e uma retirada quase que total do Estado da economia, de acordo com o ideário neo-liberal. Outras, ainda que defensoras das "livres forças do mercado", atribuem um papel importante ao mesmo na formulação de leis ambientais e de planos verdes, na definição de políticas de proteção ambiental, na redefinição das políticas energéticas, tributárias etc. Assim, caberia ao Estado, zelar pelo cumprimento das leis e fiscalizar os comportamentos empresariais e individuais, exercer funções infra-estruturais como educação, saúde, justiça e segurança e adotar políticas favoráveis aos investimentos de longo prazo.

Além disso, destaca-se que é preciso:

a) desburocratizar e descentralizar as decisões relacionadas com as questões ambientais;

b) investir em educação e desenvolvimento científico;

c) eliminar os subsídios e vantagens que incentivam indústrias e tecnologias que provocam danos ambientais.

d) incluir os recursos ambientais na contabilidade pública, alterando as contas nacionais de modo a refletir os danos ambientais e depreciação dos recursos naturais.

O papel dos organismos internacionais

Defende-se a adoção por parte dos organismos internacionais de políticas de apoio ao planejamento e à gestão ambiental, à manutenção da diversidade biológica e à proteção dos ecossistemas e à elaboração de estratégias de longo prazo.

Novos mecanismos e regulamentos "deverão ser desenvolvidos para permitir aos organismos internacionais se relacionarem e colaborarem diretamente com entidades, organizações e instituições da sociedade civil, apoiando os esforços destas para atender a novas e importantes responsabilidades, particularmente no campo da proteção ao meio ambiente e na preservação da qualidade de vida no planeta" (Eliezer Batista, ex-presidente da Vale do Rio Doce, Secretário de Assuntos Estratégicos e membro da BCSD, Brasil).

Segundo os documentos, as instituições multilaterais devem apoiar e financiar projetos de desenvolvimento sustentáveis rentáveis apenas no longo prazo e a criação de novas formas de cooperação entre governos, empresários e organizações não-governamentais. Além disso, devem adotar medidas para reduzir os desníveis entre ricos e pobres e fortalecer as instituições ambientais nacionais.

Alguns empresários propõem a criação de uma instituição multilateral voltada preferencialmente para as questões relacionadas com o meio-ambiente e o desenvolvimento sustentável e a instituição de fundos regionais para o financiamento de projetos em desenvolvimento social e "eco-negócios", tendo como capital inicial recursos provenientes da conversão da dívida externa.

Considerações finais

Fora a defesa muitas vezes intransigente das "livres forças do mercado" e da retirada do Estado da economia, os documentos endossam, em linhas gerais, propostas sobre o desenvolvimento sustentável apresentadas por estudiosos das questões ambientais, por movimentos sociais e por instituições multilaterais. Cabe questionar em que medida tais documentos expressam efetivamente a visão do conjunto do empresariado e as suas estratégias de atuação futuras, como já foi colocado. Isto é, em que medida as propostas apresentadas vão além da mera retórica, dado que nem sempre se esclarece através de que meios os objetivos pleiteados serão alcançados, sobretudo no que se refere ao financiamento.

Ainda que os trabalhos enfatizem a necessidade de redução das disparidades sociais, os documentos não dizem como a "mão invisível do mercado" pode ser a pedra angular de uma nova ordem planetária. Ou seja, como é possível compatibilizar avanços sociais e proteção ambiental com o liberalismo econômico, tendo em vista que este é um dos principais responsáveis pelos problemas ambientais e sociais enfrentados por várias sociedades industriais.

Bibliografia Citada

- SCHMIDHEINY, Stephan (coordenador) - *Mudando o rumo* - Uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio-ambiente. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1992.
- FORTES, Márcio - *Desenvolvimento sustentável: portas abertas para a América Latina*. Rio de Janeiro: Texto e Arte Consultoria Editorial, 1992.
- BARROS, Octavio - Réquiem para a Velha Multinacional. In *São Paulo em Perspectiva*, 5(3):7--74, jul-set 1991.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A COBERTURA DA IMPRENSA PAULISTA DA RIO 92 E DO FORUM GLOBAL: OFICIALISMO E NATURALISMO

Thales Haddad Novaes de Andrade()*

Introdução

No mês de maio de 1992 ocorreu em Belo Horizonte (MG) o Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento, GREEN PRESS, com o intuito de que os profissionais da área de comunicação debatessem o papel que os *mass media* desempenham em relação à cobertura dos temas ambientais. O Encontro se constituiu em um dos eventos paralelos oficiais da Rio 92 e contou com a participação de diversos jornalistas nacionais e estrangeiros, além de personalidades de outras áreas como a do reitor da Universidade de Brasília.

Posteriormente à Rio 92 e ao Forum Global, em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* na coluna Tendências/Debates, o reitor da UnB, Antonio Ibañez, expõe reflexões que a nosso ver representam, atualmente, temas fundamentais de discussão. Debatendo sobre a degradação da qualidade de vida de parte considerável das populações de terceiro mundo em decorrência da ação nociva dos países desenvolvidos nas últimas décadas, Ibañez formula também as seguintes questões:

- "Será que para os jornalistas que cobriam a Eco-92 estava clara a necessidade de que os acordos estabelecidos deveriam garantir recursos financeiros, científicos e tecnológicos para o desenvolvimento e a preservação ambiental nos países subdesenvolvidos?"

(*) Mestrando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

- "Que papel assumiu a imprensa nessa conferência?"

- "Todos esperavam o papel esclarecedor e formador da opinião pública, superando o aparente modismo e os interesses comerciais e até internacionais envolvidos."(1)

O reitor parece ter se filiado àqueles que reconhecem nos meios de comunicação uma responsabilidade capital no processo de conscientização da opinião pública em torno das questões de meio ambiente.

Endossamos estas reflexões contidas no artigo citado e pretendemos, neste trabalho, contribuir no sentido de avaliar a conduta de determinados órgãos de imprensa na tarefa de cobrir os eventos da Rio-92 e do Forum Global.

A primeira questão colocada pelo reitor da UnB, relativa à postura dos jornalistas que cobriram os dois eventos, demandaria a realização de entrevistas junto a esses atores no sentido de se captar a percepção destes frente à tarefa de informar questões envolvendo o meio ambiente. Tal pesquisa, que seria em nosso entender muito fecunda, possibilitaria grande campo de reflexão mas extrapola o âmbito do presente trabalho.

O nosso objetivo se direciona basicamente para a segunda questão explicitada por Ibañez, qual seja, o papel assumido pela imprensa nos eventos. Utilizaremos material de dois veículos de imprensa escrita a serem trabalhados dentro de uma perspectiva comparativa, o jornal *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. A escolha destes se deu basicamente pelos números de circulação e importância que usufruem dentro da imprensa escrita paulista e nacional(2) A nossa amostragem se limita aos exemplares que circularam no período em que ocorreram o Forum Global

(1) Ibañez, A. "Imprensa, educação e consciência ecológica" *Folha de S. Paulo*, 09/07/92 pp.03.

(2) Em termos de tiragem não dispomos de dados referentes ao período que estamos pesquisando. Em setembro de 1992 a tiragem da *Folha de S. Paulo* em dias de semana se encontrava em torno de 413000. A do *O Estado de S. Paulo* era de aproximadamente 250000.

e a Conferência (entre os dias 01 e 15 de junho) e que, em nosso entender, viabiliza um empreendimento desse tipo.

Para que nossa exposição não se torne exaustiva e de difícil leitura, preferimos privá-la de citações e números que foram utilizados durante a análise do material.

Contexto

Antes de procedermos à nossa tarefa principal, qual seja, analisar a cobertura de determinados veículos da imprensa escrita em torno do Forum Global e da Rio 92, seria válido apresentar, panoramicamente ao menos, alguns elementos conjunturais que se impunham ao país naqueles dias.

Além da Rio 92 e do Forum Global, outra questão de vulto tomava conta do país e demandava a atenção de toda a grande imprensa nacional. Estamos nos referindo às acusações de corrupção que envolviam altos escalões do governo federal e que partiram inicialmente de dentro dos círculos familiares da Presidência da República. Não pretendemos entrar em detalhes sobre o caso, dado que ele se mantém vivamente em discussão e não apresenta até o momento nenhum desfecho, mas gostaríamos de salientar que durante o período que estamos analisando ele se manteve como alvo preferencial de debate recebendo diariamente manchetes de primeira página nos dois jornais diários consultados.

Outro episódio que recebeu destaque por parte dos órgãos de comunicação escrita foi um caso de estupro que teria sido praticado por um índio caiapó no interior do Pará. Diversos canais de comunicação dispensaram espaço para a divulgação do suposto crime gerando inúmeras discussões. Juristas, antropólogos e outros especialistas foram chamados a comentar a questão e formou-se grande controvérsia. O resultado do processo foi a vinculação do episódio às questões indígena e ecológica e sua presença constante permeando a cobertura da Conferência e do Forum Global. A jornalista americana Barbara Pyle que

cobriu os eventos para a rede CNN se constituiu na principal voz que se ergueu contra o uso exagerado dos órgãos de imprensa em torno do caso do estupro mas suas colocações não surtiram efeito significativo.

A Imprensa

No jornal *Folha de S. Paulo* durante praticamente todos os dias do período da Conferência e do Forum Global foram dispensados textos de primeira página. Tais textos, porém, variavam em torno de 20 e 25 linhas no máximo, o mesmo tamanho do espaço reservado para outros temas. Algumas edições não estavam acompanhadas de fotos relacionadas aos dois eventos(3). O caso de corrupção junto ao governo federal dominava amplamente as manchetes de primeira página da "Folha" que cobria todas as etapas que cercavam o episódio, todos os depoimentos e as opiniões de pessoal envolvido nas apurações, o que poderia eventualmente demandar uma outra pesquisa. De qualquer forma fica para nós atestado o privilegiamento dispensado por esse órgão de imprensa a um caso nacional de impacto indiscutível do qual não desejamos entrar no mérito mas que sem dúvida provocou, a nosso ver, perda considerável de espaço de dois eventos mundiais, quais sejam, a Rio 92 e o Forum Global.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, por sua vez, dispensou em várias edições manchetes de primeira página(4) acompanhadas de foto à Rio 92 relegando outras notícias a segundo plano. Em termos de número de linhas das notícias de primeira página houve muita variação, entre sete e quarenta.

No jornal *Folha de S. Paulo* ficou reservado tanto para a Conferência como para o Forum uma média de três páginas ao final do primeiro caderno. A cobertura do estupro que teria sido cometido pelo

(3) 01/06/92, 09/06/92, 11/06/92.

(4) As edições que não continham fotos na primeira página foram as do dia 01/06/92 e 06/06/92.

índio caiapó se situava dentro desse espaço, tomando em algumas edições uma página inteira e com isso associando indistintamente as duas questões. Até pela titulação *O Estado de S. Paulo* preferiu fazer circular um caderno exclusivo dedicado tanto à Conferência como ao Forum com média de oito páginas. O caso do estupro foi noticiado no primeiro caderno do jornal de forma a que os eventos da Conferência não se misturavam a ele.

No aspecto tocante ao investimento empreendido pelos dois jornais, o *O Estado* divulgou informação de que recrutou 54 jornalistas para o evento, dando destaque para a presença de cinco correspondentes internacionais(5). O jornal *Folha de S. Paulo* não fez circular dados sobre a cobertura dos eventos, mas sabemos através de matérias assinadas, que contou com a participação de jornalistas de destaque como Marcos Leite, Fernando Gabeira, Fernando Rodrigues, Lins e Silva e outros.

Chamou a nossa atenção, durante a análise, o fato de que se estabeleceu nítida diferença no tocante ao espaço concedido aos jornalistas. Profissionais como Fernando Gabeira, Liana John e Randau Marques, que dentro da imprensa possuem uma trajetória no tratamento da questão de meio ambiente, assinaram artigos em número e tamanho muito inferior em comparação com outros profissionais.

Os dois jornais de certa maneira dispensaram o conhecimento especializado em meio ambiente do interior de seus quadros e privilegiaram um olhar sobre as implicações de ordem diplomática inscritas durante os eventos. O jornal *O Estado de S. Paulo* salienta em nota que os correspondentes internacionais como Paulo Sotero foram convocados para trabalhar na Conferência muito em vista de suas experiências em cobertura de encontros envolvendo representantes oficiais.

(5) "Estado faz cobertura diferenciada" *O Estado de S. Paulo*, 04/06/92 Ambiente p. 03.

A imprensa e o Forum Global

A cobertura da *Folha* privilegiou a Rio 92 em detrimento do Forum Global das ONGs e Movimentos Sociais. A diferença em número das notícias e reportagens entre os dois eventos é indiscutível. Em algumas edições(6) praticamente inexisteram notícias relacionadas ao Forum Global, por vezes eram editados pequenos textos de seis a oito linhas(7) de fatos irrelevantes sobre o evento. Porém, o que se sobressai do espaço reservado para o Forum Global é a superficialidade das informações veiculadas. Na edição do dia 02 de junho temos uma pequena notícia de 10 linhas comunicando o início das atividades do Planeta Fêmea, um dos espaços com maior destaque do Forum. Reproduzimos aqui a íntegra da nota:

MULHERES ABREM ATIVIDADES

"O movimento internacional de mulheres Planeta Fêmea vai inaugurar na noite de hoje suas atividades no Forum Global, no Rio. Haverá uma vigília na praia do Leme, onde as integrantes do movimento protestarão contra a degradação do planeta. Entre as participantes da vigília estará a atriz norte-americana Shirley McLaine."(p. 8)

É importante frisar que essas informações não são uma manchete para posterior aprofundamento mas representam tudo que foi dispensado ao Forum naquela edição. Exemplos como esse proliferam, mas este cumpre a tarefa de expor o pouco interesse que o jornal teve em cobrir as atividades das organizações não-governamentais.

O Forum Global das ONGs e Movimentos Sociais produziu, simultaneamente à Conferência do RioCentro, 32 Tratados sobre diversos temas relacionados à

(6) 01/06/92, 02/06/92, 12/06/92.

(7) "Jane Fonda vai às ONGs" *Folha de S. Paulo*, 11/06/92 p.14;
"Eco ganha camelódromo" *Folha de S. Paulo*, 06/06/92 p.10.

questão de meio ambiente nas quais foram elaborados planos de ação para que entidades da sociedade civil pudessem, dentro de cada âmbito local, empreender de formas diferenciadas sua realização(8). Pois bem, a *Folha de S. Paulo* não publicou nenhuma reportagem significativa sobre os Tratados das ONGs.

O *O Estado de S. Paulo* publicou, na edição do dia 14 de junho, reportagem de página inteira sobre os acordos traçados pelas ONGs onde são apresentados de forma muito sucinta suas proposições principais. A cobertura do Forum Global por parte desse jornal foi sem dúvida muito mais efetiva e ampla, mas no nosso entender apenas no que se refere a espaço concedido. Um acompanhamento mais acurado do nível de reportagens realizadas aponta que o nível de superficialidade é "inferior" ao da *Folha*, mas também não possibilita um real esclarecimento do público em torno dos acontecimentos do evento. A reportagem citada, por exemplo, em nenhum instante fornece voz direta aos integrantes das ONGs que participavam do Forum e da elaboração dos Tratados. Todas as impressões sobre estes forçosamente passavam pela pena do repórter encarregado.

Analisando as reportagens sobre o Forum, concluímos que ele recebeu mais atenção justamente quando correu risco de não poder continuar. Devido a problemas no pagamento de compromissos relativos a despesas com infra-estrutura, notadamente equipamentos de som, microfones, receptores de tradução simultânea, retroprojetores, vídeos e televisores, o Forum se deteve com impasses que implicaram em paralisa de atividades. Então, o caso dos cortes de energia no aterro do Flamengo e os

(8) Os tratados elaborados durante o Forum Global foram os seguintes: Carta da Terra, Busca de Alternativas, Processo decisório das ONGs, Povos das Américas, Tecnologia, Divisão de Recursos, Código de Ética, Pobreza, Comunicação, Comércio, Corporações Transnacionais, Dívida Externa, Modelos Econômicos Alternativos, Biodiversidade, Lixo Nuclear, Clima, Oceanos, Florestas, Energia, Agricultura Sustentável, Nutrição, Água, Militarismo, Questão Urbana, Racismo, Pesca, Mulheres, Povos Indígenas, Educação Ambiental, Infância, Demografia, Ar.

empréstimos de dinheiro para pagamento de contas se constituiu na "saída" para que fosse noticiado o evento de forma mais detalhada. No jornal *Folha de S. Paulo* em algumas edições as notícias com maior número de linhas sobre o Forum Global se referem a esse episódio(9). O *O Estado*, como já colocamos anteriormente, cobriu o evento com maior frequência mas também explorou exaustivamente esse fato(10). Na edição do dia 06/06/92 o jornal publicou matéria em que acusa um dos responsáveis internacionais pela realização do Forum Global, Warren Lindner, de ter desviado recursos que seriam destinados ao evento e aponta para a existência de um dossiê de posse da Polícia Federal que o incriminaria(11). Em edições seguintes o *O Estado* prosseguiu com o caso e publicou matéria em que o delegado Romeu Tuma, encarregado da Polícia Federal, nega a existência de um dossiê contra Lindner(12).

A polêmica em torno das acusações contra Lindner e a magnitude da questão envolvendo a crise financeira do Forum Global exemplificam o descaso que o evento sofreu por parte dos dois jornais, que sistematicamente se negaram a acompanhar os debates ocorridos no interior do Aterro do Flamengo optando por questões tangenciais.

No dia 10 de junho as Organizações Não-Governamentais promoveram uma passeata pelas ruas do Rio de Janeiro em protesto à posição norte-americana

(9) "Verdes 'passam chapéu' para salvar reunião" 05/06/92 p.10; "Ongs ficam sem som" 06/06/92 p.11; "Forum Global pode perder som hoje" 08/06/92 p.09; "Empresa corta som do Forum Global" 10/06/92 p.15.

(10) "Forum Global enfrenta falência" 05/06/92 Ambiente p.06; "Dossiê da PF acusa Lindner de uso irregular de dinheiro" 06/06/92 p.01; "Lindner tinha conhecimento do relatório da PF" 07/06/92 Ambiente p.03; "Tuma nega ter investigado Lindner", "Strong pede dinheiro às nações ricas para pagar dívida do Forum Global" 09/06/92 Ambiente p.04; "Lindner afirma que processará o 'Estado'" 11/06/92 p.06.

(11) "Dossiê da PF acusa Lindner de uso irregular de dinheiro" citado.

(12) "Lindner afirma que processará o 'Estado'" citado.

de não assinar o tratado de Biodiversidade. O jornal *Folha de S. Paulo* em sua edição do dia 11/06 publicou foto e texto noticiando a passeata, na qual foi sucintamente descrito seu itinerário e a presença de Lula e Jair Meneguelli. O *O Estado* ofereceu uma foto e um texto sumário ao fato enfatizando seu caráter contrário à posição norte-americana e se abstendo de mencionar a presença de personalidades.

Naturalismo

O entendimento da questão ambiental pode se dar por várias formas, entre as quais: um viés naturalista, que reconhece apenas nos recursos naturais o centro de atenções para o gerenciamento racional do meio; e uma compreensão holística, aquela que faz participar o conjunto das instâncias políticas, culturais, sociais e naturais na constituição de um sistema complexo e multifacetado.

O movimento ambientalista (ou parte dele) e a comunidade científica tem se esforçado nas últimas décadas no sentido de transformar a consciência ecológica nesse segundo tipo, uma forma de pensamento amplo que abranja as relações humanas e naturais e sobre a qual existe extensa bibliografia.

Em um evento de alcance mundial como a Rio 92, que recebeu justamente a denominação de Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, poder-se-ia esperar discussões que colocassem em pauta a junção da temática ambiental com os padrões de produção da civilização moderna.

Dito isso sucintamente, pois do contrário seríamos forçados a nos desviar de nosso tema, verificamos que os meios de comunicação estudados em verdade ficaram à margem desse processo de alargamento da problemática ambiental e cobriram a discussão ambiental enquanto gerenciamento de recursos naturais imbutindo-a agora em uma correlação de forças internacional expressa diplomaticamente. A imprensa aqui estudada se interessou hegemonicamente

em fornecer informações acerca de dois pontos a serem acordados no decorrer da Conferência, quais sejam, a biodiversidade e o clima (esse último com menor ênfase). Em termos de números de notícias e artigos assinados atesta-se um significativo hiato entre essas duas questões e outros temas. A imprensa elegeu esses dois (principalmente a biodiversidade) como questões ambientais por excelência, eximindo-se da reflexão de assuntos relacionados ao meio ambiente urbano, para fornecer apenas um exemplo. O jornal "Folha de S. Paulo" praticamente ignorou a presença de outros assuntos e se limitou a reportar controvérsias diplomáticas obscurecendo um debate ambiental. O *O Estado de S. Paulo*, em realidade, abriu espaço para a exposição de outros temas, como o planejamento familiar. Isso não sendo suficiente, contudo, para atenuar a predominância de questões naturalistas e a abordagem diplomática sobre as informações.

Conclusão

Uma primeira análise da cobertura dos dois jornais demonstra que os eventos foram tratados como espetáculos.

Há uma disparidade sensível no que tange a qualidade das reportagens e amplitude dos temas. O jornal *O Estado de S. Paulo*, como já foi apresentado, se mostrou mais versátil durante toda a extensão dos eventos produzindo informações de teor mais aprofundado e abarcando um número maior de temas. O jornal *Folha de S. Paulo* cobriu os dois eventos de forma tangencial não apontando principalmente as atividades produzidas pelas organizações da sociedade civil no seu contraste de posições com os temas debatidos pelas instâncias oficiais.

Apesar de termos apontado diferenças entre os dois jornais mais importantes do *O Estado de S. Paulo*, eles se igualaram no instante em que permitiram que os debates a nível oficial realizados no Riocentro tivessem predominância de espaço e maior visibilidade por parte do público leitor. Retomando a

indagação contida no artigo de Ibañez sobre o papel assumido pela imprensa durante a Conferência, ficou atestado que, se bem que ela mostrou divergência de posições no decorrer dos eventos, como no caso do Tratado de Biodiversidade, o seu comportamento se aproxima mais de um órgão oficial de notícias que omitiu informações a seus leitores de um evento como o Forum Global, que reuniu no Rio de Janeiro 6800 ONGs de 177 países, com 19000 participantes das quais 11000 eram estrangeiros, todos desejosos de propor planos de ação para o equacionamento de problemas os mais variados.

A Rio 92, Conferência que reuniu autoridades máximas de diversos países, teve como objetivo principal abordar questões que dizem respeito ao gerenciamento das atividades produtivas no âmbito da problemática ambiental mundial. Mais do que uma discussão de gerenciamento de recursos naturais, ela deveria permitir reflexões que encaminhassem os cidadãos para um conhecimento de sua inserção na questão da qualidade de vida.

A cobertura da imprensa que estudamos, interessada primordialmente na biodiversidade e no clima, não ofereceu subsídios para o grande público se situar em relação ao quadro ambiental urbano e rural e aos problemas a eles vinculados. Enquanto perdurar a problemática ambiental relacionada estreitamente aos recursos naturais e à poluição, ter-se-á uma percepção mediatizada das condições concretas de vida na sua cotidianeidade e em seu caráter holístico.

Comunicando debates oficiais e centrando suas coberturas em temas de caráter naturalista, os órgãos estudados ofereceram apenas uma parte da história, aquela que representa os "espetáculos".

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, A CRISE DO FORDISMO E OS PAÍSES PERIFÉRICOS

Marcos Costa Lima(*)

1. Introdução

"Só uma coisa não há. É o esquecimento".

Jorge Luis Borges

O presente trabalho pretende levantar algumas questões relativas à problemática ambiental, iluminar certas zonas de sombra e dúvidas, ampliadas quando da realização da ECO-92.

O cerne do trabalho se situa na tentativa de articular com maior precisão o fenômeno da degradação ambiental em escala mundial, tomado *plato-senso*, e a dinâmica do capitalismo que seguiu a Segunda Guerra Mundial. De antemão é necessário afirmar que a deterioração da natureza e portanto da qualidade de vida não pode ser associada apenas ao capitalismo, haja visto as alarmantes informações sobre a destruição de florestas no Leste europeu provocada por chuvas ácidas e outros problemas, a exemplo do uso da energia atômica.

Na verdade, trata-se muito mais de uma tradição iluminista que sustenta a idéia de que a razão, em seu progresso, esclarece todas as questões, bem como é capaz de organizar as bases da sociedade em princípios estritamente racionais. Esta tradição,

(*) Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco e Doutorando em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH/UNICAMP.

origem do pensamento moderno e tributária do racionalismo de Descartes e do empirismo de Bacon, considerava que o objetivo último do conhecimento seria assegurar o domínio do homem sobre a natureza. Seria submetê-la.

Para tratar da razão instrumental, do pensamento pragmático e utilitarista em sua versão contemporânea, é necessário apresentar o que hoje convencionou-se chamar de "crise do paradigma fordista", e portanto explicitar rapidamente o que vem a ser o "fordismo" bem como os modelos que se propõem enquanto alternativas.

Ainda neste contexto serão sumarizados os efeitos e as interfaces da "crise macroeconômica" nos países periféricos. Embora consciente da amplitude e complexidade do tema, e portanto do risco de incorrer em simplificações, é necessário trazer o "discurso ambientalista" para terrenos menos pantanosos, atualizar dados, estabelecer cenários mais condizentes com a realidade, para melhor aquilatar os efeitos da retórica ambiental em termos de políticas de governo, de forma que, por análises e diagnósticos mais consistentes, se possa chegar a proposições e resultados mais eficazes e duradouros. A radicalidade discursiva do "crescimento zero" ou apocalipse é antiproducente e vazia.

Esse alerta é importante pois a questão ambiental transformou-se em modismo de fim de século, como os anos 50 e 60 foram as décadas do desenvolvimento.

Se todos somos ecológicos, estamos no reino do vale tudo, o que tem representado mais marketing ecológico do que práticas políticas e científicas mais consistentes, capazes de enfrentar um desafio que põe em risco o futuro da humanidade.

Para Entender a ECO-92

"No limiar do século XXI desenha-se o panorama aterrador da ameaça mundial aos interesses da vida em geral.

Jurgen Habermas

Qualquer reflexão sobre os resultados da Conferência da Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD/UNCED) que teve lugar no Rio de Janeiro em junho de 1992, deve levar em conta 4 aspectos relevantes:

1. Que a Conferência, em que pesem seus efeitos catárticos, foi um momento privilegiado de um processo, mas não uma panacéia, com poderes mágicos para colocar o planeta num eixo ecologicamente desejável. Isto seria simplista e não daria conta da diversidade e amplitude dos problemas ali tratados - inclusive por suas inter-relações e interesses em jogo.

Da mesma forma que cabe afastar o otimismo, seria precipitado e infrutífero atribuir, sem maiores argumentações, um viés pessimista às deliberações de um encontro de tal magnitude.

Além das presenças de mais de 130 chefes de Estado a ECO-92 foi o maior encontro da sociedade civil organizada já acontecido no Planeta: o "Forum Global das Organizações não Governamentais" reuniu um conjunto de 3.521 ONGs; a "Cúpula Parlamentar da Terra" contou com mais de 350 participantes; a "Conferência Mundial dos Povos Indígenas", com cerca de 600 líderes dos povos de cinco continentes; a ECO-TECH, simpósio internacional de tecnologias ambientais e diversos seminários contando com a presença de cientistas e profissionais das mais diversas áreas do saber;

1. Que desde 22 de dezembro de 1978 a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a chamada resolução 44/228 convocando a CNUMAD/UNCED, reconhecendo uma crise de proporções sem precedentes que ameaça o futuro da vida no planeta.

Esta convocação buscava "por intermédio da mobilização política de nações que integram a ONU, estabelecer as bases de uma cooperação global baseada em apoio mútuo e interesses comuns, para assegurar o futuro do planeta"; segundo Maurice Strong, Secretário Geral da Conferência. A ECO-92, em certa medida seria uma resposta ao relatório "Nosso Futuro Comum" de 1987, elaborado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (Comissão Brundtland) que constatava não só o agravamento da degradação ambiental em escala mundial, mas o pouco realizado no sentido de um desenvolvimento economicamente sustentável.

É importante ressaltar o período de dois anos e meio durante o qual os Comitês Preparatórios à Conferência discutiram em quatro grupos e detalhadamente os seguintes tópicos: grupo 1. Florestas e Poluição do Ar; grupo 2. Resíduos Tóxicos e Oceanos; grupo 3. Carta da Terra - estabelecimento de princípios, mudanças institucionais e aspectos legais; grupo 4. Pobreza, Recursos Financeiros, População e Transferência de Tecnologia.

O 1º Comitê Preparatório teve lugar em Nairobi, em 1990. O 2º que ocorreu em Genebra em março de 1991 marcou o início das negociações e o 3º comitê, também em Genebra, realizado em agosto de 1991, deu início às negociações, quando as tensões entre os Países do Norte e do Sul tornaram-se visíveis.

Em abril de 1992, em Nova York deu-se a 1ª sessão de negociação. Ao longo de todo esse processo revelou-se a postura rígida dos EUA, que teve um desempenho muito pouco construtivo nestas negociações.

Basta assinalar que o principal documento a ser assinado pelos chefes de Estado - a AGENDA 21 - durante a ECO 92, chegou ao Rio com 115 assuntos ainda em aberto, em questões dizendo respeito a financiamento, transferência de tecnologia, biodiversidade, e todos os parágrafos referentes à implementação da AGENDA 21, segundo o botânico egípcio Mostaf Talba, diretor do PNUMA. (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; JORNAL DO BRASIL, 27/4/92).

Bastante elucidativas são as decisões tomadas por alguns países do Norte no tocante ao capítulo sobre as dimensões econômicas e sociais da AGENDA 21, especificamente no item relativo ao combate à pobreza, à mudança de padrões de consumo e produção: "esforços para melhorar a qualidade do meio ambiente depende principalmente da eliminação da pobreza e dos hábitos consumistas dos muito ricos." (1)

Houve uma verdadeira batalha sobre o capítulo referente ao estilo de vida dos ricos, encabeçada pelos EUA e Canadá.

Enquanto outros países desenvolvidos, incluindo o Japão, estavam inclinados a apoiar a proposta da ONU, aqueles dois países conseguiram retirar 19 parágrafos da AGENDA 21 sobre consumo e estilo de vida.

É fundamental assinalar que os países desenvolvidos, embora correspondendo a apenas 24% do total da população mundial, são responsáveis por mais de 75% do consumo de energia fóssil, metais e recursos minerais. Mesmo no tocante a alimentação básica, o mundo desenvolvido consome mais da metade dos produtos alimentares, diz a AGENDA 21.

Alguns exemplos da disparidade em padrões de consumo (per capita) entre o Norte e o Sul podem ser vistos na Tabela 1.

(1) Um consórcio dos seis maiores grupos ambientais dos USA, entre eles a National Wildlife Federation, Friends of the Earth e Sierra Club - e intitulado CAPE'92 fez uma detalhada exposição e avaliação da elaboração da AGENDA 21, composta por 28 Programas de Ação, entre os quais: Proteção e Promoção da Saúde Humana, Habitação, Infraestrutura Ambiental: Água, saneamento, tratamento de lixo sólido e líquido, energia sustentável, transporte, desenvolvimento rural e agricultura sustentável. (HARKAVY, 1992)

Tabela 1

Padrão de consumo per capita (todas unidades são (Kg) exceto florestas (m2) e veículos (per capita))			
categoria	item	SUL	NORTE
alimento	cereais	247	717
floresta	madeira	19	230
	papel	11	148
indústria	fertilizantes	15	70
	cimento	130	451
metais	ferro/aço	36	469
química	inorgânica	8	163
transporte	veículos privados	0.012	0.283
	veículos comerciais	0.0006	0.075

Fonte: HARKAVY/1992

A polarização Norte/Sul nos leva ao aspecto seguinte;

Que não se terá um entendimento mais consistente, tanto da Conferência da Terra como das propostas alternativas capazes de enfrentar o problema ambiental em termos mundiais, sem uma análise crítica em três níveis:

- do atual modelo de desenvolvimento orquestrado a partir do Grupo dos 7: EUA, Canadá, Japão, França, Grã-Bretanha, Itália e Alemanha;

- do papel das grandes corporações internacionais, sobretudo a partir da crise do petróleo de 1973 e da saturação do modelo Keynesiano (Hoffman/Kaplinisky, 1988);

- da divisão Internacional do Trabalho e do papel nela atribuída aos países periféricos.

Estas questões articuladamente estruturadas, estão na base da explicação das mudanças que têm acarretado efeitos perversos como o agravamento da pobreza nos países do Sul e os impactos negativos tais como: diminuição da área florestal, expansão dos desertos, erosão acelerada dos solos agricultáveis, redução da biodiversidade, chuvas ácidas, efeito estufa e redução da camada de ozônio.

4. Uma reflexão, a ser estabelecida num nível mais abstrato, deve considerar que o desenvolvimento de uma racionalidade fundamentada numa crítica ecológica deve necessariamente enfrentar a argumentação empírica-analítica, ou positivista, que através da razão instrumental vem colonizando as áreas cognitivas da razão simbólica, da comunicação intersubjetiva, quanto da razão emancipatória (HABERMAS/1987).

Não se trata aqui de substituir o predomínio de uma razão por outra, mas de considerar que o processo civilizatório desde o Iluminismo, tem reforçado a razão pragmática, que circunscreve o conhecimento científico ao domínio acelerado do homem sobre a natureza através da tecnologia, que por sua vez tem sua razão de ser ditada pela instrumentalidade, sendo a "eficiência" seu principal recurso. Este reducionismo tem provocado graves desastres, de Hiroshima a Chernobyl, de Seveso a Bhopal, de Bangladesh a Etiópia.

A tão decantada "racionalização" progressiva da sociedade está ligada à institucionalização do progresso técnico-científico. Na medida em que a técnica e a ciência penetram nos setores institucionais da sociedade, transformando desta forma as instituições, as antigas legitimações se desmontam. Da emblemática Revolução Francesa à clonagem de gens seguem-se secularização e

"desenfeitiçamento" das imagens do mundo que orientam o agir de toda uma tradição cultural.

Compreender este processo foi a notável contribuição de Weber para o mundo contemporâneo, que através do conceito de racionalização tentava interpretar os reflexos do progresso técnico-científico sobre o quadro institucional das sociedades modernas. Às sociedades tradicionais impunha-se gradativamente a dominação burocrática, do universal contra o particular, da neutralidade contra a afetividade, da vitória do desempenho, da eficiência.

Toda uma tradição filosófica e das ciências sociais e hoje fortalecida por cientistas da natureza, vem construindo uma argumentação crítica de resgate às demais esferas do saber e do mundo da vida, capaz de fundamentar um novo paradigma que não restrito apenas ao culto da produtividade, submetido à dimensão estritamente econômica. Autores como Habermas, Edgar Morin, Lipietz, Ignacy Sachs, Celso Furtado, Cristovam Buarque têm considerado as relações sociedade-natureza em suas múltiplas dimensões: ecológicas, social, econômica, ética, jurídica, cultural, tecnológica.

Se tomarmos o conceito de desenvolvimento sustentável veremos como as articulações e explicitações metodológicas tornam-se necessárias em função mesmo do sentido polissêmico que adquiriu. Este conceito pode vir a se tornar uma daquelas idéias promissoras, enquadrada no capítulo das boas intenções das quais "o inferno está cheio".

O conceito precisa ser substantivado à luz da atual divisão internacional do trabalho, da revolução tecnológica em curso, da conformação de bloco de países em mercados comuns, dos conflitos norte-sul, para que então possa deixar a hipostasia, o idealismo, a utopia.

Um novo paradigma de desenvolvimento baseado em valores que busquem a sustentabilidade das relações sociedade e natureza aos níveis local, regional, nacional, global, exige uma postura epistemológica capaz de por em dúvida verdades científicas legitimadas e legitimadoras, capaz de aprofundar os

graus de complexidade do real, levando-se em consideração o conceito de Popper, que entende ciência enquanto sistema processual. Como qualificar a diversidade de "desenvolvimentos sustentáveis" enunciados seja pelo presidente da Dow Chemical Company, pelos órgãos de Bretton Woods (Banco Mundial, GATT), pelos grupos ambientalistas?

3. A caminho de um novo paradigma?

Não seria exagero afirmar que a maior parte das grandes teorias econômicas ignorou o conflito que opõe a lógica econômica às regulações próprias à biosfera. (ver inclusive a economia de Marx, em Cristovam Buarque, 1991).

A Revolução Industrial impôs uma imagem que vem se cristalizando gradativamente: a natureza nada mais é do que uma realidade física e biológica capaz de ser controlada, manipulada por processos técnicos cada vez mais poderosos. Esta é a lógica dominante.

O fundador da economia clássica, Adam Smith, em oposição aos fisiocratas, atribuiu ao trabalho e não à produtividade do solo, a substância do valor. A produção material passou a ser assumida como um ato estritamente econômico. A economia política foi construída como um sistema fechado, cuja coerência era assegurada por intermédio da troca. A representação econômica se dava por fluxos orientados de mercadorias e de serviços, compensados por fluxos financeiros em sentido contrário.

Com os marginalistas, serão abolidos os elos entre a teoria do valor e o ato material de produção. O valor se identificará ao preço, que por sua vez será determinado pela demanda. Desta forma a chamada "economia pura", dos cálculos matemáticos afastou a questão da natureza da reflexão econômica.

Hoje, grupos cada vez mais significativos em número e argumentação assumem que a lei de J.B. Say do crescimento ilimitado é um contrasenso: o mundo da natureza, a biosfera, estipula seus limites ao desenvolvimento das sociedades humanas. (LIMA, Marcos, 1990).

"Quando as restrições à expansão econômica são discutidas nas páginas de negócios, essa discussão é usualmente feita em termos de crescimento inadequado da demanda, e não em termos de restrições impostas, do lado do fornecimento, pelos sistemas e recursos naturais da terra... o contraste entre indicadores econômicos básicos e aqueles que medem a saúde ambiental da terra não poderia ser maior. Enquanto as medidas econômicas fornecidas por esses principais indicadores são esmagadoramente positivas, todos os mais importantes indicadores ambientais são persistentemente negativos. A medida que, por exemplo, a necessidade de terras agricultáveis leva à destruição de florestas, e a medida que a demanda de lenha, de madeira de lei e de papel dispara para o alto, o desmatamento ganha impulso. Por volta do final desta década, as florestas de todo o mundo terão suas áreas reduzidas numa taxa estimada em 17 milhões de hectares a cada ano. Alguns países como a Mauritània e a Etiópia, já perderam quase toda a sua cobertura florestal." (Lester Brown/1991)⁽²⁾

(2) Para termos uma idéia aproximada da magnitude das emissões industriais de gases que potenciam o "efeito estufa", particularmente o bióxido de carbono: cerca de 70% dessas emissões procedem dos países industrializados. Em trabalho realizado recentemente para o Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fernando Tudela aponta algumas cifras que situam a região das América Latina e Caribe em face do aquecimento global:

"Vivem atualmente na região, 8.5% da população mundial. Em todo o mundo o setor da energia é responsável pela metade do efeito estufa. O consumo regional de energia representa 5.1% do consumo mundial. Da energia industrial consumida na região, 80% provêm de fontes não renováveis. O consumo energético "per capita" na A. Latina e Caribe representa menos que um terço do da Europa e de um sétimo do dos EUA.

Devido à participação da hidroeletricidade, são ainda menores as emissões regionais de CO² de origem energética e

Organizações Não Governamentais de todo o mundo, com eficácia relativa, têm desempenhado um papel significativo de crítica contundente ao paradigma fordista e de denúncias sobre práticas de governos e empresas transnacionais danosas ao meio ambiente, e apontam para uma agenda de futuras negociações onde sobressaem:

- . o problema do super-consumismo do Norte (basta dizer que os EUA, Canadá, Europa, URSS e Japão, cerca de 25% da humanidade, são responsáveis por quase 75% do consumo de petróleo em 1989. (Energy Information Administration/EIA/1991);

- . a inversão, a partir de reforma econômica, dos fluxos de recursos entre países do Norte e do Sul;

- . reforço da regulamentação sobre corporações multinacionais, incluindo segurança biotecnológica, e isto significa mexer com o todo poderoso GATT, General Agreement on Tariffs and Trade, que desde 1947 existe para estabelecer diretrizes e procedimentos no comércio internacional e que representa sobretudo os interesses dos grandes monopólios internacionais;

- . cessar o monopólio do Banco Mundial nos fundos direcionados para resolver os problemas da degradação ambiental e do desenvolvimento.

Se muitas das questões centrais da "entropia fordista" já estão mapeadas, cabe a pergunta: como colocar a flocinheira no urso?

Entidades ambientalistas importantes como o Sierra Club, o Rainforest Network, o National Toxical Campaign, os Amigos da Terra, o Worldwatch Institute, que representam muitos milhões de associados, têm

industrial, principal gás responsável pelo efeito estufa, as quais representam apenas 4% do total mundial.

O CO² contribui sozinho para 50% do efeito estufa. As contribuições restantes dividem-se entre os CFC (20%), o metano (16%), o ozônio (8%) e o óxido de nitrogênio (6%). O consumo e a emissão de CFC por parte de todos os países periféricos em 1986 representaram apenas 16% do total mundial." (in TUDELA, op.cit.)

atuado, por exemplo, na assessoria aos chamados "investimentos verdes", no estímulo ao investimento em empresas com responsabilidade ambiental. Campanhas coordenadas internacionalmente, como a que responsabiliza o GATT (MINC/1992)⁽³⁾ no recente "round uruguaio", por permitir o estabelecimento de novos índices de resíduos agrotóxicos tolerados nos alimentos importados; o que aumenta substancialmente a tolerância de cancerígenos na maioria das frutas e hortigranjeiro importados, em nome do livre comércio, são campanhas importantes mas ainda estão muito longe do alvo central.

1. A crise do fordismo: antecedentes

"A dificuldade não reside nas idéias novas, senão em fugir das antigas, que se insinuam no entendimento daqueles que, como quase todos nós, receberam a mesma informação"
Keynes

É consenso hoje entre cientistas sociais que o sistema capitalista vive uma de suas maiores crises. Embora a prodigiosa criatividade em termos de tecnologia possa apontar para um novo ciclo ascendente na economia mundial, a recessão, a estagnação e o desemprego, em termos mundiais, têm sido uma quase constante desde 1969; mesmo considerando a dissolução do socialismo real e o fim da guerra fria.

Ao término dos anos 60, o longo ciclo ascendente da economia norte-americana dava mostras de exaustão. Inflação e um crescimento significativo

(3) Sobre as novas regras do GATT em relação aos agrotóxicos, comparadas com os índices máximos atualmente tolerados, estas implicarão p.ex, para o DDT, resíduos 50 vezes maiores nos pêssegos e nas bananas, 33 vezes maior no brócolis, 10 vezes maiores nas maçãs, nas cenouras e batatas. (in Carlos Minc. op.cit).

do déficit da balança de pagamentos exigiam medidas contracionistas.

Desde 1968 o sistema monetário internacional já vivia em crise provocada pelos gastos das despesas militares dos EUA, Guerra do Vietnã e pela persistência do déficit estrutural do balanço de pagamentos deste país, que se refletia na paridade das outras moedas fortes.

Analistas que acompanharam detalhadamente a evolução deste processo (BELLUZO/COUTINHO, 1982), assinalam que as medidas expansionistas de 1971-73 desembocaram numa superexpansão sincrônica de todas as economias capitalistas.

Uma particularidade decorrente foi o sobreinvestimento de empresas norte-americanas em áreas cuja capacidade de renovação tecnológica estava congelada, como o setor automobilístico, a eletroeletrônica e a construção civil, que vinham sofrendo concorrência da expansão japonesa e alemã desde o início dos anos 60, com estruturas industriais "jovens" e com tecnologia renovada. Isto inclusive fazia parte do papel líder desempenhado pela economia norte-americana, que desde o pós-guerra e "por seu peso e características, assegurava uma dinamização generalizada de todo o conjunto das economias avançadas, abrindo brechas, em seu mercado interno, notadamente para a penetração de produtos alemães e japoneses, cujos setores exportadores eram fundamentais para a manutenção de seus respectivos ritmos de crescimento." (BELLUZO/COUTINHO, p.19).

Este mesmo mecanismo permitia, em fluxo inverso, a penetração do capital norte-americano na Europa. O desdobramento foi uma reação dos europeus à penetração dos EUA, que culminou na centralização dos grandes capitais daquele continente, na formação e ampliação do Mercado Comum, e na intensificação tecnológica. No caso japonês deu-se fenômeno semelhante, expondo a fragilidade do novo mecanismo de regulação da economia mundial capitaneada pelos norte-americanos.

A quadruplicação dos preços do petróleo, em outubro de 1973, portanto, só veio agravar o quadro recessivo que tinha causas mais profundas.

Esta crise mundial pode também ser percebida, por exemplo, ao verificarmos o declínio norte-americano, em termos de investimentos diretos no estrangeiro (Foreign Direct Investment).

"Considerado como uma fonte de FDI, a participação dos EUA caiu de 60.5% para 29.3% de 1970 a 1980. Como ponto de destino dos investimentos sua participação cresceu de 9.2% em 1970 para 42.9% em 1981" (HOFFMAN/KAPLINKY, 1988).

Isto refletia o declínio na competitividade das manufaturas das corporações transnacionais dos EUA, tanto em casa como no mercado externo.

As tabelas 2 e 3 abaixo são elucidativas deste declínio.

Tabela 2

O DECLÍNIO DA COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL DOS EUA

Participação das firmas dos EUA no mercado doméstico (interno)

	1960	1970	1974
Automóveis	96	83	79
Aço	96	86	86
Componentes Elétricos	100	94	80
Maquinária Agrícola	93	92	85
Equipamentos Eletrônicos	94	68	49
Máquinas Ferramentas	97	89	74
(cortar metal)			
Máquinas Ferramentas	97	93	75
(moldar metal)			
Maquinária Textil	93	67	55

Fonte: Hoffman/Kaplinky, 1988

TABELA 3
PARTICIPAÇÃO DAS FIRMAS DOS EUA NO MERCADO MUNDIAL

	1962	1970	1979
Automóveis	23	18	14
Aviões	71	67	58
Telecomunicações	29	15	15
Máquinas Ferramentas	33	17	22
Máquinas Agrícolas	40	30	23
Máquinas Manuais	21	19	14
Máquinas Textil e			
de Curtume	16	10	7
Trens	35	18	12

Fonte: Hoffman/Kaplinky, 1988

O choque do petróleo de certa forma beneficiou os EUA que não dependiam significativamente da importação do óleo como o Japão e a Europa. Aliado a isto, a circulação de petrodólares dirigiu-se em grande medida aos bancos norte-americanos.

Após 1973 cria-se um mercado financeiro internacional de caráter privado, controlado por poucos bancos, que adquiriram grande margem de manobra, ficando crescentemente fora da supervisão das autoridades financeiras nacionais. Isto fazia com que as políticas econômicas estabelecidas não funcionassem, pois utilizavam instrumentos de controle domésticos, quando a crise tinha dimensões internacionais.

Os petrodólares possibilitaram a privatização do financiamento externo (vide dívida externa dos países do Sul), a oligopolização do mercado de capitais, a falta de controle e responsabilidades públicas sobre este processo. A disponibilidade financeira se desloca para o consumo conspícuo ao

invés de estimular e diversificar a capacidade produtiva. Este foi o ilusionismo financeiro dos anos 70.

A regulação do modelo já não mais se devia aos princípios Keynesianos tradicionais que nortearam Bretton Woods, e sim muito mais em função dos grandes bancos e corporações transnacionais.

Quanto aos grandes oligopólios, em função da crise, a iniciativa maior era de proteger suas margens de rentabilidade. Em momentos de queda da demanda isto significa reduzir produção, o que acarreta redução dos insumos. O aumento da capacidade ociosa eleva os custos fixos unitários. Torna-se necessário aumentar as margens de lucro. Tudo isto, agravado pela rápida acumulação dos estoques vai gerar desemprego e inflação. Amplia-se o circuito financeiro (como forma de valorização do capital), o impulso à especulação e uma aceleração do processo de centralização de capitais. Os conglomerados que conseguem manter suas taxas de rentabilidade, utilizam-se mais das aplicações financeiras e incorporam empresas em dificuldades.

Os setores de ponta que puxaram a expansão industrial e consumista enfrentam uma saturação do mercado, a exemplo dos automóveis e eletrodomésticos. Esta saturação por sua vez propiciou a criação de um circuito financeiro internacional alimentado por excedentes de capital não imediatamente utilizáveis na esfera produtiva. Associado a esse processo, a tentativa de escapar da estagnação tem provocado investimentos maciços em Pesquisa & Desenvolvimento, o que se por um lado tem aberto novas áreas de investimento, como a biotecnologia, a química fina, a robótica; por outro tem representado aumento do número de desempregados pela informatização e automação acelerada.

2. O modelo fordista

"O capitalismo retira dos trabalhadores as potencialidades intelectuais do processo de trabalho na mesma proporção

em que a ciência é incorporada como um poder independente; destrói to-do remanescente de encanto do trabalho e transforma trabalho num labutar odioso. O trabalhador transforma-se em apêndice de máquina, em fragmentos de homem.

Karl Marx (*Capital*, livro 1)

Se é inegável reconhecer a crise do modelo fordista, é fundamental caracterizá-lo, como condição para que se possa confrontá-lo, seja com o modelo reformulado, seja com os modelos que se apresentam como alternativos.

Cabe salientar aqui o caráter sumariador, tanto do fordismo quanto do "modelo flexível ou de "sistemofatura" que tem representado sobretudo as inovações técnicas e de gestão impulsionadas mormente do Japão.

A princípio o "fordismo" pode ser melhor precisado em dois níveis de abrangência:

A. Um nível mais global, designando um modo de desenvolvimento, a articulação entre um regime de acumulação intensiva e um modo de regulação administrado que caracterizou uma determinada fase do capitalismo nos países ricos, ou a era de ouro do pós-guerra.

Segundo um dos teóricos da "Escola Francesa da Regulação", se entende por regime de acumulação um tal modo de transformação conjunta e compatível das normas de produção, de contribuição, e de uso. "Um regime de acumulação" designa uma regularidade macroeconômica constatada. Esta regularidade é nela mesma um precioso guia para os agentes econômicos. Mas suas iniciativas permanecem contudo ameaçadas por uma incerteza radical quanto à sua coerência global para o futuro. É necessário então que intervenham mecanismos reguladores. Nós chamamos "modo de regulação" um conjunto de normas, incorporadas ou explícitas, de instituições, que ajustam permanentemente as antecipações e os comportamentos individuais à lógica do conjunto do regime de acumulação (...) Ora, a colocação em funcionamento de um modo de regulação, bem como de sua consolidação,

dependem muito amplamente da esfera política (...) As lutas, os armistícios, e os compromissos são, no domínio político, o equivalente daquilo que são a concorrência, os conflitos de trabalho, e o regime de acumulação no domínio econômico. Os grupos sociais, definidos por seus lugares nas relações econômicas não se integram a uma luta sem fim." (LIPIETZ/1991, p.99)

Para Lipietz o modelo fordista entrou em crise em todo mundo capitalista avançado onde se implantou: Crise econômica do modelo de organização industrial fundado sobre a parcelização das tarefas, a divisão entre "Os que concebem e os que executam", a mecanização cada vez mais cara. Crise do Estado de Bem Estar (Habermas/1987) fundado sobre a redistribuição do poder de compra e organizado centralmente. Crise dos Estados Nacionais, incapazes de regular uma economia cada vez mais internacionalizada.

B. A nível mais restrito, designando princípio geral de organização da produção, compreendendo: paradigma tecnológico, forma de organização do trabalho e gestão.

São princípios constitutivos do paradigma fordista:

1. racionalização taylorista do trabalho
 - . divisão horizontal - parcelamento de tarefas
 - . divisão vertical - separação entre concepção e execução
 - . especialização do trabalho
2. desenvolvimento da mecanização através de equipamentos altamente especializados
3. produção em massa de bens padronizados
4. norma fordista de salários: salários relativamente elevados e crescentes - incorporando ganhos de produtividade para compensar o tipo de processo de trabalho predominante.

Se para uns fordismo é sinônimo de taylorismo, de produção em massa, de linha de montagem; para outros é um modo de vida global. Ambos consideram a crise do modelo, contudo diferenciadas são as interpretações em função da superação do fordismo. (KAPLINSKY/1988) afirma que, da mesma forma que o capitalismo passou do artesanato para a

maquinofatura, hoje estaria passando por um período similar de reestruturação ou transição da maquinofatura para a sistemofatura.

Analistas como Piore & Sabel (1984) por sua vez já consideram que o momento é de ruptura. Alain Lipietz (1989), além de considerar esgotado o modelo fordista, desenvolve toda uma argumentação confrontando os modelos liberal produtivista e o alternativo com o qual se identifica e que poderia se resumir numa frase: "*Uma sociedade mais democrática, mais "autogerida", um passo na humanização do gênero humano.*"

2.3. O modelo "flexível"

"Nosso trabalho não é criar mas juntar. Conhecimento e experiência não fazem qualquer diferença. Um garoto de quinze anos pode fazer este trabalho tão bem quanto eu."

Satoshi Kamata (Japan in the Passing Lane)

Tendo apresentado sumariamente o fordismo, passaremos às mudanças que vêm sendo introduzidas a partir do modelo japonês desde os anos 50 e que, pelos altos níveis de produtividade alcançados, têm sido transplantadas, mesmo que fragmentariamente, para os países centrais.

De antemão torna-se necessário falar do sistema idealizado pelo engenheiro T. OHNO, admirador de H. FORD, que procurava adaptar aspectos do bem sucedido sistema de produção em massa norte-americano para um país como o Japão, com limites geográficos, de matérias primas e de mercado para tal. OHNO foi o principal cérebro da empresa Toyota, de onde foram disseminadas as novas formas de gestão industrial para as demais empresas nipônicas. Segundo Benjamin CORIAT/1991, o ohnismo "constitue um conjunto de inovações organizacionais cuja importância é comparável aquelas que em seus tempos representaram inovações organizacionais introduzidas pelo taylorismo e o fordismo".

O sistema Toyota, difundido a partir do setor automobilístico para os demais setores, tem sido considerado como a "pedra de toque" do sucesso do chamado modelo japonês, que tanto tem "infernizado" a vida das grandes empresas ocidentais. Nas palavras de OHNO, destacamos de início a diferenciação com o fordismo:

"O sistema Toyota teve sua origem na necessidade particular na qual se encontrava o Japão, de produzir pequenas quantidades de de numerosos modelos de produtos; em seguida, evoluir para se transformar num verdadeiro sistema de produção. Por conta de sua origem, esse sistema é sobretudo baseado na diversificação. Enquanto o sistema clássico de produção de massa planejado é relativamente refratário a mudança, o sistema Toyota se revela ao contrário, muito "elástico". Ele se adapta bem as condições de diversificação as mais difíceis. E ele foi concebido para isto." (OHNO/1978, p.49).

A questão central de OHNO: - o que fazer para aumentar a produtividade quando as quantidades não aumentavam?

Enquanto o fordismo "ganhava" produtividade através de grandes séries rigorosamente idênticas, o ohnismo buscava produtividade em séries restritas de produtos diferenciados.

É evidente que num trabalho onde se procura articular a crise de um paradigma de desenvolvimento com a degradação ambiental e o desperdício, seria demasiado aprofundar aspectos ligados ao sistema que vem sendo considerado como a superação do fordismo. Trata-se apenas de lançar alguns pontos capazes de tornar mais clara a imagem do modelo que se insinua e, a partir daí, refletir sobre os efeitos da mudança de paradigma em termos da relação homem-natureza, fio condutor deste trabalho.

Se o espírito da mudança tem suas raízes históricas na reconstrução do pós-guerra, em termos do Japão, pode-se hoje caracterizar os pontos centrais do chamado "modelo flexível":

1. A produção estabelecida pela demanda (demand driven):

. As firmas japonesas substituíram o sistema de oferta, supply-driven, pela demanda, o que resultou na flexibilidade da produção ou produzir para um padrão crescentemente diferenciado.

2. Flexibilidade em produto e processo:

. Firms japonesas introduziram novos modelos em programas de quatro a três anos de intervalo, enquanto europeus e norte-americanos em seis anos e, em alguns casos, com mudanças superficiais. A título de exemplo, se tomarmos a diferença entre japoneses e EUA na impressão de peças de metal com desenho para carrocerias de automóveis, a mudança de desenho nas chapas numa fábrica como a MAZDA, leva apenas 2 minutos, enquanto só recentemente nos EUA o mesmo processo foi reduzido em tempo de 8 horas para 45 minutos.

3. Multi-habilidades e trabalho multitarefas:

. Os trabalhadores no Japão são empregados numa categoria geral e não para tarefas específicas, são polivalentes. Ao invés de aumentar a divisão do trabalho em tarefas segmentadas, espera-se que os trabalhadores realizem um certo número de funções. A melhoria dos salários associada à aquisição de habilidades suplementares e o trabalhador é pago não pelo que produziu, mas de acordo com o que pode produzir.

4. Redução significativa dos estoques (just in time production):

. O que provoca uma diminuição significativa do capital imobilizado e estimula uma sincronia e articulação muito mais intensa da fábrica contratante com as fornecedoras: "produzir somente as quantidades vendidas e as produzir a tempo."

5. Zero-Defeito e Círculos de Controle de Qualidade (CCQ):

. Série de procedimentos para evitar falhas (Aedon, Kanban), integrar as tarefas de controle de qualidade dos produtos às tarefas de produção, e estimular os trabalhadores a participarem ativamente no melhoramento das condições de trabalho e nos níveis de produção.

6. Responsabilidade ao Trabalhador:

O trabalhador de linha é responsável individual e em equipe pelo controle de qualidade e não um Depto. de Controle de Qualidade e, havendo defeito, toda a linha será rapidamente parada.

7. Envolvimento do trabalhador no aperfeiçoamento técnico:

O modelo japonês vê a mudança técnica como um processo mais globalizante, ou seja, as mudanças se dão tanto a nível do produto, na produção de tecnologia e na organização do trabalho. Neste sentido pode-se dizer que a superioridade japonesa não advém só da utilização massiva de tecnologia eletrônica com base na automação, como é crença comum. A superioridade está muito mais na adoção de um novo processo de trabalho.

Sem dúvida estes pontos estão articulados e são interdependentes, embora o ocidente esteja fazendo transplantes específicos, o que teoricamente representa um problema quanto aos resultados. (Hirata, 1991), (Coriat, 1991)

Embora o modelo de "flexibilização" possa em diversos níveis ser considerado como superior ao fordismo, e os índices de produtividade atestam isto, tanto ao minimizar a brutalização do trabalho pela excessiva especialização, quanto pelo maior controle do ritmo de trabalho, ou pela maior participação do trabalhador na organização da produção através dos círculos de controle de qualidade entre outros, há muitas controvérsias e pontos obscuros a serem aprofundados e apenas assinalaremos a ponta do iceberg.

No Japão, mesmo levando-se em conta o pequeno número de desempregados, 2% da mão-de-obra ativa, o benefício do emprego vitalício só chega a cobrir 35% do total dos trabalhadores. Se os níveis de produtividade alcançados por suas empresas são significativamente maiores que aqueles dos países ocidentais ricos, ainda é extremamente elevada a jornada de trabalho. (SATOSHI KAMATA).

A lógica que prevalece nos dois sistemas não é a da rentabilidade do desenvolvimento, tão pouco a da humanização do trabalho, mas a crença na

infallibilidade da tecnologia para superação dos problemas; na satisfação, individual e coletiva pelo poder de consumo; na competência para a competitividade; na rápida obsolescência dos produtos.

É importante assinalar que experiências há, como a sueca e a da Emilia Romana (Itália) que têm buscado encontrar uma combinação mais satisfatória entre produtividade e condições de trabalho, uma alternativa portanto à linha de montagem clássica de inspiração fordista. Contudo, permanecem circumscritas, em suas grandes linhas ao imperativo técnicoeconômico produtivista: a fragmentação da sociedade perdura, com a empresa fazendo o papel antes atribuído ao Estado. A grande variedade de formas de integração do indivíduo à empresa não faz com que seja significativa a redução do tempo consagrado ao trabalho alienado, nem que se escolham tecnologias menos predatórias em termos de recursos naturais. Ainda não será o século XX a realizar a profecia de Aristóteles segundo a qual "quando os fusos trabalharem sozinhos os homens serão livres".

3. Países periféricos - quadro geral

"Para os homens insurgirem-se, foi necessário antes espantarem-se."
Lucien Febvre

Desde a década de 70 que vêm sendo mais divulgadas as teses sobre processos de globalização, com a predominância nos cursos científicos ou políticos de uma visão sistêmica em termos econômicos (transnacionalização, internacionalização, mercado mundial) ambientais (efeito estufa, destruição da camada ozônio, diminuição da biodiversidade, contaminação dos oceanos), culturais (mídia satelizada, redes internacionais informatizadas, cultura de massa). O mundo e as distâncias ficaram "menores". Fala-se sem grandes problemas em

comunidade mundial, em dissolução dos limites políticos nacionais e criação de comunidades econômicas plurinacionais. Fala-se em *Nosso Futuro Comum e Uma Terra Só*. Seguramente que uma compreensão mais abrangente dos problemas que afligem nações, regiões e continentes, inclusive apoiada nos avanços da ciência e de conhecimentos mais acurados sobre os danos ambientais em escala global pode, num certo patamar de análise, ter um recorte planetário; uma visão comum e articulada para que se estabeleçam princípios, políticas, propostas e compromissos capazes de nortear ações preventivas e saneadoras de impactos ambientais negativos.

O nível de abordagem globalizante contudo, não dá conta quer da compreensão, quer do equacionamento da crise de paradigma, e tem funcionado muito mais como um mecanismo que encobre a perversidade das relações estabelecidas pelos países do centro em relação aos países da periferia do sistema. (TUDELA/1992)

Nos últimos vinte anos ampliou-se a distância econômica entre os países do Norte e do Sul, provocada deliberadamente quer pelos ajustes estruturais promovidos pelos organismos de Bretton Woods, quer pela manipulação da dívida externa, contraída pelos países do Sul, quer pelas políticas de transferência de recursos naturais, energéticos, financeiros. Segundo o Banco Mundial (1990), o total de transferências líquidas dos países em desenvolvimento (PEDS) para o resto do mundo passou de US\$ 37.6 bilhões em 1988, para 42.9 bilhões em 1991.

A dinâmica do capitalismo na periferia, redirecionada em função da reestruturação industrial dos países do Norte, foi drasticamente afetada pela perda das chamadas vantagens comparativas, da mão-de-obra barata e abundante e dos produtos naturais, que têm sido sistematicamente substituídos pela robotização, informatização e novos materiais.

As estatísticas abaixo são contundentes na explicitação do que se convencionou chamar de "Década Perdida" para a região América Latina e Caribe bem como para demonstrar que os países do Sul, durante os

anos 80, têm sido exportadores de capital, contribuindo portanto, em função de políticas recessivas do Fundo Monetário Internacional, para a reestruturação da economia do Norte.

TABELA 4

AMÉRICA LATINA E CARIBE

ENTRADA LÍQUIDA DE CAPITAL (1) TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS (2) E EXPORTAÇÕES (3)

	(1)	(2)	(1) (2)	(3)	(1) (2) (3)%
1975	14.3	5.6	8.7	41.1	21.2
1976	17.9	6.8	11.1	47.3	23.5
1977	17.2	8.2	9.0	55.9	16.1
1978	26.2	10.2	16.0	61.3	26.1
1979	29.1	13.6	15.5	82.0	18.9
1980	32.0	18.9	13.3	104.9	12.5
1981	39.8	28.5	11.3	113.2	10.0
1982	20.1	38.8	- 18.7	103.0	- 18.2
1983	2.9	37.3	- 31.6	102.4	- 30.9
1984	10.4	37.3	- 26.9	113.8	- 23.6
1985	3.0	35.3	- 32.3	109.0	- 29.6
1986	9.9	32.7	- 22.8	94.7	- 24.1
1987	15.1	31.4	- 16.3	108.1	- 15.1
1988	5.5	34.3	- 28.8	122.8	- 23.5
1989	10.1	37.4	- 27.3	136.4	- 20.0
1990 #	17.9	36.8	- 18.9	147.1	- 12.8

Fonte: CEPAL dez de 1990

estimativas preliminares

TABELA 5

AMÉRICA LATINA E CARIBE

CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO POR HABITANTE

Países	Taxa Anual de Cresc.			Var. Acumulada 1981-1990
	1988	1989	1990#	
Total da região	- 1.2	- 0.6	- 2.6	- 9.6
Exp. de Petróleo	- 0.1	- 2.0	- 0.2	- 9.2
México	- 0.9	0.8	0.4	- 8.4
Venezuela	3.3	- 9.5	1.9	- 19.9
Não exp. de Petr.	- 2.0	0.5	- 4.6	- 9.8
Argentina	- 4.1	- 5.7	- 3.2	- 24.3
Brasil	- 2.1	1.5	- 5.9	- 5.5
Chile	5.8	7.5	0.2	9.2

Fonte CEPAL 1990

Estimativas preliminares

Para ilustrar a magnitude do retrocesso em matéria de desenvolvimento, diz o documento cepalino Transformación Productiva con Equidad que "ao se aplicar unicamente o indicador global da evolução do produto interno bruto por habitante, verificar-se-á que nos fins de 1989 o indicador não retroagiu aos níveis de 10 anos, mas de 13 anos atrás."

Dados do Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU (PNUD) apresentam a dramaticidade das disparidades entre as populações do Norte e do Sul. Os 20% da população mais rica do mundo detêm 82.7% do Produto Nacional Bruto; 81.2% do Comércio Mundial; 94.6% dos empréstimos comerciais; 80.6% dos investimentos internos. Se considerarmos que nos países do Sul tem aumentado a concentração de renda e da propriedade da terra, com modelos políticos extremamente excludentes para a maioria destas populações, a comparação torna-se ainda mais dantesca. No mesmo sentido, se atentarmos para o crescimento demográfico em termos mundiais. De 1970 a 1990, cerca de 1.6 bilhão de pessoas foram acrescentadas à população mundial mais que o número total de pessoas que habitavam o planeta em 1900.

"Em 1980, 22 cidades do mundo em desenvolvimento apresentavam uma população superior a 4 milhões de habitantes; no ano 2.000 estas deverão somar 60. Em contrapartida, as cifras correspondentes ao mundo desenvolvido deverão sofrer um incremento de 16 para 25 (...) Dez das 12 cidades com mais de 13 milhões de habitantes, estarão localizadas nos países do Sul, a metade na América do Sul, no ano 2.000." (Relatório do Brasil p/CNUMAD)

Isto representa um acréscimo de pressão e demanda social sobre a natureza, bens e serviços e empregos, numa região submetida a uma estagnação econômica sem precedentes. O resultado desta equação, sem maiores discussões é assustador.

Poderíamos acrescentar novas estatísticas que apenas reforçariam o entendimento sobre a gravidade da situação e a urgência de mudanças. A questão populacional, aqui citada apenas de passagem, vem sendo tratada de forma equivocada; como problema menor, ou apontada como ideologia utilizada pelos países do Norte para deslocar responsabilidades. A questão para os países pobres é seríssima e merece atenção dos estudiosos, fugindo da armadilha ou dilema pró ou anti-malthusiano.

Pelo que foi aqui exposto, podemos afirmar sem sombra de dúvidas da estreita correlação entre a degradação ambiental e a degradação social provocada pela pressão econômico-financeira que os países ricos exercem sobre os PEDs (Países em Desenvolvimento).

A intensificação da política de exportação e aumento de divisas para saldar a dívida, (Maimon/1992) aumenta o esgotamento de recursos naturais e a degradação ambiental. As políticas de ajuste econômico às avessas do FMI tem provocado recessão, corte nos déficits públicos, o que atinge as possibilidades de políticas sociais redistributivas e ambientalmente corretas para educação básica, pesquisa científica, saúde, habitação, saneamento, gerando um círculo dramático de falta de perspectiva e miséria social, num momento estratégico onde os países ricos avançam em termos de tecnologia e ciência; consolidando por um lado e ampliando por outro as disparidades de qualidade de vida.

4. Comentários finais

"Houve um jardim ou foi o jardim um sonho?
Já é impreciso na memória o claro paraíso, mas eu
sei que existe e que perdura ainda que não para
mim."

Jorge Luis Borges

Uma das polêmicas centrais da ECO-92 tratou dos recursos financeiros a serem aplicados em projetos ambientais e de desenvolvimento. Calculou-se que o custo da implementação dos acordos firmados durante a Conferência do Rio sobre mudanças climáticas e biodiversidade, como de outros projetos ambientais, oscilava entre US\$ 30 a US\$ 70 bilhões anuais, além dos US\$ 55 bilhões destinados a cada ano aos programas de assistência ao Desenvolvimento.

Embora o montante dos recursos a serem alocados fosse essencial, não menos importante foi a discussão sobre o gerenciamento desses recursos. A ECO-92, juntamente com os sete países mais ricos (o G7)

avalizou o FUNDO MUNDIAL para o Meio Ambiente (GEF Global Environmental Facility) como principal receptor de novos fundos destinados à implementação das convenções internacionais estabelecidas na Conferência do Rio⁽⁴⁾. O GEF, administrado pelo Banco Mundial, pelo PNUMA e pelo PNUD, constitui um projeto piloto de três anos, cuja finalidade principal é proporcionar fundos para proteção ambiental global e como afirmam representantes do Greenpeace (1992) "se a Cúpula da TERRA mantiver o GEF sob o controle do Banco Mundial, a Conferência do Rio se constituirá mais num problema que numa solução".

Os antecedentes do Banco Mundial em termos de seus projetos relativos ao meio ambiente justificam a apreensão dos ambientalistas: em dezembro de 1991, o economista chefe e vice-presidente do BIRD, Lawrence Summers, que dirige o departamento responsável pela produção do relatório mundial sobre desenvolvimento, enviou à sua equipe um surpreendente memorando a respeito de políticas comerciais em que formulava a seguinte proposta:

"O Banco não deveria promover uma maior transferência de indústrias sujas aos países menos desenvolvidos? (...) Creio que a lógica econômica que sustenta o despejo do lixo tóxico nos países com níveis salariais mais baixos resulta perfeita e, portanto, devemos adotá-la."
(Washington Post, 10/02/92)

O então Secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger respondeu ao funcionário do Banco afirmando que aquelas idéias eram :

(4) Sobre o Global Environmental Facility (GEF), principal receptor de Fundos intergovernos para ações ambientais, ele trabalha em quatro áreas: aquecimento global/ poluição de águas internacionais/destruição da biodiversidade e destruição da camada de ozônio. No ano de 1991, o fundo do GEF movimentou US\$ 1.3 bilhões.

"claro exemplo da incrível alienação, do pensamento simplista, da crueldade social e da arrogante ignorância de muitos economistas convencionais em relação à natureza do mundo em que vivemos." (Greenpeace/april/92)

Um projeto do GEF intitulado pelo GreenPeace de "Maquiagem Verde" para proteção e administração das terras virgens do Congo segundo Relatório Técnico do PNUD (Nov/91), consistia basicamente em uma linha de crédito para o setor florestal, destinado a fazer com que a madeira das selvas tropicais se constitua em importante fonte de divisas para o país. O lugar em que se implementaria o projeto é uma floresta virgem que até agora permanecera longe do alcance, da presença e das atividades do homem. Constava ainda de um de seus itens, abrir uma estrada de 25 Km que abriria a floresta à atividade exploratória, eliminaria a vegetação dos rios Ndoki e Motaba com o propósito de fazê-los navegáveis, atrair turistas para participação em safaris e abrir parte da Reserva Nouabele à "exploração florestal racional" (PNUD/Nov/91).

Uma primeira conclusão a que se pode chegar neste ensaio é que falar em termos de desenvolvimento sustentável ao nível de práticas e políticas de governo é uma quimera. Já em termos especulativos e mesmo científicos representa um forte argumento contra o "irracionalismo" econômico hegemônico em nossos dias.

É bem verdade que os avanços tecnológicos têm, seletivamente, contribuído para diminuição da degradação ambiental, como a diminuição do dispêndio energético em certas plantas industriais, em processos avançados de reciclagem, na redução do uso de certas matérias primas não renováveis. Há todo um conjunto de indústrias antipoluentes e recursos vultosos aplicados em Pesquisa & Desenvolvimento no setor. Os próprios danos ambientais provocados pelas chuvas ácidas, pela contaminação radioativa, pelo uso de agrotóxicos cancerígenos têm sobressaltado e

politizado largas camadas sociais no 1º Mundo, que pressionam seus governos por definições mais claras quanto à problemática. Isto é importante mas, em função da gravidade da situação, ainda muito pouco. Estes setores médios que se sentem prejudicados em termos de qualidade de vida, por sua vez não querem abrir mão do consumo conspícuo. - Por que não transferir as indústrias de alumínio para os países do Sul? Afinal os "pobres" precisam gerar empregos! A Poluição, o efeito estufa é sério, mas uma família de classe média na Alemanha, Austria ou Dinamarca precisa do terceiro automóvel para o filho...

A ciência põe a disposição do homem, hoje em dia, um formidável conjunto de conhecimentos capazes de em algumas décadas resolver ao menos os problemas mais elementares da civilização moderna e, no entanto, a lógica do paradigma dominante é iníqua para resolvê-los.

Melhor entender as articulações entre o paradigma econômico dominante e a degradação ambiental é condição para um projeto alternativo, que necessariamente terá que ter uma formação global.

Sem politizar o discurso e a prática ecológica, sem desfetichizar, sem problematizar a relação homem-natureza, sem entender que a miséria social nos continentes da América do Sul, África e Ásia é um problema ambiental de extrema gravidade, estaremos imobilizados e postergando um futuro mais equilibrado.

Sabemos que Keynes em 1928 escreveu um ensaio intitulado "As possibilidades econômicas de nossos netos", tentando alçar vôo por sobre as interpretações pessimistas dos revolucionários e dos reacionários em face da recessão mundial. Sabemos também de sua famosa afirmação, de que "no futuro estaremos todos mortos", um alerta para a dificuldade que têm os seres humanos de pensarem em termos de ciclos longos de história, e do perigo que pode advir de visões e procedimentos extremamente contingentes da história.

Portanto, a construção e maturação de um novo paradigma torna imperioso - em função do acelerado processo de destruição e entropia que o padrão de

desenvolvimento contemporâneo vem perpetuando contra a natureza e populações marginais nos países do Sul - pensar no futuro, na saúde ambiental do planeta em termos amplos, nas gerações futuras.

5. BIBLIOGRAFIA

- BELLUZZO, L.G., COUTINHO, L.G. (1982). Estado, Sistema Financeiro e Formas de Manifestação da Crise: 1929/1974. in: *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. Ed. Brasiliense, S.P.
- BROWN, Lester R. (1990). (org) *Salve o planeta: Qualidade de Vida 1990* - Worldwatch Institute. Ed Globo.S.P.
- BUARQUE, Cristovam (1991). *A desordem do progresso*. Ed. Paz e Terra. R.J.
- CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina) (1990). *Transformacion Productiva con Equidad*. Nações Unidas. Santiago do Chile.
- CORIAT, Benjamin. (1991). *Penser à l'envers*. Christian Bourgois Éditeur, Paris.
- FURTADO, Celso. (1975). Meio Ambiente na Teoria Econômica e no Planejamento. in: *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Hucitec Ed.S.P
- GREENPEACE. (1992/march). *UNCED Undermined: Why Free Trade Won't Save the Planet*. Washington D.C.
- _____. (1992/april). *A Maquiagem Verde do Banco Mundial: Pregando o Ambientalismo Enquanto se Destrói o Planeta*. Washington D.C.
- HABERMAS, Jurgen.(1980). *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Tempo Brasileiro, Petrópolis.
- _____. (1987). *Teoria de la acción comunicativa*. Altea/Taurus Ed.Spain
- _____. (1987) *A Nova Intransparência*. "A Crise do Estado de Bem Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas. in: *Novos Estudos Cebrap*, nº 18 set, S.P.
- HARKAVY, Angela.(1992) *United Nations Conference on Environmental and Development: The Final Effort*. CAPE'92, Rio de Janeiro

- HIRATA, Helena et alli. (1991) *Alternativas Sueca, Italiana e Japonesa ao Paradigma Fordista: Elementos para uma discussão sobre o caso brasileiro*. Anais do Seminário: Modelos de Organização Industrial, Política Industrial e Trabalho. S.P.
- HOFFMAN, K/KAPLINSKY, R. (1988). *Driving Force*, Westview Press, Colorado.
- JORNAL do BRASIL. (27/4/92). "Por que não pagar uma taxa pelo ar limpo?".
- KAPLINSKY, R. (1988). *Reestructuring The Capitalist Labour Process: Some lessons from the Automobile Industry*. (mimeo), IDS, Sussex.
- LIMA, Marcos Costa. (1990) *Meio Ambiente: Realidade e Utopia na Construção de um Novo Cenário*. CIELA (Centro Interuniversitário de Estudos da América Latina, África e Ásia), Recife.
- LIPIETZ, Alain. "Apres Fordisme et Democratie". in: *Les Temps Modernes*, nº 524, Paris, 1990.
- _____. (1989). *Choisir L'audace*. Une alternative pour le XXI Siècle. La Découverte, Paris.
- MAIMON, Dalia.(1992). "Dívida Externa, Conversão e a Distribuição dos Custos Ambientais, Padrões de Consumo". in: *V Seminário Nacional Sobre Universidade e Meio Ambiente*. IBAMA, B. Horizonte.
- MINC, Carlos. (1992) "GATT anula Leis Ecológicas" in: *Jornal do Brasil*, 29 de maio.R.de Janeiro.
- NEWSWEEK.(1992, June, 8). "Ethical Investing for the Future"
- OHNO, T.(1989). *L'Esprit Toyota*. Masson ed.,Paris.
- PIORE, M.SABEL, C. (1984). *The Second Industrial Divide*. Basic Books. New York.
- POPPER, Karl. (1980). *A Lógica da Investigação Científica*. Coleção Pensadores. Ed.Abril, S.P.
- V Seminário Nacional Sobre Universidade e Meio Ambiente Textos Básicos (1992). Coordenação Monica Meyer. IBAMA - B.Horizonte
- Relatório Técnico do PNUD. (1991) *Ameaça para Biodiversidade do Congo e do Meio Ambiente Global*. Fundo para a Defesa Ambiental, Washington DC. Nov.
- Relatório do Brasil para a CNUMAD. (1991). *O Desafio do Desenvolvimento Sustentável*. Secretaria de Imprensa / Presidência da República. Brasília, DF.

SACHS, Ignacy. (1990) Le écodeveloppement de L'Amazonie: Strategies, Priorits de Recherche, Cooperation Internationale. Texte present à la réunion internationale Experiencias para el desarrollo sostenido de la Amazonia. Lima, Peru, 20/24 out.

SATOSHI KAMATA (1982). Japan in the Passing Lane. Pantheon Books, New York.

TUDELA, Fernando. (1992). Para um Novo Pacto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas da América Latina e do Caribe. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington D.C.

WASHINGTON POST. (1992,10Feb). "Efeitos Contraproducentes da Ironia Oficial do Banco Mundial."

TEXTOS DIDÁTICOS

Títulos Publicados

1. Edmundo Fernandes Dias. *Para uma introdução à reflexão weberiana*. Abril de 1993, 2ª edição.
2. Antonio Carlos de Oliveira e Edmundo Fernandes Dias. *Bibliografia de Gramsci*. Setembro de 1990.
3. Daniel J. Hogan. *Pobreza, poluição e prioridades: considerações sobre meio-ambiente e cidadania*. Junho de 1991.
4. Marx. *O Capital* (Livro I). Análise crítica de François Châtelet. Edmundo Fernandes Dias (tradução). Agosto de 1991.
5. Angela Tude de Souza. *Sobre o americanismo e fordismo de Antonio Gramsci*. Fevereiro de 1992.
6. Lucio Colletti. *"O Estado e a revolução" de Lenin*. Edmundo Fernandes Dias (tradução). Abril de 1992.
7. Descartes. *Meditationes de prima philosophia. Meditatio Prima*. Fausto Castilho (tradução). Março de 1993.
8. Arlete Moysés Rodrigues (org.). *Meio Ambiente. Ecos da Eco*. Março de 1993.
9. Descartes. *Meditationes de prima philosophia. Meditatio Secunda*. Fausto Castilho (tradução). Abril de 1993.
10. E. P. Thompson. *As peculiaridades dos ingleses*. Alexandre Fortes & Antonio Luigi Negro (tradutores). Maio de 1993.